

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

DINTER UNESP/UFMA/CEFET

Kláutenys Dellene Guedes Cutrím



PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: a edificação discursiva da
cidade de São Luís nas políticas de preservação do Estado

ARARAQUARA– SP

2011

KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: a edificação discursiva da *cidade* de São Luis nas políticas de preservação do Estado

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura Organização e Funcionamento Discursivo e Textual

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

ARARAQUARA – SP

2011

KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: a edificação discursiva da *cidade* de São Luis nas políticas de preservação do Estado

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Renata Maria Coelho Facuri Marchezan
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho

Membro Titular: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Membro Titular: Profa. Dra. Vanice Maria de Oliveira Sargentini
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: Profa. Dra. Ilza Galvão Cutrim
Universidade Federal do Maranhão

Membro Titular: Profa. Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Universidade Federal do Maranhão

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, como diria Guimarães Rosa. São as recordações que tenho dos vários momentos vividos e das pessoas que compartilharam esses momentos nesta trajetória que quero lembrar agora com estes agradecimentos

A Deus, senhor dos meus começos e recomeços;

A minha família, pelo apoio e compreensão, especialmente a Roberto e Clara, pilares constantes nessa eterna jornada.

À professora Renata Marchezan, que me ajudou a caminhar pelas sinuosidades do discurso. Agradeço sua orientação segura e companheira. É admirável sua paixão pelo trabalho com o discurso e seu entusiasmo quando o assunto é um autor tão fascinante como Mikhail Bakhtin. Obrigada, Renata, pela atenção a mim dispensada e por me ajudar a me encontrar nos meandros deste sonho.

À Coordenadora Operacional do DINTER, professora Dra. Márcia Manir Miguel Feitosa, pela disponibilidade e competência na condução de seu trabalho.

À professora Dra. Maria do Rosário Gregolin, a quem agradeço não só por sua leitura e preciosas sugestões ao meu trabalho, durante minha Qualificação, como também por sua competência e interesse para a concretização do DINTER.

À professora Dra. Vanice de Oliveira Sargentini, pelas valiosas observações e contribuições dadas a minha pesquisa em minha Qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNESP, pelo conhecimento compartilhado.

Às professoras Dras. Mônica Cruz e Ilza Cutrim, do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso (GPELD), pelas discussões valiosas sobre o diálogo entre Análise do Discurso e o campo do Turismo, que muito contribuíram nessa etapa da minha história.

À Universidade Estadual Paulista, à Universidade Federal do Maranhão e ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, pela consolidação do Doutorado Interinstitucional.

À CAPES, pela bolsa parcial de estudos, que auxiliou no desenvolvimento financeiro desta pesquisa.

Aos amigos do DINTER, pelo companheirismo e solidariedade imprescindíveis durante todo o percurso.

À Rita Torres, Secretária do DINTER, na UNESP, pela competência e seriedade com que realiza seu trabalho.

A César Castro, aluno Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural, monitor da disciplina Gestão do Patrimônio Cultural, e hoje meu colega, pela prestimosa ajuda na busca de material para a minha pesquisa.

Aos colegas do DETUH, em especial Conceição e Rosélis, pela solidariedade dispensada.

Aos amigos de ontem e de hoje, essenciais na construção dessa história.

RESUMO

Análise das políticas de preservação do centro histórico de São Luís, Maranhão. Procura-se compreender, a partir das formulações teóricas do Círculo de Bakhtin, como os conceitos de dialogia, gênero, enunciado, cronótopo são mobilizados nas políticas de preservação analisadas, numa tentativa de reatualizar uma memória. Para tanto, analisam-se documentos oficiais materializados em um dossiê, em Leis e Projetos de Leis (a Lei 3.999, de 05/12/78; o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís – PPRCH e seus Subprogramas de fins, a Lei 5.082, de 1990 e a Lei Municipal 79, de 1993) e documentos e não oficiais, tais como matérias jornalísticas, entre artigos de opinião, notícias e entrevistas, que focalizavam o processo de patrimonialização da cidade, no ano de 1997. Sustentando a grade de análise encontram-se alguns questionamentos: “Quem fala?”, “Para quem é endereçado o que este alguém fala?”, “Qual a sua finalidade?”, “Que formas assumem esse discurso?”, “Que efeitos produzem? Nesse sentido, esta pesquisa busca, em diferentes lugares discursivos, verificar como as políticas de preservação operam como elementos de mediação de uma memória referente a um local e a um tempo que, diante da impossibilidade de ser recuperado, é recriado no presente. Tomam-se assim vários discursos, formulados por distintos sujeitos, a partir de mecanismos discursivos, manobras linguísticas, enunciativas e textuais. A pesquisa ora apresentada está delineada em quatro capítulos e norteia-se pelos pressupostos teóricos tecidos a partir de estudos bakhtinianos (BAKHTIN, 1997; 2002; 2003; 2006; 2008), assim como de estudos sobre história e memória (LE GOFF, 1994; BURKE, 2000; RICOEUR, 2007; NORA, 1981; HALBWACHS, 2004), espaço, cidade (ROLNIK, 1992; CALVINO, 1999; LEITE, 2004; MUMFORD, 1986), sobre a mudança no conceito de patrimônio (CHOAY, 2001; PELEGRINI, 2006; ABREU, 2003; GONÇALVES, 2002). O primeiro capítulo apresenta formulações teóricas do Círculo de Bakhtin, tais como os conceitos de dialogia, gênero, enunciado, cronótopo, articulados à história e memória. O segundo capítulo apresenta as mudanças nos conceitos de patrimônio e sua representação nas políticas de preservação. Discute ainda o conceito de memória, espaço, cidade articulando-os à emergência das políticas de preservação patrimoniais. O terceiro capítulo apresenta a análise do *corpus*, observando a forma como são representados sujeito, espaço e tempo no conceito de patrimônio e de que maneira esses enunciados são articulados pelo poder para a construção do conceito de cidade. O último capítulo detém-se em alguns desdobramentos das políticas de preservação no processo de culminância do título de Patrimônio da Humanidade atribuído a São Luís.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória. Políticas de Preservação. Discurso. Diálogo.

ABSTRACT

Analysis of policies for preserving the historic center of São Luís, Maranhão. It seeks to understand, from the theoretical formulations of the Bakhtin Circle, as the concepts of dialogism, genre, statement, chronotope are mobilized in the preservation policies analyzed in an attempt to reconstitute a memory. To this end, we analyze the official documents materialized in a dossier, in laws and draft laws (Law 3999 of 05/12/78, the Program for the Preservation of the Historic Center of St. Louis - PPRCH of subprograms and their purposes, Law 5082, 1990 and the Municipal Law 79 of 1993), and unofficial documents, such as newspaper articles, including articles of opinion, news and interviews, which focused on the process the heritage of the city in 1997. Supporting this analysis some questions are posed: "Who speaks?", "To whom is addressed what someone speaks?", "What is its purpose?", "What form does this speech take?", "What effects does it produce? In that sense, this research aims at different discursive places, checks out how the preservation policies operate as elements of a mediation concerning a memory that refers to a location and a time that, given the impossibility of being recovered, is recreated in the present. Many speeches are taken up, made by different subjects, from discursive mechanisms, maneuvers linguistic, and textual enunciation. The research presented here is outlined in four sections guided by theoretical assumptions made from Bakhtin studies (BAKHTIN, 1997;2002;2003;2006;2008), as well as studies of history and memory (LE GOFF, 1994; BURKE, 2000; RICOEUR, 2007; NORA, 1981; HALBWACHS, 2004), space, city ROLNIK, 1992; CALVINO, 1999; LEITE, 2004; MUMFORD, 1986), on changes in the concept of heritage (CHOAY, 2001; PELEGRINI, 2006; ABREU, 2003; GONÇALVES, 2002). The first section presents theoretical formulations of the Bakhtin Circle, such as the concepts of dialogism, gender, statement, chronotope, linked to history and memory. The second section outlines changes in concepts of heritage and its representation in the preservation policies. It also discusses the concept of memory, space, city, linking it to emergencies of heritage preservation policies. The third section presents the analysis of *corpus*, noting how the subject, space and time are represented on the concept of heritage and how these statements are articulated by the power in order to build the concept of city. The final section dwells on some developments of the preservation policies in the process of culmination of the title of World's Heritage attributed to São Luís.

Key words: Cultural Heritage. Memory. Preservation Policies. Discourse. Dialogue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Palácio dos Leões.....	101
Figura 2	Planta da cidade de São Luís - 1615	102
Figura 3	Rampa Campos Melo.....	105
Figura 4	Rua Portugal.....	106
Figura 5	Fábrica Cânhamo	109
Figura 6	Porto do Itaqui.....	111
Figura 7	Rua 28 de Julho.....	117
Figura 8	Zoneamento das áreas preservadas	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Carta de Atenas	90
Quadro 2	Carta de Veneza	97
Quadro 3	Trecho do Relatório da ONU	113
Quadro 4	Roteiro esquemático da proposta de preservação	116
Quadro 5	Principais objetivos do plano de governo estadual na gestão de Nunes Freire (1975 – 1979).....	119
Quadro 6	Lista das obras feitas no Centro Histórico de São Luís em 1976	120
Quadro 7	Recorte da Lei 3.999, de 05 de dezembro de 1978.....	121
Quadro 8	Principais proposições do Projeto Praia Grande.....	123
Quadro 9	Políticas de orientação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís	128
Quadro 10	Subprogramas da Política de orientação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís.....	133
Quadro 11	Lei de Proteção do Patrimônio do Maranhão	137
Quadro 12	Projeto de lei no. 79/93	140
Quadro 13	Justificativa de inscrição do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial	151
Quadro 14	Incisos da Convenção do Patrimônio Mundial	159
Quadro 15	Texto 1 – Patrimônio da Humanidade	161
Quadro 16	Texto 2 - São Luís do mundo.....	164
Quadro 17	Texto 3 – Patrimônio do mundo	166
Quadro 18	Texto 4 - “Eu tenho orgulho de São Luís”.....	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR	- Alumínio do Maranhão S.A
BID	- Banco Internacional de Desenvolvimento
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
CEMAR	- Companhia Elétrica do Maranhão
CEPRAMA	- Centro de Produção Artesanal do Maranhão
CINTRA	- Fundação Nice Lobão
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
DPHAP	- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
FUNC	- Fundação de Cultura
GPELD	- Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso
IBPC	- Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICOMOS	- International Council of Monuments and Sites
IFMA	- Instituto de Educação Tecnológica do Maranhão
INRC	- Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IV CIAM	- IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
MARATUR	- Empresa Maranhense de Turismo
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCH	- Programa de Cidades Históricas
PPRCH	- Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	- Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PRONAC	- Programa Nacional de Apoio à Cultura
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento
SPHAN	- Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCU	- Tribunal de Contas da União
TELMA	- Empresa de Telecomunicações do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZPH - Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - POSTULADOS TEÓRICOS	21
1.1 O signo, a língua, a palavra e o enunciado.....	21
1.2 O diálogo	25
1.3 O sujeito	31
1.4 Gêneros do discurso e outros conceitos.....	33
1.5 O cronótopo	41
CAPÍTULO 2 - DA EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAIS	44
2.1 <i>As Alterações do olhar</i>	44
2.1.1 Patrimônio e memória	49
2.2 Patrimônio e memória, no Brasil.....	60
2.3 A cidade: espaço de múltiplas vozes	65
2.4 História das Políticas de Preservação de Patrimônios.....	71
2.4.1 Políticas Federais de Preservação	74
CAPÍTULO 3 - SUJEITO, ESPAÇO E TEMPO NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE SÃO LUÍS	84
3.1 Os Antecedentes das Políticas de Preservação em São Luís: as Cartas de Atenas e de Veneza.....	85
3.2 As Cartas Patrimoniais e sua influência nas políticas de preservação local.....	87
3.3 As Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís	99
3.3.1 A cidade de São Luís.....	100
3.4 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH): antecedentes históricos.....	123
3.5 O trabalho do sujeito no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís	127
3.6 Os componentes do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís – seus subprogramas	132

CAPÍTULO 4 - SÃO LUÍS - PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE:	
desdobramentos das políticas de preservação.....	144
4.1 A inclusão do Centro histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO	144
4.2 As políticas do reconhecimento de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade.....	156
4.3 As políticas de preservação no Jornal O Estado do Maranhão	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

O meu despertar para a pesquisa científica aconteceu logo no início do curso de Turismo, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O tempo que passei na graduação proporcionou-me o contato com diferentes saberes, os quais me possibilitaram problematizar questões pertinentes, sobretudo, aos conceitos de espaço e cultura, que sempre me foram muito atraentes, principalmente a partir do contato com disciplinas das áreas de História, Geografia, Cultura Maranhense, História da Arte e Cultura Popular.

As inquietações e reflexões oriundas da minha trajetória acadêmica me levaram a cursar inicialmente uma especialização em Planejamento Ambiental, oferecida pelo Departamento de Geociências, da Universidade Federal do Maranhão. As questões relacionadas a espaço e tempo mais uma vez se fizeram presentes: desenvolvi um trabalho monográfico sob orientação do professor doutor Antonio Cordeiro Feitosa, cujo tema relacionava-se ao Centro Histórico de São Luís e suas modificações no espaço geográfico a partir da atividade turística.

Em 1999, fiz a seleção para o Mestrado em História, na Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa História, Cultura e Sociedade, sendo aprovada com um projeto orientado pela Professora Doutora Silvia Cortez Silva. A pesquisa visava a analisar de que modo as políticas de preservação propostas para o Centro Histórico de São Luís refletiam o entendimento de distintas épocas sobre o que deveria ser digno de preservação.

Em 2007, ingressei no Doutorado Interinstitucional firmado entre Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET), atual Instituto de Educação Tecnológica do Maranhão (IFMA). Tal convênio nasceu da necessidade da formação de professores, em nível de doutorado, provenientes de vários departamentos, e de um imperativo de desenvolver pesquisas que contemplassem a realidade local, em perspectiva interdisciplinar. O doutorado adquiriu, dessa forma, uma configuração disciplinarmente heterogênea, na medida em que agregou pesquisadores de diferentes campos do saber, tais como Letras, Biblioteconomia, Turismo, Geografia, Comunicação Social, Educação, e que direcionou os olhares para diferentes focos. Os professores do Departamento de Turismo e Hotelaria, por exemplo, viram-se diante de um campo extremamente fértil para pesquisas sobre as questões relativas, ao espaço em suas várias dimensões, principalmente em relação a algumas disciplinas que tratavam da articulação entre a linguagem e a construção de sentidos

no turismo. A pesquisa da professora Conceição Belfort de Carvalho (2009) consiste num estudo sobre a genealogia do patrimônio em São Luís. A professora Rosélis Barbosa Câmara (2010) pesquisou as articulações entre turismo e o discurso da sustentabilidade nos dizeres sobre o Parque dos Lençóis maranhenses. A professora Linda Maria Rodrigues propõe uma análise semiótica do conceito de lugar construído em propagandas dos Lençóis Maranhenses. Assim, esta tese situa-se em um âmbito maior: a de um grupo que vem pensando articulações entre o discurso e os estudos do Turismo. Academicamente, os benefícios teóricos desse diálogo consistem, por exemplo, na ampliação das possibilidades do campo de aplicação da Análise do Discurso, especificamente na esfera do turismo, espaço em que desenvolvo a atividade de professora, atuando principalmente em pesquisas sobre patrimônio, história e memória, há dez anos. Socialmente, vejo nessa relação interdisciplinar uma grande oportunidade de expandir a perspectiva de entendimento no campo de investigações e conhecimentos da área do turismo, trazendo para a comunidade projetos que viabilizem não só a manutenção do patrimônio de pedra e cal, como também a preservação da identidade cultural da cidade.

Sob orientação da professora doutora Renata Marchezan, a pesquisa do doutorado propõe analisar como as políticas de preservação, materializadas em documentos oficiais e não oficiais, tentam reatualizar uma memória de um local e de um tempo, a qual, na impossibilidade de ser recuperada, é recriada no presente. Essa temática relaciona-se diretamente com a ideia de que, no período denominado modernidade, o homem iniciou uma busca desenfreada por seu passado. A memória adquiriu grande valor e isso ocorreu, sobretudo, por conta de uma nova concepção de tempo, de realidade, que se distancia do conceito de continuidade.

A partir da modernidade, segundo Berman (2007), iniciada no século XVI, o mundo passou a experimentar um intenso processo de fragmentação, de desilusão, uma problematização dos valores sagrados, em que a razão passa a ser imperiosa. Esse momento tem como um dos traços mais contundentes a efemeridade, a desintegração quase instantânea da realidade. A noção de progresso, nesse período, passa a ter enorme relevância. Extremamente cultivado desde o Iluminismo, o progresso leva a humanidade a problematizar os benefícios do desenvolvimento e o homem se põe a questionar até que ponto o desenvolvimento seria benéfico. Por isso, a memória surge como algo que deveria ser sustentado, caso se aspirasse por conservar certos aspectos da realidade.

O século XX, caracterizado por grandes turbulências, como as duas guerras mundiais, foi palco de inúmeras transformações que já se efervesciam desde o século XVIII:

os valores científicos passaram, nesse momento, por profundas transformações, entre as quais se destaca o conceito de história, marcado principalmente pelas mudanças no campo das técnicas e dos métodos. A emergência da Nova História leva à valorização de uma documentação oriunda de lugares não oficiais. Os documentos que passam a interessar a essa nova abordagem histórica são de natureza abrangente, objetos iconográficos, arqueológicos etc. A história passa a ser entendida como construção discursiva, relacionando-se, por isso, com a subjetividade do historiador, que é então considerado um artista da palavra. A história chega a ser comparada à ficção, uma invenção, uma vez que o passado, por esse viés, não pode ser alcançado em sua totalidade (CERTEAU, 1990). Essa nova forma de ver o que pode ser configurado como documento histórico incide sobre a decisão do que pode ser considerado patrimônio.

O conceito de patrimônio, como um bem que deve ser preservado, modifica-se de acordo com várias transformações sociais. O patrimônio é um meio de transmissão das tradições culturais, um veículo de conservação de identidade e por isso os grupos e as nações devem manter, cultivar, renovar seu patrimônio para codificar suas referências.

Movidas por uma série de transformações e implicações políticas, algumas cidades do Brasil foram levadas a recuperar seu passado sob a égide do presente. Mas a recuperação não poderia acontecer de qualquer forma e jogos ideológicos, campos de poderes passam a determinar o que e como o passado deve ser sustentado e o que o sustentou. Dessa forma, as relações de poder sempre permeiam a seleção do que pode ser “patrimonializado” em nossa sociedade. Surgem daí as políticas de preservação, que constituem normas de regulamentação, de controle do sistema de preservação da cidade, que legitimam formas de perpetuação da memória. Para Halbwachs (1990), a memória é uma forma de configuração dos fenômenos históricos. Para Le Goff (1994), a memória é elemento fundamental na constituição da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é atividade básica dos indivíduos da sociedade atual. A memória coletiva é mais do que uma conquista, é sobretudo, um objeto de poder, elemento selecionado por uma sociedade para ser lembrado. Não se trata, portanto, de uma faculdade neutra, passiva, mas um princípio de ordenação das experiências vividas. Assim, memória e história estão em constante contato. A história é alimento da memória, a qual “busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471). O que é lembrado pode fazer parte de uma experiência individual, ou pode ser contado pelos livros, pela tradição oral de uma cultura, referir-se à memória de um fato histórico. Esse aspecto da memória refere-se ao tempo histórico, que pode ser recomposto por meio de signos como as palavras.

As políticas, fruto de um jogo de forças, trazem uma representação de passado e, portanto, de tempo, que é instaurada com vistas a projetar um efeito de continuidade, coesão e pertença de um povo. Nelas existe um recorte das memórias locais que tecem relações discursivas com memórias de caráter coletivo. As políticas de preservação patrimonial compõem a cidade por meio de várias memórias. Nesse sentido, a cidade é, como define Rolnik (1992), um espaço de afluência de dinâmicas políticas, demográficas, econômicas, sociais, culturais e, sobretudo, simbólicas. Realidade ao mesmo tempo física e histórica, delineada por experiências espaciais e temporais, como os fluxos populacionais e econômicos; por lutas políticas; dilemas sociais, conflitos e acordos entre grupos urbanos; inúmeras formas de sociabilidade; produções culturais e imaginárias. A cidade é, assim, representada por sujeitos que elaboram constantemente as memórias de suas experiências, por meio da produção de diferentes escritas. Desse modo, a cidade deve ser pensada como realidade plural, em que diferentes sujeitos e grupos sociais habitam física e simbolicamente. Esse espaço torna-se lugar pelas experiências e produções de uma memória oral e escrita que almeja explicar a dinâmica própria de cada grupo que a constitui enquanto tecido, trama, rede de relações sociais.

Entendemos que todos esses processos são “refletidos” e “refratados” nas falas, nos documentos, enfim, nos signos que o homem produz, dentro de seu tempo, de sua história, pois conforme o Círculo de Bakhtin, o signo materializa a ideologia, ele reflete e refrata realidades (BAKHTIN, 2006). Nesse sentido, esta pesquisa busca em diferentes lugares discursivos verificar como as políticas de preservação operam como elementos de mediação de uma memória referente a um local e a um tempo que, diante da impossibilidade de ser recuperado, é recriado no presente. Desse modo, avaliamos documentos públicos oficiais à luz de conceitos do Círculo de Bakhtin, principalmente, os de dialogia, gênero, enunciado e cronótopo. Esses textos, identificados posteriormente nesta introdução, são produzidos para o reconhecimento e salvaguarda do patrimônio em São Luís. A partir deles, avaliamos, também, o seu efeito máximo – a concessão do título de Patrimônio Cultural da Humanidade à capital maranhense e as tramas políticas que a envolve. Nesse processo, buscamos entender de que modo as noções de passado têm sido transformadas por um sistema econômico e cultural global que, a partir de sucessivas revoluções industriais, dotou os países, chamados desenvolvidos, de máquinas para fabricação de produtos culturais e de meios de difusão de grande potência (WARNIER, 2000), convertendo as insígnias culturais em signos de consumo.

Pensar sobre o que atualmente vem sendo constituído como patrimônio cultural é indagar sobre o que é preservado, como é preservado e por quem é preservado, bem como problematizar se nessa dimensão as memórias de todos os setores e grupos sociais são contempladas. A recorrência à temática da memória, na atualidade, relaciona-se a fatores ocasionados pela globalização e sua influência sobre a construção das identidades, sejam sociais ou individuais.

Assim, compõem também objetivos deste estudo:

- a) analisar como os conceitos de patrimônio, memória, espaço e cidade, historicamente constituídos, propiciaram a emergência das políticas de preservação;
- b) verificar a partir de que espaço-tempo o sujeito se situa na trama de sentidos, e nos discursos, especialmente nos da preservação do patrimônio, para fazer da cidade de São Luís o que ela é hoje: Patrimônio Cultural da Humanidade;
- c) discutir os desdobramentos das políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís dentro do processo que transformou a capital maranhense em Patrimônio Cultural da Humanidade (1991-1997).

Intimamente ligada aos discursos da preservação, a noção de patrimônio aparece marcadamente como produto de uma modernidade. Representa um contra-discurso a uma razão instrumental que teve o seu tempo forte no Iluminismo, e, que a partir daí se transformou numa realidade universal. Uma modernidade fundamentada na Razão. Razão que por muitas vezes tem se demonstrado “irracional” a ponto de ameaçar de destruição a própria natureza e os componentes da tradição, da memória coletiva das sociedades. Assim, o discurso do patrimônio e da preservação aparece como necessidade de “negociar” com essa Razão que a tudo devora. Muitas vezes esse mesmo discurso é menos uma voz dissonante que um eco do discurso da modernidade, como tem acontecido com muitas políticas públicas e, em especial, as de turismo, que pregam a preservação, proteção e patrimonialização de bens, produtos e potenciais turísticos, com o intuito de gerar meramente crescimento econômico. Preservar, criar patrimônio, hoje em dia, é uma necessidade de uma época em que a modernidade mostra sua face ruim, destrutiva e, ao mesmo tempo, é uma forma de fazer avançar essa modernidade sobre um frágil equilíbrio denominado desenvolvimento sustentável.

Aqui apresentamos a hipótese de que os discursos da preservação e do patrimônio surgem em meio a conflitos da modernidade, especialmente da tecnologia e do progresso desenvolvimentista que, em nome de um ideal civilizatório, colocou em risco tanto a natureza

como a tradição. A forma de resolver o conflito foi silenciar muitos sentidos contraditórios. Assim, toda discussão a respeito do patrimônio e da preservação é um exercício de interpretação capaz de ouvir e identificar as vozes que vêm do passado, os seus ecos com o presente, e sua projeção no futuro. Mas esse passado não deve ser visto como o tempo histórico, mas como vozes atuais que tematizam o passado em confronto direto com o presente, tendo como termômetro o futuro.

Com a direção dos objetivos, procederemos a uma análise das políticas de preservação do patrimônio edificado sobre o Centro Histórico de São Luís, destacando seus efeitos de sentido, a partir da materialidade dos gêneros documentos oficiais e não oficiais, buscando a análise do espaço-tempo inscrito em cada uma das materialidades, em sua natureza composicional, conteúdo temático e estilo.

Os documentos oficiais que serão trabalhados consistem nas Políticas de Preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, configurados em um *corpus* que se constitui de quatro textos, apresentados em ordem cronológica: a Lei 3.999, de 05/12/78; o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCH) e seus Subprogramas de fins específicos, a Lei 5.082, de 1990 e a Lei Municipal 79, de 1993. Esta parte do *corpus* foi selecionada em função de esses textos configurarem o quadro das políticas que constituíram oficialmente o regime de preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, desde 1978 a 1993, período anterior à culminância do processo que elevou São Luís à categoria de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. A outra parte do *corpus* é formada pelo dossiê, documento oficial apresentado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) pelo Governo do Estado (1997) para a candidatura de São Luís a esse título e por 04 (quatro) matérias do jornal O Estado do Maranhão, entre artigos de opinião, notícias e entrevistas, que focalizavam o processo de patrimonialização da cidade, no ano de 1997.

Os textos jornalísticos selecionados nesta pesquisa foram publicados na capital São Luís, circularam no Estado, em 1997 e foram coletados do acervo da Biblioteca Pública Municipal Benedito Leite, em São Luís. Selecionamos artigos que têm como referência a patrimonialização da cidade. A escolha do impresso deu-se, principalmente, pela importância desse veículo de comunicação como meio de constituição e de circulação de ideias, já que o jornal concorre sobremaneira para o processo de produção de sentidos em nossa sociedade e se edifica como um documento da história, também. Além disso, a seleção desse periódico justifica-se pelo fato de ser o jornal diário de maior circulação do Estado e é dirigido pelo grupo ligado à família do senador José Sarney (PMDB), pai de Roseana Sarney, governadora

do Maranhão à época em que São Luís conquistou o título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Partimos da hipótese de que as políticas de preservação da capital maranhense, no período entre 1978 a 1997, passam por orientações diferentes (porém complementares) entre si. Analisamos os diferentes discursos que constroem o espaço da cidade e o reconfiguram como patrimônio. Isso implica a investigação dos procedimentos discursivos de construção da identidade da cidade, o investimento de sentido no espaço e no tempo e as relações entre discurso e poder, seguindo as orientações do Círculo de Bakhtin. Observamos que o reconhecimento do Centro Histórico da cidade de São Luís, em 1997, pela UNESCO, como apto a entrar na lista de bens patrimoniais não pode ser explicado simplesmente pelo fato de conservar na sua estrutura urbana as construções do século XVIII e XIX. A inserção de São Luís na cartografia do patrimônio não se justifica somente pelo desejo de preservar suas edificações como vestígios do passado, cujos valores seriam supostamente intrínsecos aos objetos e preexistentes a qualquer classificação. A cidade de São Luís passou a ter visibilidade como bem cultural quando foi inscrita na rede discursiva do patrimônio, quando se fez, por uma série de fatores – sociais, políticos, culturais e históricos – emblema de um passado significativo e à medida que o tecido da linguagem lhe foi atribuindo determinados sentidos para torná-la símbolo da memória coletiva. Assim, as categorias espaço-temporais são elementos importantes para a construção de sentido das políticas de preservação.

Os pressupostos teóricos tecem-se a partir de estudos bakhtinianos, orientados, especialmente, pelos conceitos de diálogo, gêneros do discurso e cronótopo. Sustentando a grade de análise encontram-se muitas questões, dentre elas destacam-se: “Quem fala nos documentos?”, “Para quem é endereçado o que fala?”, “Qual a sua finalidade?”, “Que formas assumem esse discurso?”, “Que efeitos produzem?”.

O estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz conceitos dos estudos bakhtinianos que darão suporte à leitura do *corpus*. O segundo capítulo apresenta os conceitos assumidos neste trabalho, de patrimônio, memória, espaço, cidade e os articula à emergência das políticas de preservação patrimoniais. Apresentam-se também informações acerca da história de São Luís. No terceiro capítulo, é verificada a constituição discursiva das políticas de preservação de São Luís mediante análise de uma parte do *corpus* elencado pelas Cartas de Atenas (1933) e a Carta de Veneza (1964), a Lei Estadual, de 1978, o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico e seus subprogramas, e a Lei Estadual 5.082, de 1990, e o Projeto de Lei municipal nº 79, de 1993. Essa parte do *corpus* foi assim delimitada por estar registrada em documentos oficiais, gênero cujo teor representa a voz de

um “poder dominante” – que envolve Estado e Prefeitura. O último capítulo detém-se em desdobramentos das políticas de preservação no processo de culminância do título de Patrimônio da Humanidade (1991-1997) atribuído a São Luís. Essas políticas estão materializadas no dossiê elaborado pelo governo do Estado (comandado por Roseana Sarney, em 1996) cujo objetivo era levar São Luís à titulação de Cidade Patrimônio. Desse dossiê selecionamos a justificativa do documento apresentada à UNESCO. Nele analisamos os interditos da justificativa, os apagamentos, e tentamos apontar os sujeitos que são silenciados nessa noção de Cidade Patrimônio almejada pelo Governo Estadual, bem como a identidade da cidade que é projetada no documento, a partir de coordenadas espaço-temporais. Para análise dos reflexos do título de Cidade Patrimônio da Humanidade na política maranhense, ainda neste capítulo avaliamos 04 matérias do jornal O Estado do Maranhão, considerados, nesta pesquisa, textos de caráter não oficial.

Ressaltamos que nosso estudo não pretende estabelecer verdades absolutas, nem encerrar discussões, visto que, como pesquisadores, só podemos compreender o enunciado nas relações dialógicas que ele mantém com outros enunciados, investigando correlações que neles se estabelecem e identificando as formas que neles excluem, no limiar de cada tempo-espaço.

CAPÍTULO 1 - POSTULADOS TEÓRICOS

“Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá seu festivo retorno”.

(BAKHTIN, 2003)

Neste capítulo, são apresentadas as formulações teóricas do Círculo de Bakhtin que darão suporte para a leitura do *corpus*. A proposta é mobilizar, principalmente, os conceitos de signo, palavra, enunciado, dialogismo, sujeito, gênero, cronótopo, articulados à história e memória.

1.1 O signo, a língua, a palavra e o enunciado

Em uma sociedade complexa como a em que vivemos, permeada de uma *plurivalência* de sentidos que se movem ininterruptamente, de modo fragmentário e descontínuo, pensar as políticas públicas de preservação patrimonial solicita, antes de tudo, uma reflexão acerca das formas de constituição da linguagem e os processos ideológicos que lhes são inerentes. Desse modo, a reflexão sobre as políticas públicas de preservação patrimonial deve iniciar-se pela observação de que essas políticas têm uma materialidade, geralmente configurada em documentos, constituídas em uma esfera comunicativa complexa, típica da sociedade que as elaborou. São textos que registram não apenas eventos de ordem jurídica, mas instituem realidades e visões de mundo. Como todo “signo”, esses escritos estão recobertos de sentidos historicamente constituídos, “refletem” e “refratam” valores sobre a noção de preservação, bem patrimonial, história, memória e identidades (BAKHTIN, 2006).

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001), a palavra documento deriva do latim “documentu”, cuja raiz está em *docere*, significando 'ensinar', 'mostrar'. O dicionário elenca pelo menos quatro desdobramentos do termo. No primeiro deles, a palavra documento significa “qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc.”. O segundo o retrata como “escritura destinada a comprovar um fato; declaração escrita, revestida de forma padronizada, sobre fato(s) ou acontecimento(s) de natureza jurídica”; a terceira significação corresponde à “qualquer registro gráfico”, podendo significar ainda “recomendação; preceito”.

Pelo próprio delineamento dos conceitos elencados, percebemos que um documento é sempre constituído por valores socioculturais, olhares múltiplos, poderes e

contradições, inscritos e instaurados por sujeitos historicamente estabelecidos. Os documentos, como produção histórica, devem ser analisados sob a perspectiva social que os envolve. Nesse sentido, adotamos nesta pesquisa as orientações teóricas do Círculo de Bakhtin¹, sobretudo os conceitos de signo, palavra, enunciado, discurso e outras noções que a eles se associam, para verificarmos a “plurivocidade” que as políticas de preservação produzem por meio da materialidade em que estão configurados.

Segundo Brait (2006), mesmo se considerarmos que o Círculo de Bakhtin não realizou um projeto de análise ou teoria do discurso e que jamais formulou sistematicamente um conjunto de conceitos que pudessem ser aplicados teórica e analiticamente, é inegável a contribuição desses pensadores para os estudos da linguagem, em suas diferentes modalidades. A linguagem, nessa esfera, sustenta-se na construção e produção de sentidos, apoiada em relações discursivas empreendidas por sujeitos constituídos pela história. Isso porque a acepção de língua adotada pelo Círculo de Bakhtin não a toma como um sistema estrutural, fechada em si mesma, um conjunto de unidades lingüísticas, agrupadas com o objetivo de comunicar algo ao receptor por meio de um canal, como propõe a visão já tradicional de comunicação. A língua, nesse contexto, é apreendida como forma de materialização de hábitos, costumes, cultura, ideologias e relações sociais, que acontecem por meio da inter-relação de sentidos entre textos diversos, ou seja, por relações dialógicas. Para o grupo bakhtiniano, é indissociável a relação língua, linguagem, história e sujeito.

O Círculo apreende a língua por essa ótica porque percebe fragilidades na concepção de sistema enquanto espaço da racionalidade, da compreensão lógica, de um pensamento em que interessa o universal, a lei geral, explica Faraco (2009). A linguagem só tem efeito em uso, pois toda a vida da linguagem, seja a cotidiana, a prática, a científica, a artística etc. está saturada de relações dialógicas (BAKHTIN, 2002). Tal como concebeu Bakhtin, as relações dialógicas não podem ser dissociadas do campo do discurso, isto é, da língua como fenômeno concreto.

Essa observação instaura um traço fundante do pensamento bakhtiniano, no que se refere ao modo de conceber o discurso, o qual não pode ser entendido apenas do ponto de vista interno ou, radicalmente, apenas do ponto de vista externo. Assim, pensando a articulação entre o interno e o externo, na linguagem, o Círculo propõe maneiras de investigar o discurso. O trabalho de análise e interpretação do texto/discurso acontece a partir de

¹Trata-se de um grupo de intelectuais, que se reuniu regularmente de 1919 -1929, em São Petersburg, e compartilhavam um conjunto expressivo de ideias. Essa aliança trouxe posteriormente várias indagações acerca da autoria dos textos, sendo hoje mais salutar não perder de vista “a diversidade do pensamento do grupo, suas múltiplas e inegáveis inter-relações e sua apreciável riqueza” (FARACO, 2009, p.12).

heranças da Lingüística, que oferece possibilidades de desdobramentos de campos semânticos, “organizações sintáticas”, de recuperação de “marcas enunciativas” que contornam os discursos e denunciam a sua heterogeneidade, assim como demarca os “lugares que os sujeitos aí ocupam” (BRAIT, 2006, p.13). Nesse sentido, todos os enunciados, no processo de comunicação, independentemente de sua extensão, são dialógicos. Inerentes ao processo lingüístico, as relações dialógicas instituem a forma como o enunciado envolve-se dos meios sócio-históricos nos quais são articulados e, ou recebidos pelo outro. Assim, o Círculo enfatiza o lugar, por excelência, ideológico da linguagem.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, é afirmada a relação estreita entre a ideologia e o signo, pois para Bakhtin (2006, p.31), “sem signo não há ideologia”. Nesse âmbito, é preciso atentar ao que afirma Faraco (2009), ao acentuar que o valor da palavra ideologia, nos textos bakhtinianos, geralmente é utilizado para indicar universos dos produtos do espírito humano (ou *cultura imaterial* ou produção espiritual, como preferem alguns autores). A palavra ideologia, nesse quadro teórico, compreende os “modos ideológicos de expressão – a arte, ciência, filosofia, direito, religião, ética, enfim, todas as manifestações superestruturais (para usar um termo da tradição marxista)” (FARACO, 2009, p.46). Os termos ideologia, ideologias, ideológico não possuem, nos textos do Círculo de Bakhtin, sentido restrito e negativo, não sendo adequado lê-los com sentido de “mascaramento do real”. Desse modo, qualquer enunciado se dá “na esfera de uma das ideologias (no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa” (FARACO, 2009, p.47), isso significa que todo e qualquer enunciado é ideológico.

Para os membros do Círculo, a criação ideológica é fundamentalmente de natureza semiótica, pois “todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem um revestimento material”, como som, massa física, cor, o movimento do corpo ou outra coisa qualquer (BAKHTIN, 2006, p. 33). O pão, por exemplo, enquanto produto de consumo, não possui valor de signo, mas é transformado em signo ideológico no sacramento cristão da comunhão, ultrapassando suas particularidades. Nessa dimensão:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-lo de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.) (BAKHTIN, 2006, p.32).

Isso explica, por exemplo, o fato de os seres humanos não se relacionarem de forma direta com a realidade. Essa relação é mediada sempre pela linguagem. Todas as relações humanas, com suas condições de existência – com seu ambiente natural e contextos

sociais – são semioticamente mediadas. O real nunca é dado de forma pura, transparente, mas é sempre atravessado por valores. Nossa relação se estabelece com um real informado e conformado em matéria significativa, o que implica dizer que o mundo adquire sentido somente ao ser semiotizado. Segundo Bakhtin (2006), a palavra encontra o objeto a que se refere já recoberto de qualificações, envolto por uma espessa camada de discursos.

Portanto, o dizer não se estabelece com as coisas por meio de uma relação unívoca, mas sempre de forma oblíqua: as palavras não tocam as coisas, elas penetram as camadas de discursos sociais que recobrem as coisas. Essa relação entre palavra e coisas é enredada pelas várias inteligibilidades socioverbais que contextualizam as coisas. As “formas das palavras” se acham engendradas numa interação verbal externa. É nesse sentido que o Círculo afirma que os signos não apenas refletem o mundo, já que não são meros decalques; eles refratam, desdobram os valores do mundo (FARACO, 2009, p.50).

Para o Círculo de Bakhtin (2003), os fenômenos ideológicos associam-se às condições e às formas da comunicação social. O signo existe como uma materialização dessa comunicação, e a linguagem é o sítio onde o aspecto semiótico e o papel contínuo da comunicação social, como fator condicionante, aparecem. Entende, assim, que o signo é criado por uma função ideológica precisa, não se separando jamais dessa função; por outro lado, a palavra possui neutralidade diante de qualquer função ideológica específica, podendo, por essa razão, “preencher qualquer espécie de função (estética, científica, moral, religiosa)” e sendo por ela condicionada, constituindo o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana (BAKHTIN, 2003, p.37). É nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam.

É nessa ambiência que surge uma proposta de análise da palavra como signo social a fim de que se compreenda seu funcionamento como instrumento da consciência. Segundo Bakhtin (2006), o homem deveria ter um segundo nascimento, o “nascimento social”, pois o nascimento biológico não é suficiente para o ser humano, já que ele é um ser social. A consciência do indivíduo é, nessa dimensão, uma consciência coletiva e não individual. Não pretendemos com isso afirmar que a palavra suplanta qualquer outro signo ideológico. Uma composição musical ou o mais simples gesto humano, por exemplo, não são passíveis de expressão em palavras de forma ideal. Embora nenhum desses signos ideológicos possa ser substituído por palavras, cada um se apoia e é acompanhado, ao mesmo tempo, por elas, justamente como acontece no caso do canto e de seu acompanhamento musical.

Todo signo cultural, ao ser compreendido e revestido de sentidos, nunca permanece isolado, apenas se torna parte da “unidade da consciência verbalmente

constituída”. Somos levados, desse modo, a entender que a palavra, com todas as propriedades que fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias:

sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização, e finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente, está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação (BAKHTIN, 2006, p. 36).

É exatamente nela que perfeitamente se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. O estudo da palavra é, então, visto por Bakhtin como instrumento de análise da dimensão ideológica na consciência humana.

Por essa via, um documento deve ser pensado como um signo, porque não tem apenas a função de registrar a verdade, mas congrega, reflete e refrata representações da sociedade que o formula – seus valores e princípios – ao mesmo tempo em que difunde essas representações. Como em todo signo, o ideológico é constitutivo dos documentos que compõem as políticas públicas de uma nação.

1.2 O diálogo

Os signos só aparecem em um terreno interindividual, socialmente organizado, sendo fundamental entender o contexto que os envolve, sua enunciação. Para a interpretação de um signo é necessária uma aproximação entre o signo apreendido com outros já conhecidos, pois a “compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” (BAKHTIN, 2006, p.34). O ato interpretativo consiste, portanto, em compreender sua significação em um contexto enunciativo particular. Ao enunciador interessa, no momento de sua enunciação, o que permite a uma forma lingüística se destacar num dado contexto, “aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada” (BAKHTIN, 2006, p.97). Isso implica dizer que interpretar consiste na novidade e não somente em sua conformidade à norma.

O Círculo, por essa via, opõe-se à ideia de língua como sistema, cuja natureza nos distancia das funções sociais da língua. “[...] A língua é um fenômeno puramente histórico”, opondo-se, dessa forma, ao *objetivismo abstrato*, segundo o qual “só o sistema lingüístico pode explicar os fatos da língua e renuncia a enunciação, o ato de fala, como sendo individual” (BAKHTIN, 2002, p. 112). Nesse sentido, “a consciência do falante não se orienta pelo sistema da língua, mas pelo novo, pelo irrepitível do enunciado, pelo concreto de sua singularidade, pelo seu horizonte social alternativo” (FARACO, 2009, p.23). A realização do

irrepetível ocorre na ação, no ato individual e responsável, pois “viver é agir em relação a tudo que não é eu, em relação ao outro”. O eu e o outro são, de maneira diversa, um mundo de valores. Mas é importante destacar que “o mesmo mundo, quando correlacionado comigo ou com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos” (FARACO, 2009, p.21).

A palavra é, desse modo, sempre perpassada pela palavra do outro. Tudo que dizemos, na forma verbal e também em nossas produções não-verbais, está em relação com outros dizeres. As mais diversas vozes estão em relação dialógica. Tomamos sempre a palavra ou enunciado do outro, o discurso alheio para construir o nosso ou para refutá-lo. Ao se referir a qualquer objeto, o discurso não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que o envolvem, pois existe uma consistência histórica que o constitui. Dessa maneira, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras. Todo discurso é inevitavelmente atravessado pelo discurso de outrem.

Dessa noção, surge o conceito de diálogo. O diálogo corresponde a relações de sentido que se estabelecem entre dois ou inúmeros outros enunciados. As relações dialógicas tanto podem ser contratuais quanto polêmicas.

Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregna de minha expressividade. (BAKHTIN, 2003, p. 313).

Para o pensamento bakhtiniano, a significação da palavra relaciona-se àquilo que permite seu emprego e acesso por todos os falantes da língua para que a comunicação se constitua. O que é relevante nessas conjecturas do Círculo é o fato de nossas palavras ecoarem as palavras do outro. Desse modo, ao mesmo tempo em que as palavras não pertencem exclusivamente a ninguém, elas são propriedades dos outros e estão disponíveis a todos os usuários da língua, que as apreendem sob expressões valorativas diversas. Ainda a respeito dessa questão, Bakhtin (2003, p. 314) assevera:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias) estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, modificamos.

A palavra se apresenta como arena onde se cruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. Ela está sempre impregnada de um “conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 2006, p.99). Ela é o produto da interação viva das forças sociais, pois a ligação entre as significações de um texto e as condições sócio-históricas deste texto não são secundárias e, sim, indissolúveis.

O estudo da língua só pode acontecer no enunciado, quando realmente há interação entre eu e o outro. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo. Por essa razão, Brait (2005, p.65) afirma que as reflexões em torno do enunciado e da enunciação têm relação direta com signo, palavra, comunicação, interação, gêneros do discurso.

O conceito de enunciado é desenvolvido em várias obras bakhtinianas. Conforme Brait (2005, p.65-66), um enunciado como “bem”, por exemplo, dito em uma situação em que há duas pessoas em uma sala e, de repente, uma diz a outra: *bem...* só pode ser compreendido mediante o quadro extraverbal, implicado no verbal; entram em jogo elementos como os interlocutores, conhecimentos, pressupostos, sentimentos. Para o Círculo, a situação integra o enunciado; ela é parte constitutiva da significação.

O enunciado pode ter várias extensões. Pode se configurar como uma simples réplica ou um romance de centenas de páginas; o que está em jogo é a relação dialógica que ele mantém com outros enunciados, que o precedem ou o sucedem. Esse diálogo pode estabelecer relações de natureza variada, como de concordância, discordância, restrição, aceitação etc.

Na obra de Bakhtin, o enunciado é sempre um ato singular, concretamente situado e emerge de uma “atitude” ativamente “responsiva”, isto é, uma atitude valorativa em relação a determinado estado de coisas. No dizer de Faraco (2009), há uma ligação entre o enunciado e a situação concreta de sua enunciação, bem como o significado do enunciado e uma atitude avaliativa, que pode se materializar “no tom, na entonação do enunciado”, que por sua vez insurge do universo de valores em que o enunciador se situa. Essa localização confere ao enunciador “uma posição avaliativa em cada momento”. Para Bakhtin, não há, nem pode haver enunciados neutros. Nesse sentido, as políticas de preservação devem ser pensadas como um ato responsivo, uma resposta a outros enunciados, que emerge diante de certo contexto cultural, prenhe de valores e significados de uma dada época e sociedade.

O enunciado apresenta algumas particularidades. Uma delas diz respeito ao fato de que todo enunciado não concentra um começo e um fim absolutos. Antes de seu início, há enunciados outros, “depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros”. O locutor finaliza seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro (BAKHTIN, 2003, p.294). Desse modo, a responsividade, a resposta constitui um dos núcleos do pensamento bakhtiniano.

O enunciado, ao contrário das unidades do sistema linguístico, apresenta um autor, o qual sempre assume uma posição avaliativa. Enquanto elementos do sistema, as orações, por exemplo, não são dirigidas a ninguém, são neutras, ao passo que os enunciados têm um destinatário, carregam emoções, juízos de valor. Considerando que o enunciado situa-se no nível do sentido e não no da formação estrutural da palavra, dos textos, etc., ele constitui um evento único. Dessa forma, toda entonação vocal, escrita ou falada, é carregada de valores e sentimentos únicos, exclusivos daquele momento, irrepetível, portanto.

No dizer de Marchezan (2006), diálogo e enunciado são dois conceitos interdependentes. O enunciado de um sujeito apresenta-se acabado e instiga respostas e enunciados do outro. O diálogo é apenas uma das faces da interação verbal.

Fiorin (2006, p.24), retomando Authier-Revuz (2004), destaca dois tipos de dialogismo na obra bakhtiniana: o “dialogismo constitutivo” e o “dialogismo mostrado”. O dialogismo constitutivo faz-se mediante o princípio de que todo enunciado forma-se a partir de outro enunciado, sendo uma réplica a outro enunciado. Nesse sentido é que nele, ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Como podemos ver, um discurso está sempre em relação dialógica com outros discursos.

A relação acordada com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação – bem como a não-aceitação – de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Por exemplo, ancorado aos discursos patrimoniais vemos funcionar um discurso relativo à economia, que promove a preservação desses bens como fonte de riqueza etc. É em função dessa natureza dialógica que no contexto atual verificamos a existência de vários discursos em favor da preservação de bens patrimoniais, por entenderem que esses bens são, por exemplo, a identidade de um lugar.

A identidade é pensada nesta pesquisa como um efeito de sentido produzido na e pela linguagem. Conceito amplamente debatido em diferentes esferas científicas, como a Psicanálise, a História, a Sociologia, as Letras, as discussões em torno das relações identitárias trazem um traço em comum: o fato de os debatedores concordarem que a identidade é um produto da história (GREGOLIN, 2008). Assim, as falas sobre o patrimônio

cultural dialogam com outras falas para agenciarem identidades locais, em certas cidades, atualmente.

Pelo viés bakhtiniano, as vozes são não apenas sociais, mas, também, individuais. Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples, nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que as opiniões dos indivíduos são sociais. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, “mais ou menos próximo, concreto, percebido com maior ou menor distância” e cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, “de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsiva” (BAKHTIN, 1997b, p.356), mas, dirige-se, também, a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva é determinante da produção discursiva. Um superdestinatário pode ser um conjunto ideológico, um grupo a que o locutor pertence ou busca se engajar. Para ilustrar essa relação, imaginemos, como locutor, um arquiteto que participa da elaboração de um plano diretor de uma cidade. Ele escreverá seu texto visando ao público-alvo, ou seja, às pessoas envolvidas no projeto: o prefeito da cidade, seus assessores, políticos etc. Entregará seu texto, primeiramente, a seu chefe (interlocutor real), que fará a mediação, dialogando com o texto e o arquiteto, por meio de apontamentos que propiciam transformações e conseqüente melhora na exposição escrita e interpretação das ideias. Ao encaminhar seu trabalho para apreciação, o locutor estará se reportando a uma ideologia dominante, a um grupo de pessoas, como vereadores, prefeitos, governadores, representantes de associação, populares, que configurará o seu superdestinatário.

Esse destinatário tem várias faces, vários perfis e dimensões. Conforme destaca Fiorin (2006), mesmo uma conversa do cotidiano, dirigida a um superdestinatário, é formada por enunciados sociais, pois “todo diálogo se desenrola como se fosse presenciado por um terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, e que se situa acima de todos os participantes do diálogo (BAKHTIN, 1997b, p. 356). Esse fato relaciona-se à própria natureza da palavra, a qual sempre pede para ser ouvida, busca a compreensão responsiva e não se detém numa compreensão que se efetua no plano imediato (BAKHTIN, 1997b). Além disso, o indivíduo que profere o enunciado, o faz sempre a partir de lugares discursivos produzidos pela sociedade. O sujeito discursivo carrega em sua voz discursos e ideologias que o influenciam direta ou indiretamente e esse fato ocorre mediante o dialogismo.

O segundo tipo de dialogismo – o dialogismo mostrado – refere-se à incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado. Nesse caso, o dialogismo inclui uma forma composicional, “são maneiras explícitas, visíveis de mostrar outras vozes no

discurso” (FIORIN, 2006, p. 32). Há duas maneiras de inserir o discurso do outro no enunciado:

- a) uma, em que o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado, discurso citante, o que Bakhtin chama de discurso objetivado. Exemplos dessa modalidade são o discurso direto, o discurso indireto, o emprego das aspas, a negação;
- b) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há fronteira nítida entre o enunciado citante e o citado. São exemplos dessa modalidade de dialogismo a paródia, a estilização, a polêmica clara ou velada, o discurso indireto livre etc. (FIORIN, 2006).

Quando falamos em dialogismo constitutivo, pensamos em relações com enunciados já constitutivos, e, portanto, anteriores e passados. No entanto, um enunciado se constitui em relação aos enunciados que o precedem e que o sucedem na cadeia de comunicação. Com efeito, um enunciado solicita uma resposta, resposta que ainda não existe. “Ele espera sempre uma compreensão responsiva ativa, constroi-se para uma resposta, seja ela uma concordância ou uma refutação” (FIORIN, 2006, p. 32).

Em determinada sociedade operam o presente, por meio dos múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas; o passado, isto é, os enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária, e o futuro, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade. Nela, atuam forças centrípetas e centrífugas: aquelas atuam no sentido de uma centralização enunciativa da realidade; estas buscam erodir essa tendência centralizadora (BAKHTIN, 1997b). Na esfera das políticas de preservação patrimonial, podemos vislumbrar as forças centrípetas, por exemplo, quando pensamos na memória que esses enunciados afirmam ser digna de lembrança. Já as forças centrífugas podem ser avaliadas mediante os apagamentos, os esquecimentos e silenciamentos que as políticas operam; elas também podem se relacionar a inovações e quebras de modelos tradicionais, conforme veremos nas análises de alguns documentos, posteriormente.

Conforme Brait (2005), na dimensão da teoria bakhtiniana, a articulação entre enunciado/enunciação tem papel central, pois a linguagem, indissociável do próprio enunciado, aí é concebida como histórica, cultural e social. Assim, o passado está sempre habitando os nossos dizeres.

Assim, podemos entender o dialogismo, na teoria bakhtiniana, como elemento catalisador da natureza interdiscursiva da linguagem, na medida em que instaura relações,

nem sempre simétricas, entre os diferentes discursos que compõem o repertório de sujeitos historicamente situados em uma sociedade.

1.3 O sujeito

Os trabalhos do Círculo de Bakhtin ampliaram os olhares em torno da existência do *outro* na linguagem. Conforme apontado, no enunciado, instauram-se ressonâncias, que provocam divergências, constituindo aí uma interlocução que faz soar constitutivamente o discurso-outro no discurso. As relações dialógicas, na visão bakhtiniana, são estabelecidas entre enunciados de sujeitos que ocupam posições sociais distintas. Indursky (2000) explica que a concepção dialógica que Bakhtin propõe acerca do discurso é compreendida a partir de uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, em que o sujeito não é o centro do discurso, mas é constituído sempre a partir do olhar de e sobre o outro.

O sujeito, segundo Bakhtin, é um ser social, histórico, delineado pelo contexto sociohistórico. O sujeito influencia o seu meio e nele se insere de forma responsiva. No entender de Fiorin (2006), o sujeito bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais, posto que ele tem sua singularidade e é em parte social, em parte individual. Conforme Faraco (2009), o Círculo não nega essa singularidade e, desde os primeiros textos de Bakhtin, é proposto que cada ser humano ocupa lugar único e insubstituível. O sujeito é social e singular de ponta a ponta. O sujeito participa do diálogo de vozes de uma forma particular, porque a história da constituição de sua consciência é singular (FIORIN, 2006). Ele surge da relação entre o “eu” e o “outro”; faz suas apreensões de mundo, utilizando o sensível e o inteligível.

Podemos dizer que o sujeito, em Bakhtin, aproxima-se do que Hall (1998) classifica como “o sujeito da modernidade”, o qual a partir do século XIX, desenvolve-se em uma concepção interativa da identidade e do eu, baseada na complexidade do mundo moderno. Nessa perspectiva, o núcleo interior do sujeito não é autônomo ou auto-suficiente, como imaginado pelo Iluminismo, mas desenvolvido na relação com outras pessoas, que realizam a mediação dos valores, sentidos, símbolos e cultura, do universo do qual participa. O sujeito ainda é pensado como tendo um centro interior, unificado, mas este se transforma no constante e ininterrupto diálogo com os mundos culturais exteriores. A subjetividade se desenvolve nos intervalos entre o interior e o exterior, entre o pessoal e o público e, nesses espaços, o sujeito se constrói.

Do complexo da dialogização se constitui o sujeito, portanto. A realidade linguística é tomada por ele como um universo de vozes sociais em relações dialógicas múltiplas. Considerando o caráter heterogêneo da realidade, dizemos que o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Nesse sentido, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância; como está sempre em relação com o outro, o mundo exterior não está nunca acabado, fechado, mas é sempre relativo e está em constante vir a ser (FIORIN, 2006).

É assim que, para o Círculo, mediada pela linguagem, a consciência é produzida pelas relações que os homens estabelecem entre si, no meio social. A interação com o outro tem papel fundamental, pois sem o outro, o homem não mergulha na orbe sígnica, não adentra na esfera da linguagem, não constitui a sua consciência, nem se constitui como sujeito. Nas relações interpessoais, o homem constrói conhecimentos, por meio da internalização de discursos alheios.

Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois compõem uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Nesse sentido, eles nunca são apenas expressão de uma consciência individual, descolada das vozes sociais em circulação na sociedade. O dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação. A consciência do indivíduo “constrói-se na comunicação social, ou seja, na sociedade, na História” (FIORIN, 2006, p.55). A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s), emergindo dessa relação a alteridade. A esse respeito, Faraco (2009, p. 22) acentua que “é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (é no plano da alteridade, portanto) que cada um orienta seus atos”.

A alteridade, pelo viés bakhtiniano, não é estabelecida a partir de um destinatário acomodado, cuja função é unicamente se limitar a compreender o locutor; pelo contrário, o destinatário tem sempre uma atitude responsiva ativa, materializada em uma resposta, que pode ser externa ou interna. Essa resposta não é uma compreensão passiva e pode se dar em forma de concordância, adesão, objeção, execução.

Na construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas com a voz da autoridade: aquela a que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes (FIORIN, 2006). Esse tipo de voz se

refere a um tipo de ideologia, de discursos conservadores, pouco sensíveis a mudanças, aqueles que se erigem como naturais a qualquer formação social e cultural.

Outras vozes são assimiladas como posições de sentido internamente persuasivas. Elas são vistas como uma entre outras. Por isso são “centrífugas”, permeáveis a outras vozes, à hibridização, e abrem-se incessantemente a mudanças de perspectivas, a apagamentos. Cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das inter-relações desses dois tipos de vozes.

As vozes do poder têm sempre ação centrípeta, desejam impor-se como centro de sentido, buscando reduzir o plurívoco ao unívoco. As vozes centrípetas, como o autor nos fala, seriam aquelas que defendem um poder central, inabalável por outros grupos sociais (FIORIN, 2006).

Nesta pesquisa, observaremos como as vozes do poder público, via documentos oficiais, impõem-se como centro de sentido, considerando que todo processo de constituição do sujeito, todo dizer ocorre dentro de uma esfera da atividade humana e organiza-se em forma de *gêneros do discurso*, assunto do próximo item.

1.4 Gêneros do discurso e outros conceitos

Conforme aponta o Círculo de Bakhtin, a língua integra a vida por meio de enunciados concretos que a realizam, e é por meio dos enunciados que a vida entra na língua (BAKHTIN, 1998). Nesse sentido, é indispensável considerar a natureza do enunciado e a diversidade dos gêneros do discurso, pois eles garantem a estabilidade dos diálogos. Brait (2006) pontua que a desconsideração desses elementos, em qualquer campo da pesquisa científica, pode levar a formalismos e abstrações excessivas, pois debilita o vínculo da linguagem com a vida. Desse modo, para chegarmos à forma discursiva de um texto, é aconselhável averiguar a constituição do gênero, a tradição das atividades em que os discursos se inscrevem, a organização das esferas de produção, circulação e recepção.

Campos-Toscano (2009), ao traçar um percurso histórico sobre a noção de gênero do discurso, estabelece um desdobramento desse conceito em distintas épocas e culturas e conclui que, de Platão e Aristóteles à Teoria Literária, o ponto de vista de gênero como classificação não sofreu alterações consideráveis, até o conceito ser revisitado pelo Círculo bakhtiniano, e ser então pensado como prática social, como relação intersubjetiva em que os sujeitos da comunicação apresentam diferentes valores sociais, em momentos e espaços diversos. O estudo dos gêneros literários limitou-se, inicialmente, segundo Bakhtin (2003, p.

280), a um “ângulo artístico-literário de sua especificidade, das distinções diferenciais intergenéricas (nos limites da literatura)”, desconsiderando o contexto sócio-histórico-cultural e os diferentes fazeres do homem.

A partir dessa perspectiva, Bakhtin (1997b, p.106) lança uma discussão sobre a possibilidade de conservação e de renovação dos gêneros, inclusive os literários, destacando que “por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, ‘perenes’ da evolução da literatura”, na medida em que conserva os elementos da *archaica*. Bakhtin (1997, p.106) ressalta ainda que essa *archaica* só se mantém no gênero em virtude de sua renovação permanente, pois o gênero sempre “é e não é o mesmo”, sempre é novo e velho ao mesmo tempo e é por isso que assegura a unidade e a continuidade desse desenvolvimento.

A concepção de gênero do discurso e sua relação com a produção da linguagem humana e a comunicação se estabelecem, na esteira dos estudos de Bakhtin, na dinamicidade advinda das diversas possibilidades de atividade humana, não se restringindo à forma estática e rígida dos gêneros literários. O gênero é produção em movimento ininterrupto; é diálogo entre sujeitos da comunicação, entre textos, entre discursos.

A noção de texto é problematizada pelo Círculo, assim como a sistematização da relação discurso e enunciado, enunciado e texto. Nessa visão, o texto pode ser entendido como dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina das Ciências Humanas (BAKHTIN, 2003). O acesso ao homem social e a sua vida é feito por meio dos textos por ele criados ou por criar, que materializam seu discurso. Assim é que as disciplinas tomam o texto como ponto de partida; ainda que adotando direções variadas, elas recortam partes heterogêneas desse dado primário, enfim, passam da sinalização do objeto “real” (que é o homem social que “fala” e seu discurso) a uma delimitação do objeto de investigação científica.

Os textos refletem e refratam as concepções e os valores sociais e revelam também a organização e os encontros/desencontros da comunicação social, da interação entre os homens. No campo dos estudos da linguagem, o texto pode ser analisado teoricamente a partir de duas perspectivas: uma perspectiva que implica a língua e o texto propriamente dito, em uma integração complexa, e outra perspectiva que se relaciona ao discurso e ao enunciado. Abstraído de sua situação social, a primeira orientação relaciona-se a tudo aquilo que é e pode ser reproduzido e repetido no texto, ou seja, a língua como sistema de signos e o texto como estrutura. A segunda é da ordem do acontecimento, do irrepetível do enunciado, pertencente ao texto, mas só manifesta na situação social de interação, na relação dialógica com outros textos (enunciados), no espaço de uma comunicação discursiva de uma dada esfera social.

Na primeira direção, estuda-se a língua do autor ou de uma época; a língua nacional; ou ainda a potencial língua das línguas (abordagem do estruturalismo ou da glossemática) etc. Na segunda orientação, estudam-se o enunciado, os gêneros do discurso, as relações dialógicas etc. (BAKHTIN, 2003).

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin discute a concepção, o lugar e o papel dos gêneros, articulando-os à noção de enunciado. Na esfera do discurso, o enunciado é uma unidade da comunicação humana e não somente uma sentença inscrita na gramática, o que evidencia que as diversas esferas da atividade humana estão relacionadas com a linguagem. Segundo Bakhtin (2003, p. 279):

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional.

O destaque do caráter concreto e único do enunciado caracteriza-o como um acontecimento, um evento único e irrepetível da comunicação discursiva.

Quanto à composição, o enunciado constitui-se não só de uma dimensão verbal – o seu material semiótico e a organização desse material em um conjunto coerente de signos (a organização textual) – como também de uma dimensão social – a sua situação de interação, que inclui o tempo e o espaço históricos, os participantes sociais da interação e a sua orientação valorativa (BAKHTIN, 2006). Em sua dimensão social, o enunciado possui autor e destinatário, finalidade discursiva e está ligado a uma situação de interação, em uma dada esfera social, entre outros aspectos. A situação de interação não é um elemento externo (contextual); ela se integra ao enunciado, instituindo-se como uma das suas dimensões constitutivas, indispensável para a compreensão do seu sentido.

Como observamos, o que é dito (o todo do enunciado) é determinado pelo tipo de atividade que envolve os participantes. Da mesma forma, o estudo de qualquer uma das inúmeras atividades humanas deve ser precedido dos tipos de dizer (dos gêneros do discurso) que emergem, estabilizam-se e evoluem no interior daquela atividade, porque eles estão intrinsecamente relacionados.

Tais considerações denotam que o pressuposto básico da reflexão bakhtiniana consiste no fato de os gêneros do discurso e as atividades serem mutuamente constitutivos: o agir humano não se dá independentemente da interação; nem o dizer acontece fora do agir; falamos por meio de gêneros, no interior de determinada esfera da atividade humana. Falar

não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical, em um vazio, mas adequar o nosso dizer às formas de um gênero, no interior de uma atividade.

Há, pois, uma heterogeneidade das práticas da linguagem e, por extensão, das atividades humanas, o que dificulta traçar limites para os gêneros, que a todo instante sofrem, também, uma hibridização. Essa hibridização promove mudança, remodelação, pois a forma, na concepção bakhtiniana, passa a ser entendida, ao mesmo tempo, como estabilidade e instabilidade, como reiteração e abertura para o novo, já que um gênero novo traz traços de gêneros antigos, equilibrando-se entre o estático e o dinâmico.

Nesse processo contínuo de mudança, de correlação intrínseca entre esferas de atividade e formas de dizer, Bakhtin abre certa perspectiva para estudos do dizer e do agir, do discurso e da atividade, que permite o aprimoramento de nossa percepção sobre a heterogeneidade e complexidade das práticas de linguagem e das atividades humanas. A partir da perspectiva segundo a qual o gênero não deve ser abstraído da esfera que o cria e o usa, no *corpus* que analisamos, avaliamos como o dizer e o agir, somados ao tipo de atividade, ao contexto espaçotemporal e as relações intersubjetivas, constituem elementos das esferas a que pertencem os gêneros discursivos documento. Analisamos ainda, a influência do contexto histórico e do espaço social, nas manifestações intersubjetivas.

Desse processo dialógico resultante da troca enunciativa, Bakhtin (2003) destaca ainda a “visão excedente” ou “exotópica”, ou seja, a visão que resulta do fato de o sujeito ser sempre contemplado pelo olhar do outro, o que caracteriza o ponto de vista extraposto. Para Bakhtin (2003, p.43), tudo o que dizemos é determinado pelo lugar de onde dizemos. “Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver [...]”.

Segundo essa perspectiva, vemos e sabemos sempre algo que o outro não consegue saber, devido a sua posição espacial, pois, quando nos olhamos, dois mundos diferentes se refletem. De acordo com posições apropriadas, é possível reduzir ao mínimo essa diferença dos horizontes, mas, isso só seria possível se houvesse a possibilidade de fundir-se em um, tornar-se um único homem. Esse excedente constante de visão e de conhecimento a respeito do outro depende do lugar que ocupo e que “sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias – todos os outros se situam fora de mim” (BAKHTIN, 2003, p.43).

Nesse domínio de reflexão, entendemos que a compreensão dos mais diversos gêneros implica em nos colocarmos no lugar do outro, em nos identificarmos com o outro a partir de seus valores sociais, de seu tempo e espaço para, em seguida, voltarmos para nosso

lugar, para que complementemos seu horizonte de acordo com o excedente de nossa visão. A visão excedente é um dos elementos da cadeia de comunicação que propicia a emergência de um espaço dialógico entre os sujeitos que agem responsiva e ativamente. Isso nos leva a observar que de cada lugar procede uma única visão existencial, mas também que, na existência, os indivíduos nunca estão sozinhos. Nesse sentido, podemos pensar que a exotopia, nas políticas públicas, presentifica-se no fato de os documentos projetarem um espaço e uma perspectiva temporal antes de se materializarem concretamente, antecipando comportamentos, determinando subjetividades para os sujeitos da e na cidade.

Na trama que envolve os sujeitos da comunicação, o enunciatário, ao compreender determinado enunciado, pode concordar, discordar, complementar, confrontar, executar atividades ou ordens, orientar sua vida, passando da condição de ouvinte para a condição de falante. Pela perspectiva dialógica, enquanto mecanismo inerente da comunicação, os gêneros são caracterizados como heterogêneos, construídos por diferentes integrantes das atividades sociais e com as mais diversas finalidades. Em virtude do caráter heterogêneo dos gêneros discursivos Bakhtin sugere sua divisão em gêneros primários e secundários. Os primeiros são os gêneros da vida cotidiana, e os segundos são mais complexos, próprios de atividades mais elaboradas, como os gêneros artístico-literários, científicos e políticos.

Os gêneros primários, constituintes do diálogo oral (embora não exclusivamente), do cotidiano e da linguagem familiar, desenvolvem-se em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea e em relação direta com seu contexto mais imediato. Os gêneros secundários acontecem em circunstâncias de comunicação cultural mais ordenada, normalmente (mas não necessariamente) escrita, e são gerados e usados nas atividades científicas, religiosas, jurídicas, dentre outras. Vale lembrar que Bakhtin entende esses dois tipos de gêneros como “realidades” interdependentes.

Conforme destaca Bakhtin (2002), há gêneros bastante estandardizados, como certos tipos de documentos oficiais, ordens militares, cumprimentos e felicitações sociais. Mas, ainda estes aceitam variações – mesmo que ligeiras, de matizes na entonação expressiva –, o jogo das inflexões (sua reacentuação pela mudança de esfera de atividade, ou sua hibridização) adequando-se às condições concretas de uso.

Em diversas de nossas atividades cotidianas, há uma constante passagem do plano secundário para o plano primário e vice versa. Faraco (2009) apresenta como exemplo ilustrativo uma conferência, que pertence ao gênero secundário elaborado no correr da história das atividades acadêmicas e que possui certas formas relativamente estáveis de acontecer, mas

que se amalgama com diversos gêneros primários: quando o expositor conta uma piada ou faz uma réplica a uma observação espontânea de um ouvinte, por exemplo, e assim por diante.

Essa assimilação dos gêneros primários pelos secundários leva à aproximação destes últimos da comunicação verbal cotidiana. Mais uma vez, estamos diante da volatilidade dos gêneros, da possibilidade de mudanças, de sua transformação. Isso ocorre porque os gêneros discursivos constituem-se de enunciados pouco estáveis, que têm por objetivo estabelecer a interação verbal.

O enunciado, por ser individual, apresenta traços da individualidade do falante, ou seja, absorve um estilo particular. Dependendo do gênero, existe a possibilidade de maior ou menor individualização do estilo. Isso significa que quando a forma é mais estandardizada, a escolha dos recursos lingüísticos pode ser limitada, e quando menos padronizada, como os gêneros literários, há maior probabilidade de individualização do gênero.

Os gêneros que se localizam na esfera da comunicação formal, como os documentos, por exemplo, constituem-se mais padronizados estruturalmente. Por outro lado, vale destacar que essa característica (a individualização) não é comum, tendo em vista que nem todos os gêneros são capazes de absorver e refletir (um estilo particular) da mesma maneira. Na grande maioria dos gêneros, um estilo individual se constitui como um epifenômeno, uma vez que não faz parte da intenção do enunciado, não é a sua finalidade.

O estilo do enunciado ingressa como elemento e “reflete” o estilo do seu gênero: ele não pode ser compreendido se não se considerar a sua natureza genérica. Para Bakhtin (2003), os estilos individuais dos enunciados estão vinculados aos estilos genéricos das esferas da atividade e comunicação humana. A existência de um estilo está condicionada à existência de um gênero, pois o estilo de um enunciado é também o do seu gênero. A estreita relação estilo/gênero só ressalta a importância dos estudos dos gêneros para a compreensão dos estilos da língua. Isso porque a mudança dos estilos de língua está indissoluvelmente ligada à mudança dos gêneros.

O estilo diz respeito à escolha dos recursos da língua, como as categorias lexicais, morfológicas e sintáticas, de acordo com as finalidades de comunicação e, portanto, com a relação intersubjetiva entre o querer dizer do enunciatário e a imagem que ele concebe do enunciatário.

Não são considerados como fatores determinantes do enunciado apenas o sistema da língua, o objeto do discurso e o falante com sua atitude valorativa, é preciso situar o enunciado na cadeia da comunicação discursiva; na relação dialógica que mantém na orientação para o objeto do seu discurso (enunciados já-ditos), para a reação resposta ativa do

interlocutor (enunciados pré-figurados) e para seu autor, pois essas relações e o gênero do discurso é que são determinantes na construção do estilo.

Vale ressaltar, ainda, que o estilo liga-se indissolúvelmente ao conteúdo temático e, conseqüentemente, aos objetivos de uma dada interação verbal. O estilo, o intuito discursivo, o contexto sócio-histórico-econômico-cultural e a ambientação espaçotemporal não se isolam. Constituem elementos importantes para a caracterização de um determinado gênero.

Considerando que uma determinada interação verbal mobiliza a adequação do estilo, sua alteração também se relaciona a mudanças sociais e históricas, tais como o aparecimento de novos meios de comunicação ou do desenvolvimento tecnológico. As novas e atuais situações comunicativas têm ultrapassado o espaço da comunicação face a face. Os recursos audiovisuais, virtuais, que extrapolam essa capacidade humana de se comunicar, renovam e reestruturam o gênero, que passa a ser um produto mutável do contínuo processo de comunicação humana. Essa nova corporalidade comunicativa projeta o estilo para além dos mecanismos gramaticais, na medida em que emergem possibilidades criativas, dinâmicas, inerentes ao processo de interação verbal, de acordo com as finalidades de cada práxis humana.

Cada esfera da comunicação humana carrega em si uma finalidade comunicativa, daí afirmar-se que há um “intuito discursivo” ou o “querer-dizer” (BAKHTIN, 2003) que determina o todo do enunciado, restringindo ou ampliando a enunciação. Na relação dialógica entre os sujeitos, a comunicação se constitui como um processo vivo, dinâmico, em constante mudança e transformação segundo a sociedade em que está inserida. Desse modo, os gêneros seguem essas mudanças, pois são constitutivamente mutáveis, flexíveis.

A ductibilidade dos gêneros, ao mesmo tempo em que evidencia a difícil arte de delimitá-lo formalmente, possibilita nossa participação nos mais diferentes campos de atividades humanas. Ao dominarmos um determinado gênero – por exemplo, um documento oficial –, conseguimos participar de certos grupos sociais, em atividades como solicitação, deferimento, indeferimento, comunicados, dentre outras. Caso contrário, não há participação, não há comunicação, não há o fazer humano. A práxis humana, portanto, está estreitamente vinculada ao ato comunicativo, não havendo a menor possibilidade de existir e se inter-relacionar com o outro, sem o conhecimento dos gêneros e dos enunciados concretos que o constituem.

De acordo com Bakhtin (2003), ao elaborarmos um enunciado, projetamos também uma resposta de modo ativo; presumimos influências, precavendo-nos das objeções previstas, fazendo restrições, etc. Enquanto falamos, calculamos o fundo sobre o qual nossa

fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele possui sobre a situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (vistos do meu olhar); pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva acerca do enunciado.

Segundo Rodrigues (2005), a exposição de uma noção geral sobre gêneros do discurso pode ser encontrada em muitos trabalhos do Círculo de Bakhtin, tais como a defesa do romance enquanto um gênero literário, os gêneros intercalados como uma das formas composicionais de introdução e de organização do plurilinguismo no romance, a abordagem do romance polifônico em Dostoiévski, o papel e o lugar dos gêneros nos estudos marxistas da linguagem, os gêneros como uma das forças sociais de estratificação da língua (uma das forças centrífugas), o alargamento da noção dos gêneros para todas as práticas de linguagem e não apenas as do domínio da poética e da retórica.

Marchezan (2006), considerando Bakhtin, afirma que os diálogos não se repetem integralmente, mas também não são completamente inéditos; eles são repetíveis na medida em que trazem marcas de certas épocas e culturas. A noção de gênero, também estabelecida por Bakhtin, permite captar a relativa estabilidade dos diálogos sociais, e apreender suas formas mais recorrentes em certos contextos culturais e históricos. “O gênero vive no presente, mas está constantemente se remetendo ao passado, à sua origem, conserva a memória artística no processo de evolução” (FIORIN, 2006, p. 90).

“Cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1997b, p. 279, grifo nosso).

Vale observar que ao delinear o conceito de gênero, o autor russo destaca a relação dialética entre os gêneros e os enunciados. Em outras palavras, Bakhtin concebe os gêneros a partir de sua historicidade, pois eles não constituem unidades convencionais, isto é, não são elementos fechados, estáveis. A eles se atribui a mesma natureza dos enunciados – natureza social, discursiva e dialógica, ao tomá-los como seus tipos históricos.

Embora existam traços formais semelhantes entre os gêneros, eles não devem ser vistos simplesmente segundo suas propriedades de forma e conteúdo; é preciso avaliá-los do ponto de vista de sua dinâmica social. Os gêneros biografia e romance biográfico, por exemplo, possuem “valores biográficos” em comum, mas são produzidos e circulam de modo diferente, em esferas sociais diferentes, com funções discursivo-ideológicas diferentes: o primeiro tem, principalmente, finalidade histórica e o segundo tem, principalmente, finalidade artística.

Os gêneros são produtos culturais, modos sociais de dizer, que se constituem, enquanto atividade social de linguagem, modos de significar o mundo, de organizar e significar a interação (FARACO, 2009). Na perspectiva de Bakhtin (1997b), é a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, do gênero do discurso, que baliza o falante (quem sou eu, quem é o meu interlocutor, como este me vê, o que dizer, como dizer, para que etc.) no processo discursivo.

Para o interlocutor, os gêneros funcionam como um horizonte de expectativas (de significação), indicando, por exemplo, a extensão aproximada da totalidade discursiva, sua determinada composição, bem como os aspectos da expressividade do gênero e do enunciado (RODRIGUES, 2005)

Nessa direção, em nosso trabalho, convém avaliar a maneira pela qual as ideologias se manifestam a partir das coerções impostas pelo gênero e como são atualizadas nas políticas de preservação, a fim de que se percebam os sentidos mobilizados no discurso.

1.5 O cronótopo

A situação social de interação dos gêneros está articulada a cronótopos. Conforme destaca Bakhtin (1990), qualquer intervenção na esfera dos significados só se realiza através de um ou mais cronótopos, coordenada espaço-temporal do evento discursivo. O termo cronótopo é utilizado nos estudos bakhtinianos para marcar a indissociabilidade da relação espaço-tempo e refere-se a uma “produção da história”, a um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem. Trata-se de uma categoria que marca a “fusão dos índices espaciais e temporais” e por meio da qual Bakhtin buscou explicar a concepção de tempo de uma obra, por acreditar que tal noção inscreve em si um conceito de homem; “assim a cada nova temporalidade corresponde um novo homem”. O tempo é a grandeza do movimento; nele são vislumbradas as transformações que cercam o homem (AMORIM, 2006, p.102).

Conforme Rodrigues (2005), cada gênero ajusta-se a diferentes cronótopos, um horizonte espacial e temporal – que diz respeito à esfera social, ao momento histórico e à situação de interação em que se encontra – um horizonte temático e axiológico – que se refere ao tema e à sua finalidade ideológico-discursiva – e uma concepção de autor e destinatário. Para ilustrar essa afirmação, pensemos em uma propaganda de cerveja, no Brasil, que constrói a ideia de que a bebida trará refrescância ao consumidor, elaborando um cronótopo de verão na situação enunciada. Em termos de políticas públicas, podemos pensar no cronótopo do

passado que esses documentos instauram para que parte da cidade viva em uma atmosfera de tempo antigo, a exemplo do que temos no Centro Histórico de São Luís.

A utilização do conceito de cronótopo solicita uma competência para ver o tempo, para ler o tempo no espaço e, simultaneamente, para ver e perceber o tempo no espaço como um todo em formação, como um acontecimento, como um pano de fundo imutável ou como um dado pré-estabelecido. A orientação cronotópica é uma “aptidão para ler o tempo em tudo – tanto na natureza quanto nos costumes do homem e até em suas idéias” (BAKHTIN, 1997b, p.243).

Esse conceito deriva das observações do teórico russo ao considerar que qualquer lugar da terra, por menor que seja, deve estar incluído na história da humanidade, fora da qual não passa de espaço morto e ininteligível, fora da qual não serve para nada. Por outro lado, “o acontecimento histórico constituído de recordações abstratas não é inteligível (não é visível) se não está localizado num espaço onde está gravada a *necessidade* de sua realização num tempo e num *lugar determinados*” (BAKHTIN, 1997b, p.257, grifo nosso).

Bakhtin (1997b, p. 262), analisando a visão do tempo em Goethe, afirma que para o autor alemão, as coisas estavam “no tempo e em *poder do tempo*”.

O poder desse tempo é um poder produtivo e criador. “Todas as coisas, desde o conceito abstrato até o fragmento mineral – até o cascalho nas margens de um rio – são marcadas com a chancela do tempo, são impregnadas de um tempo que lhes dá forma e *sentido*. [...] Este tempo está concretamente localizado num espaço onde se encontra armazenado (grifo nosso).

O autor acentua que, em Goethe, não há acontecimentos que sejam indiferentes aos locais de sua realização e que pudessem realizar-se em outros lugares ou em nenhuma parte. Tudo é nesse autor *espacio-temporal*, tudo é *cronótopo* autêntico.

O cronótopo ou relação espaço-tempo, para Mikhail Bakhtin, é uma das instâncias principais para o entendimento da construção da estrutura romanesca:

No cronótopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e fusão de sinais caracterizam o cronótopo artístico (BAKHTIN, 1997b, p. 211).

Se na produção romanesca a relação espaço-tempo pode criar o efeito de veracidade e influencia a relação entre os personagens e a ação, além de revelar muito do espírito que rege a produção estética, no gênero não-literário, como as políticas públicas,

podemos dizer que a relação espaço-tempo constrói efeitos de realidade e codifica a relação entre sujeitos, além de revelar e orientar o espírito que rege a sociedade.

Ainda segundo a perspectiva bakhtiniana, é o cronótopo que motiva as formas de gênero, pois instaura modos e direcionamentos para o homem comunicar-se e inserir-se no tempo e no espaço de sua cultura. Em uma carta pessoal, por exemplo, há formas específicas por meio das quais o enunciador situa o enunciatário na situação enunciativa, ao dar suas notícias, revelando como se encontra no momento da enunciação, ancorando seu enunciatário em um tempo e um espaço. O cronótopo, dessa maneira, tem como princípio condutor o tempo. O tempo estabelecido nas Políticas Públicas de Preservação, conforme mostramos a seguir, influencia a construção da identidade não só dos sujeitos, mas da própria cidade, materializada nos textos.

Segundo Machado (2005), todas as formas de representação que se localizam no gênero são, igualmente, orientadas pelo espaço-tempo. Os gêneros surgem dentro de algumas tradições com as quais se relacionam de algum modo, permitindo a reconstrução da imagem espaço-temporal da representação estética que orienta o uso da linguagem.

Cada cronótopo, ao determinar uma imagem espaço-temporal, supõe concepções ideológicas. Mais do que um instrumental técnico para análises literárias, o conceito de cronótopo possibilita captar a forma como homens e mulheres se representam. Esse conceito bakhtiniano aponta para o fato de que texto e vida estão em permanente diálogo, e o caráter dialógico assinala como um enunciado está sempre interconectado a outros. Nessa esfera, é determinado como o espaço deve ser visto, habitado; que expressões do dia-a-dia devem ser aceitas. Desse modo, o cronótopo, ou a relação espaço-tempo, constrói identidades.

Se o cronótopo relaciona-se à imagem do homem em espaços discursivos diversos, a análise das políticas públicas dependerá, então, da compreensão do cronótopo, das imagens do mundo que o sujeito representa para si, de acordo com o tempo em que está inserido. Logo, nas políticas públicas haverá um cronótopo do presente confrontando-se com um cronótopo do passado e do futuro.

Essas discussões são importantes para compreendermos como passado e futuro são apresentados na dimensão do presente, nas políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís, e como tempo e espaço estabelecem um diálogo com a edificação da memória da cidade. Espaço e tempo são, portanto, dois aspectos essenciais dos documentos das políticas de preservação de São Luís.

CAPÍTULO 2 - DA EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAIS

“Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”.

(UNESCO, 1972)

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos de cidade, memória e patrimônio, e articulá-los à emergência das políticas de preservação patrimoniais. Destacam-se as mudanças no conceito de patrimônio e sua representação nas políticas de preservação.

2.1 As Alterações do olhar

Entendidas como *signo* que reflete e refrata os valores de uma sociedade, as políticas públicas de preservação do patrimônio devem ser pensadas a partir da espessura histórica e social que as envolve. Desse modo, a compreensão da emergência dessas políticas deve passar, primeiramente, pela constituição da noção de patrimônio e sua relação com as ideias de cidade, memória e história.

Para compreendermos o sentido da cidade é importante entendermos inicialmente a natureza do espaço. Segundo Douglas Santos (2002), o espaço é uma invenção. Logo depois que Kant o avaliou como um dado da percepção, essa categoria saltou para o imaginário e, por meio de técnicas, como a pintura e cartografia, na modernidade, o espaço transformou-se em realidade.

O autor explica que a percepção moderna de espaço emerge colada à geometrização da confecção do quadro, mediante o artifício de uma tela de quadrículas interposta entre o modelo e a tela, que orientava a transferência e a proporção da pintura (SANTOS, 2002). Por meio de uma densa geometria de massas, formas e linhas milimetricamente distribuídas em um arranjo de limites precisos da paisagem reproduzida, a noção do espaço foi transferida da pintura para a cartografia, passando a ser o acesso de entrada e saída para o imaginário. Dessa forma, o espaço cartográfico é a representação projetada de um lugar físico cujas bases se sustentam em aspectos sociais, históricos e políticos, perspectivas sobre a qual nosso trabalho se detém.

Também, conforme Milton Santos (1999, p. 264), o espaço possui uma memória e a produz também. É um dado fundamental na descoberta da memória. Ele é, “ao mesmo tempo, futuro e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado”. Nesse processo, que faz (re)significar o espaço, revela-se a maneira pela qual o ocupamos, como interagimos com ele, nele e por meio dele. Mais do que espaços físicos, construímos espaços culturais, que se erigem como signos desencadeadores de processos identitários.

Essa observação de Santos (1999) pode relacionar-se com os conceitos de espaços lisos e estriados propostos por Deleuze e Guattari (2007). Esses autores, guardadas as devidas diferenças em relação ao pensamento do Círculo de Bakhtin, propõem uma avaliação do espaço, categorizando-o em *estriado* e *liso* (DELEUZE; GUATTARI, 2007).

O espaço estriado é sedentário, métrico, enquanto o espaço liso é nômade, não métrico. No espaço liso há um vetor, uma direção e não uma dimensão. Ele é construído pelas operações locais de mudanças de direção, pelo fluxo. Essas mudanças de direção derivam da própria natureza do percurso. De forma genérica, o espaço liso está para o afeto e o estriado está para a noção de propriedades. Porém, os espaços liso e estriado não são oposições sem diálogo. O liso está sempre se traduzindo em estriado, enquanto o estriado reverte-se em liso. Um desdobra-se no outro (DELEUZE; GUATTARI, 2007).

Em se tratando do fenômeno arquitetural, Guattari (1994, p. 1657) assevera que o alcance arquitetônico estaria além de suas estruturas materiais visíveis, de sua *densidade técnica* – conforme diria Santos – e funcional, pois esses espaços seriam *máquinas de sentido*, de *sensação*, máquinas *abstratas*, máquinas “[...] portadoras de universos incorporais que não são, todavia, universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 1994, p.158). Para o autor, a produção de sentidos que emerge dos lugares em geral resulta da influência das diferentes culturas que os constituem, muitas vezes em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico o qual pode levar os lugares a influenciar o tempo orgânico, modificando a dinâmica natural do tempo. Uma sociedade se representa nas formas de ordenar o seu ambiente, nas maneiras de construir suas casas, na organização de sua casa. Com persuasão retórica, muitas dimensões simbólicas se inscrevem em um espaço, exigindo, portanto, interpretação.

Espaço e lugar são conceitos muito próximos, porém, diferentes. Viñao (2005) explica que o espaço converte-se em lugar ao ser ocupado e utilizado pelo ser humano. É por

esse mecanismo que algumas instituições, como a escola, por exemplo, ao ocuparem espaços, tornam-se lugares. A cidade é também um lugar que nasce da ocupação do espaço.

Conforme Rolnik (1992), como realidade física e histórica, a cidade liga-se às experiências espaciais e temporais (fluxos populacionais e econômicos; disputas políticas; conflitos sociais, tensões, consensos entre os grupos urbanos; formas de sociabilidade; relações e produções culturais e imaginárias) percebidas e representadas pelos sujeitos que elaboraram as memórias de suas experiências, por meio da produção de diferentes escritas. Essa memória reflete de que modo os grupos constroem a cidade enquanto tecido, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. A cidade é, portanto, signo de sua própria história e escrita.

A cidade, que concentra as maiores realizações humanas, com todas as contradições daí decorrentes, é um lugar privilegiado de existência dos “lugares-memória”.

No mundo moderno a memória teria deixado de estar incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume sendo substituída por ‘lugares da memória’, ou seja, a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributos de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social - no costume, na tradição - a memória tomaria forma em determinados lugares, passando a depender de agentes especialmente dedicados a sua produção (ABREU, 2003, p.54).

Para Nora (1981), os lugares de memória são lugares de dimensão material, funcional e simbólica. São lugares materiais porque neles a memória social se aporta e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de consolidar memórias coletivas e são lugares simbólicos porque neles essa memória coletiva se expressa e se revela. São, portanto, lugares dotados de uma memória agenciada, elaborada. Longe de serem signos naturais, os lugares de memória são edificações históricas e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos, que refratam e refletem os processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses, conscientes ou não. A noção de lugares de memória traz subjacentes várias problemáticas como: são lugares de que memória? São lugares de memória de quem e para a construção de que identidades?

Na esfera historiográfica, o significado que esses lugares assumem são apreendidos como um gesto de produção de sentidos, uma produção discursiva.

O político é parte inerente da constituição dos lugares de memória. Nesse espaço é cotidianamente inscrita uma história, por meio de leis, decretos, monumentos etc. Trata-se de uma atualização, no nível enunciativo, de sentidos históricos que põem os moradores em

posição de identificação com uma certa história e tendo como efeito a produção da identidade local.

A edificação da cidade está associada, pois, à política de uma época. As cidades ditas históricas, por exemplo, podem ser vistas sob duas perspectivas diferentes. A título de ilustração pensemos que uma cidade como Machu Pichu figura, por um lado, como prova da suntuosidade de um povo, por meio de elementos valorosos de sua cultura que foram perpetuados. Por outro lado, ela figura apenas como uma ruína histórica. A segunda perspectiva corresponde ao caso das cidades que tentam não deixar o seu passado afastado do presente, trazendo os significados de outrora até os dias atuais. Nesse caso, podemos citar cidades históricas brasileiras como Ouro Preto e São Luís.

Essas cidades configuram-se em uma dinâmica típica da atualidade, que segundo Santos (1999), dentro de uma economia global, consiste em buscar saídas e modos de sobrevivência dentro do mundo capitalista, o qual fortalecido, após a Segunda Guerra Mundial, avança para um controle total, inclusive sobre a cultura. Na busca pela dominação, o capitalismo gera um fenômeno interessante: ao mesmo tempo em que a globalização incentiva a quebra das fronteiras, posicionando-se contrariamente à diversidade que, notoriamente, existe no mundo, paradoxalmente reforça um movimento oposto: o das diferenciações culturais incentivadas pela preservação, oriunda dos processos de patrimonialização, que buscam preservar raízes como forma de não perder o referencial ameaçado pelo processo da globalização. Esse processo aproxima-se bastante do que ocorreu com a cidade de São Luís, conforme veremos no capítulo 3.

Desse modo, considera-se que a recorrência à temática da memória, na atualidade, relaciona-se a fatores ocasionados pela globalização e sua influência sobre a construção das identidades, sejam sociais ou individuais.

[...] a questão da memória está associada a uma nova percepção frente à possibilidade de compreensão do mundo cotidiano – e ao redor do cotidiano, que faz com que indivíduos e grupos sintam a necessidade de entender significados, tanto em objetos materiais (concretos e palpáveis) quanto em objetos imateriais (perceptíveis, sensíveis e identificáveis). Essa mudança não é apenas comportamental de indivíduos, grupos, instituições, mas, também, epistemológica. Há uma nova episteme, um novo paradigma do conhecimento e do mecanismo de obtenção do conhecimento, do saber científico (FÉLIX, 2002, p.16-17).

Essa nova episteme associa-se ao conceito de verdades absolutas, as quais, segundo Miotello et al. (2006), passam a ser avaliadas como não mais convincentes, abrindo margens a uma intensa relatividade. Nesse aspecto, os autores afirmam que quando Nietzsche proferiu “Deus está morto”, em fins o século XIX, o mundo se transformava por inúmeras

razões e o célebre aforisma nietzscheano certificava que o idealismo, a noção de absoluto agonizavam diante de teorias sociológicas como a de Marx e Engels. O materialismo histórico marxista trouxe como contribuição à diluição das verdades absolutas, tornando a história híbrida e menos romântica, colocando as classes populares em cena, como protagonistas, tornando, portanto, as verdades relativas. Assim, hoje, não é mais possível colocar as instituições, as formas, padrões, sistemas e estruturas acima das relações cotidianas.

Essa é consequência dos tempos modernos, que à luz de grandes transformações, na liquidez dos conceitos, a todo tempo cultiva novidades. A partir da modernidade, o homem envereda por uma instantânea renovação de seus desejos. São novas culinárias; novos modelos de carro, de casa, de roupa; descobertas no espaço; invenção e constantes inovações do ciberespaço. Desse processo emerge, paradoxalmente, a patrimonialização, uma prática que almeja resgatar a concretude, retomar as referências da humanidade abaladas pela dinâmica do tempo. Uma busca por estabilidade e absolutos em meio a um surto de relativismos, numa realidade pouco sólida, em que o mundo parece viver uma mercantilização da memória, em tempos que parecem nos levar a uma incessante busca por esse mecanismo.

Como evocação do passado, capacidade de recuperação do tempo perdido, a memória tem sido apreendida como a garantia da identidade de um povo (CASTRO, 2008).

Na cidade, a adaptação aos imperativos da modernização globalizadora é difícil. Rígida pelo seu estoque de capital fixo, duravelmente instalado, a cidade resiste a uma difusão mais rápida e mais ampla da racionalidade contemporânea. Enquanto novos objetos se instalam (prédios inteligentes, vias rápidas, infra-estruturas) em algumas áreas urbanas, na maior parte do conjunto situam-se objetos herdados de outras épocas (SANTOS, 1999). Como forma de evocar o passado, esses elementos são cultuados pela sociedade como meio de territorialização da identidade local, por isso são sempre alvo de reflexão dos documentos que sustentam a preservação da cidade.

Dessa maneira, a cidade será pensada, neste trabalho, a partir de sua representação edificada em documentos que compõem as políticas de preservação do estado e, portanto, como espaço discursivo de múltiplas vozes. Lugar onde se cruzam a história e a memória do povo e onde as políticas de preservação patrimoniais impõem cronótopos de diferentes dimensões e se impõem como signo de memória e de lutas políticas. Nesse âmbito, é importante discutirmos as relações existentes entre a cidade e a noção de patrimônio.

2.1.1 Patrimônio e memória

Como um conjunto de bens a ser preservado por uma comunidade, o conceito de patrimônio emergiu, inicialmente, no âmbito privado e no direito de propriedade, ligando-se intimamente à visão de mundo e aos interesses aristocráticos da elite patriarcal romana. Segundo Castro (2008, p. 11), o termo latino *patrimonium* significava, entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater familias* (pai de família), inclusive a mulher, os filhos e os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis. A maioria da população, entre os romanos, não tinha bens, logo não possuía *patrimonium*.

Com a propagação do Cristianismo e a soberania da Igreja, a partir da Antiguidade Tardia e, em especial, na Idade Média, foi acrescentado o aspecto religioso ao caráter aristocrático do patrimônio, tonalidade que lhe dava uma forte dimensão simbólica e coletiva. Elementos materiais e espirituais de valor não só para a elite da igreja, mas também para pessoas comuns, como o culto aos santos, rituais religiosos coletivos e a valorização de relíquias, adquiriram importância e passaram a ser entendidos como propriedade.

Com o Renascimento, e todo processo de ruptura com a Idade Média, considerada polemicamente como idade das trevas, outra mudança no conceito de patrimônio ocorreu devido a fatores como o desenvolvimento de uma tradição antropocêntrica em oposição ao teocentrismo medieval. O antropocentrismo, no entanto, trazia em suas bases a valorização da antiguidade greco-romana, prestigiada apenas por uma elite letrada, que continuava a valorizar aspectos aristocráticos da noção de patrimônio. Por obra dos chamados humanistas, duas importantes inovações aconteceram durante o Renascimento: a primeira delas diz respeito à preocupação com a coleta e a catalogação de tudo o que resultou dos antigos – moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estátuas, ruínas de edifícios, surgindo, assim, os colecionadores de antiguidades, os quais ainda existem atualmente. A segunda refere-se à invenção da imprensa, fato que permitiu a multiplicação das edições de obras antigas, tanto em língua original (grego ou latim) como em traduções – das quais a Reforma Protestante, e a publicação da Bíblia, foram grandes devedoras (CASTRO, 2008).

Transformações nas sociedades modernas geraram um dos grandes acontecimentos que anunciaram a cisão mais significativa tendo o aspecto aristocrático no conceito de patrimônio: o surgimento dos estados nacionais e o fim dos antigos regimes monárquicos de direito divino, que tinham como base a identificação da nação com a casa real.

A França foi o grande emblema da criação de um estado nacional moderno, a partir da revolução de 1789, momento em que houve uma mudança de perspectiva dos indivíduos franceses, que se transformaram de súditos do reino a cidadãos do país, independentemente de *status* ou de riqueza. Esse fato faz emergir, no país francês, inicialmente, um novo conceito de patrimônio, ligado a um estado nacional e não mais ao antigo regime, que se aliava a uma ordem privada e aristocrática.

A criação da República exigiu a consolidação do ideal de cidadania para todos seus habitantes, para os homens, principalmente, pois as mulheres foram mantidas excluídas desse e de muitos outros direitos sociais e políticos. Nesse processo, teve papel fundamental a escola laica e pública, utilizada como meio de difusão de valores, costumes e língua comuns. Assim, propagou-se um conceito de patrimônio que se estendia a todo um povo, com uma língua única, cultura e único território, emergindo daí o conceito de patrimônio nacional.

O século XIX assiste ao estabelecimento de duas linhas de reflexão sobre práticas relacionadas aos bens a serem considerados parte de um patrimônio nacional: o culto romântico e nostálgico para a ruína, que incide sobre o valor da antiguidade e do seu poder de evocação, e a criação do sistema de inventários. O arquiteto Viollet-le-Duc, na França, e o poeta, artista e crítico social e de arte, John Ruskin, na Inglaterra, protagonizam as discussões sobre o sentido do restauro de monumentos históricos. Para Viollet-le-Duc (2000, p. 47) a restauração de edifícios implica alterações em relação ao original: “restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado de plenitude que não poderá ter existido em nenhum momento”. Segundo Viollet-le-Duc (2000), princípios absolutos podiam levar ao absurdo. Ele era contra a busca cega da unidade estilística.

Arquitetos como Denis Darcy e Paul Abadie, seguindo os ideais de Le-Duc, foram responsáveis por muitas intervenções incisivas, como a substituição de partes românicas originais por outras góticas, o deslocamento de esculturas de um monumento para outro, dentre outras intervenções.

Já Ruskin (1987) entende que o trabalho dos antigos construtores possui um valor que merece ser respeitado, e chama os acréscimos aos edifícios históricos de “mentiras arquitetônicas”. Segundo o autor, a restauração destrói um edifício e se assemelha a uma tentativa de querer ressuscitar os mortos. Na sua opinião, é melhor manter uma ruína que restaurá-la.

No final do século XIX e início do século XX, como reação aos conceitos de restauro de Viollet-le-Duc e às ideias passivas de Ruskin, surge uma nova geração de

arquitetos preocupados com o conceito de restauro, e em defesa da conservação e reparação, de modo a preservar os valores históricos e artísticos do monumento.

No período compreendido entre, aproximadamente, as duas grandes guerras mundiais (1914 a 1945), a noção de patrimônio nacional se expande em virtude de um nacionalismo de características diversas. O patrimônio era então entendido como um bem material concreto – que englobava monumentos, edifícios e objetos considerados dotados de um valor simbólico muito significativo para marcar a identidade de um povo. No século XX, as concepções sobre preservação produzem a necessidade de se estabelecerem regras internacionais sobre preservação para solucionar problemas complexos de salvaguarda patrimonial. Difunde-se a criação, pelos estados nacionais, de instituições e legislações voltadas à proteção do patrimônio (CASTRO, 2008).

Segundo Choay (2001), a ideia de patrimônio, quando surgiu, em Roma, inicialmente, relacionava-se diretamente ao conceito de monumento, palavra que tem em suas origens a semântica da memória (*memini*). O verbo que deriva desse termo – *monere* – significa fazer recordar, avisar, iluminar. O monumento é um signo do passado, é tudo que pode remeter ao passado, como os atos escritos, por exemplo. O monumento liga-se, pois, à memória e à história.

A memória, de forma ampla, é a presença do passado. É uma construção psíquica e intelectual que condensa uma representação seletiva do passado. A memória, entretanto, nunca é somente individual; ela é fruto de um indivíduo inscrito em um contexto social, nacional. Na perspectiva de Halbwachs (1990), toda memória é coletiva.

Segundo Arendt (1997), na Antiguidade Clássica, História e Memória eram atividades indivisíveis. *Mnemosine*, a mãe das musas, detinha o saber do passado, podendo, portanto, prever o futuro, o que significava uma forma de conhecimento, diferente do que ocorre na modernidade, em que os fatos ordinários evocam nossos desejos e saudades.

Para os gregos, a História, como memória, deveria salvar os feitos humanos do esquecimento, assegurando-lhes a evocação pela posteridade, “fazendo assim sua própria glória brilhar através dos séculos” (ARENDR, 1997, p. 70).

Heródoto afirmava ser o papel da história o de “preservar aquilo que deve sua existência aos homens [...] para que o tempo não o oblitere” (ARENDR, 1997, p. 70). À capacidade humana de realizar a inversão da vida biológica tornando-a imortal denomina-se *mnemósine*, isto é, a recordação. Caberia à história o papel de imitar a ação, reconciliando o homem com a realidade por meio das lágrimas da recordação, fruto da catarse. A historiografia grega não tem intenção de ser filosófica, mas poética. Poetas e historiadores

conferiam notoriedade imortal a palavras e feitos humanos perpetuando-os mesmo após a morte de seus autores – uma forma de abrandar a dor pela condição humana de finitude, de brevidade – por meio da recordação. Vale lembrar que essa iniciativa restringia-se apenas aos feitos de homens dignos de louvor.

O fundamento do moderno conceito de História, elaborado a partir dos séculos XVI e XVII, reside na dúvida cartesiana que apregoava a impossibilidade de o homem confiar na evidência do sentido e das faculdades humanas. O homem constata que aquilo que antes se lhe apresentava como uma verdade, mostrou-se efêmero e incerto. Essa comprovação interferiu no conceito de história a partir da verificação de que, por um lado, o homem é incapaz de conhecer o mundo que lhe é dado (a natureza), e por outro, ele deve conhecer aquilo que faz (a história). Essa nova compreensão do conceito de História produz novos paradigmas e desloca a ênfase do conhecimento para os processos, com o intuito de determinar de antemão aquilo que o homem fez e aquilo que lhe é dado pela natureza.

Se antes o conceito de história consistia numa tentativa de tornar concreto o efêmero dos feitos humanos, com a mudança de conceito inicia-se uma busca por processos fabricados. O conceito de processo implica a universalização do significado do acontecimento: o singular e específico do significado universal são dissociados, passando a existir *a História* em detrimento *das histórias*. Com o advento das revoluções industrial e tecnológica o homem passou a dominar a força dos elementos naturais, ao introduzir esses elementos no mundo, apontando para uma conexão entre natureza e história (MAGALHÃES, 2006).

Não é mais possível conceber a História como um dado pronto a ser explorado pelo historiador em arquivos, museus ou bibliotecas para expor ao público leitor, obedecendo ao registro dos documentos, como forma de garantir a objetividade da História. A mudança na postura do trabalho do historiador, que passa a interagir com o documento, promove uma historiografia que é resultado de sua escolha e posicionamento em relação aos seus objetos, fontes, abordagens e métodos. A subjetividade passa a ser tão importante quanto a objetividade na produção historiográfica, sem prejuízo para a cientificidade da História. Vale ressaltar Febvre (1977, p. 428) que se questiona:

Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entrelaçada que supre a ausência do documento escrito?

A contemporaneidade contestou as formulações da tradição e transformou o conceito de teoria, que de um sistema de verdades estabelecidas dá lugar ao “acaso na natureza, à contingência na história e à fortuna na ética e na política” (CHAUÍ, 1996, p. 22).

Assim, as últimas três décadas do século XX foram marcadas, entre inúmeras outras transformações ocorridas na História, por uma reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória.

A história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não são as atividades inocentes. Histórias e memórias não mais parecem ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

“Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p.69-70).

Segundo Halbwachs (1990), as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo.

Halbwachs (1990) estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto de grupos sociais. Sob essa ótica, existiriam “memórias sociais” dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos, dos professores universitários, etc. Por outro lado, tornou-se um lugar comum na historiografia contemporânea sustentar que os amantes de *Clio*, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social (BURKE, 2000).

O conceito de memória fundamenta-se, dialeticamente, numa relação entre passado e futuro, interagindo com os acontecimentos e manifestações do presente. Na antiguidade, o termo aparece em Cícero, por meio das expressões *omnis memoria* (o tempo antigo) e *nostra memória* (o tempo atual) (COELHO, 1999). A memória respeita o tempo atual, baseando-se nas experiências passadas. Ela pode ser definida como

o conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. A memória não é assim uma faculdade passiva, mas um princípio de organização – e de organização do todo, freqüentemente a partir de um fragmento do vivido (COELHO, 1999, p. 250).

A memória, para Le Goff (2003), é a propriedade de conservar certas informações. Ela pode ser interpretada como um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. No campo das discussões sociais, ela figura como elemento que é selecionado por uma sociedade para ser lembrado. Na memória reside a vitalidade da qual se fazem guardiões os grupos humanos vivos, a sua evolução permanente está sujeita à relação dialética entre o lembrar e o esquecer, inconsciente das suas deformações sucessivas vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações.

Com o advento da modernidade, a memória adquire grande valor e isso se dá, sobretudo, por conta de uma nova concepção de tempo, de realidade, que se distancia do conceito de continuidade. A partir da modernidade, o mundo passou a experimentar um processo acentuado de “desencantamento”, uma profanação de valores sagrados, em que a razão passa a ser imperativa e os valores divinos são questionados e por muitas vezes banidos. Esse momento tem como um dos traços mais contundentes a efemeridade, a desintegração quase instantânea da realidade.

A noção de progresso, nesse período, adquire enorme relevância. Extremamente cultivado desde o Iluminismo, o progresso leva a humanidade a problematizar os benefícios do desenvolvimento e o homem questiona-se até que ponto o desenvolvimento e o progresso não representariam a destruição da humanidade (BERMAN, 2007). Por isso, a memória surge como algo que é preciso ser buscado, caso se queira conservar certos aspectos da realidade.

Le Goff (2003, p. 220) pontua que diante de intensas transformações sociais, logo no início do século XX surgiram novas atitudes perante o passado. Atitudes marcadas após a segunda metade desse século pelo dilema da humanidade situada “entre a angústia atômica e a euforia do progresso científico e técnico”, “voltou-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor e esperança”. Diante disso, criou-se uma espécie de neurose de auto-reconhecimento, o homem passa a se auto-reconhecer em suas realizações. Se elas mudam com muita intensidade, isso pode resultar em uma crise de identidades. Essa busca se reflete na criação dos chamados “lugares de memória”, lugares apropriados para o culto ao passado, evidenciando o medo de uma perda de memória e de uma amnésia *coletiva*.

Essa problematização tem em suas bases um conceito bastante amplo: a globalização, fenômeno que põe culturas diferentes cada vez mais interligadas, numa espécie de *transnacionalização*. Essa nova relação entre povos diferentes, diversos em suas etnias e línguas, de tradições e culturas diferentes, ocorreu por meio da queda de barreiras até pouco tempo pensadas como intransponíveis, as quais representavam a impossibilidade de qualquer aproximação entre mundos tão distintos. Eram obstáculos de cunho econômico, comercial, cultural e até o caso de restrições de circulação de informações entre países, barreiras depostas com rapidez impressionante (RAJAGOPALAN, 2003).

Essas transformações provocam mudanças nos conceitos de sujeito e identidade e, segundo Hall (1998), o sujeito passa a se inscrever em um cenário completamente instável. Essa situação torna-se campo fértil para que antigas identidades entrem em declínio, para que novas identidades emirjam e fragmentem o indivíduo moderno, visto até então como sujeito unificado. Esse homem, constitutivamente incompleto, em permanente formação, busca meios de se identificar na sociedade em que vive. “A identidade torna-se fluida, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1998, p. 12-13).

Esse também é um período em que valores científicos passaram por transformações, a exemplo do conceito de história, conforme apontado, o qual sofreu profundas mudanças no campo das técnicas e dos métodos. Emerge um movimento de renovação dos estudos históricos com a nova História. Tal movimento é considerado um fenômeno caracteristicamente francês, uma “revolução francesa historiográfica” (BURKE, 1997). Essa revolução tem início nas décadas de 1910 e 1920, com dois jovens historiadores – Marc Bloch e Lucien Febvre – motivada por sua insatisfação com o método de análise da história tradicional, que abreviou a complexidade dos fatos a um jogo de poder entre grandes homens e países. Esses pensadores acreditavam que ao destacar apenas os “grandes acontecimentos”, a história tradicional ignorava campos de forças estruturais, coletivas e individuais, que lhes atribuíam dinâmica e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos (ODÁLIA; BURKE, 1997).

O início do século XX, marcado por grandes convulsões e rupturas com o passado, exigia um novo olhar sobre a história que admitisse apreender a heterogeneidade das ações humanas no jogo histórico. A nova História substitui a narrativa de acontecimentos por uma história problema, por uma história de todas as atividades humanas; uma história que busca a documentação massiva e involuntária em lugar dos documentos oficiais, daí que os documentos que lhe interessam são de natureza bem abrangente, iconográficos, arqueológicos

e outros. A história passa a ser apontada como construção discursiva, relaciona-se por isso com os objetivos do historiador, que passa a ser visto, por alguns, como um literato. Resumidamente, a história passa a ser vista como um texto ficcional, chegando ao extremo de se pensar que a história não passaria de uma invenção, uma vez que o passado não pode ser alcançado em sua totalidade (CERTEAU, 1982).

O documento, na perspectiva do positivismo, seria a prova do fato histórico. Ao conceito de documento, Jacques Le Goff opõe a noção de monumento. Para o autor, o documento é utilizado pelo poder não como um dado objetivo, mas como construção. Daí dizermos que o documento não tem inocência ou neutralidade. Todo documento é monumento, na medida em que contém uma intencionalidade.

O documento é, pois, monumento. É o resultado do esforço feito pelas sociedades históricas, para impor ao futuro – querendo-o ou não – determinada imagem de si mesma. Em definitivo não existe um documento-verdade. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1994, p. 95).

A possibilidade do caráter “artificial” do fato histórico, da não imparcialidade do documento lançou nova luminosidade à complexidade dos mecanismos de construção da história como disciplina científico-literária, segundo a designação de Paul Ricoeur (2007) e conduziu, por outro lado, ao reconhecimento de realidades históricas durante muito tempo postas em segundo plano ou ignoradas pelos historiadores.

Essa nova forma de ver o que pode ser configurado como documento histórico incide sobre a decisão do que pode ser patrimonializado também. O patrimônio, como signo da memória de um grupo, transforma-se em lugar de falas acerca da eleição de discursos sobre a história e emerge como elemento da construção e enunciação da História.

O patrimônio, como a memória, está inserido em todas as manifestações sociais e depende de uma seleção, pois nem tudo é digno de ser preservado, em nossa sociedade. A seleção do que irá passar para a posteridade será o resultado de uma escolha configurada pelos esquemas de disputa de forças entre segmentos das camadas sociais. Os que possuem o poder (econômico, político e ideológico) decidem sobre o que deve viver e morrer, o que vale ou não a pena manter-se como registro, configurando, pois, o que Bakhtin denomina *força centrípeta*. Toda memória, que resiste ao tempo, também concentra uma parcela de amnésia, ou seja, o não lembrado deliberadamente, aquilo que por alguma razão é silenciado. Para Ricoeur (2007), a memória se define como luta contra o esquecimento. *Emblema da condição histórica*, o esquecimento está contido no rol das *forças centrífugas* que envolvem o

patrimônio. Ele está na fonte do “caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta de confiabilidade da memória” (RICOUER, 2007, p.430).

As bruscas acelerações da história contemporânea e a rapidez da propagação da informação contribuíram sobremaneira para a emergência de uma cultura patrimonial. Além disso, inúmeras mudanças nas concepções de tempo e espaço fizeram com que o campo de referentes culturais a preservar para o futuro registrasse um incremento considerável que se repercutiu na proliferação de instituições e instrumentos direcionados para essa tarefa. Desse modo, emergem reflexões acerca da ruptura com o passado, consolidadas em diversas políticas internacionais de preservação da memória, que demonstram como a humanidade, hoje, sente a falta do passado, corrompido e recriado em novos patamares pelas tecnologias do século XX (ANICO, 2005).

Desse modo, “os patrimônios são constituídos a partir de processos de produção, apropriação, seleção e reelaboração simbólicas enquanto práticas sociais” (FONSECA, 1997, p.28). É preciso entender, então, quais são as diretrizes histórico-sociais que levaram à constituição de um conjunto de coisas a ser tido como digno de preservar, e a receber um qualificativo de patrimônio de uma sociedade. A atribuição do valor decorre, em primeiro lugar, do julgamento do significado de algo para uma comunidade. Nesse sentido, o poder simbólico impetrado ao patrimônio varia de acordo com os grupos sociais envolvidos no processo. Não há como dizer que somente o Estado tem a prerrogativa da determinação do que é ou não representativo da história de uma sociedade, pois ele pode criar a “história oficial” representada pelos monumentos, mas essa atribuição pode ser contestada ou até mesmo recusada, por intermédio de reavaliações feitas em torno do relato oficial.

Para Pellegrini (1997, p. 94):

Modernamente se compreende por **patrimônio cultural** todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico (grifo do autor).

As valorações podem surgir de uma releitura do passado, em que há verificação ou não da legitimidade daquele patrimônio, ou das lacunas existentes na representatividade dos diversos grupos sociais formadores de uma comunidade. A partir daí, as reivindicações do reconhecimento de “outras” memórias coletivas dão-se pela inclusão de novos símbolos, que podem estar em um passado longínquo ou pertencer ao futuro e até mesmo ao presente.

Como signo ideológico, o patrimônio é recoberto por valores que se modificam a cada época e que por meio de discursos diversos põem em evidência e determinam o que pode

ser considerado patrimônio. Hoje, por exemplo, é comum inserir no conceito de patrimônio os povos antes esquecidos, apagados, marginalizados – os povos de cultura afro, no Brasil, por exemplo. Isso decorre de inúmeras mudanças de paradigmas que aconteceram no campo das Ciências Humanas e Sociais, com o advento da globalização e o desenvolvimento da cultura de massa, fatores que instigaram a valorização da heterogeneidade do mundo por entendê-lo como uma grande aldeia, em que as diferenças são essenciais. Diante dessas transformações, o conceito de patrimônio também foi alterado.

Ao conceito de patrimônio liga-se, portanto, diretamente o conceito de memória coletiva, na medida em que ele passa a ser um registro da memória de um povo. A memória coletiva (HALBWACHS, 1990) possui um papel fundamental nesse processo porque – ao contrário da história, que constitui um processo interessado, político – consiste numa atividade espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo com o presente. A memória coletiva é, pois, uma memória ideológica. Dessa forma, os estudos empreendidos por Halbwachs (1990) contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória.

Para esse autor, a memória – social ou coletiva – liga-se a grupos, à vida social. É somente no contexto das relações intergrupais que construímos as nossas lembranças. A recordação do indivíduo se faz no entrelaçamento das memórias dos diferentes grupos com que ele se relaciona. Dificilmente a recordação acontece fora deste quadro de referências. Desse modo, tanto na produção da memória como na rememoração, o *outro* tem um papel fundamental. A memória coletiva tem a importante função de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo pautado em uma memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico.

A memória individual e a coletiva sofreram alterações importantes com a invenção da escrita, depois com a imprensa e a mobilidade que ela permite. A imprensa possibilitou uma nova configuração da memória. A substituição de uma tradição oral para o impresso possibilitou ao leitor ser colocado não só em presença de uma vasta memória coletiva, como também lhe deu a oportunidade de descobrir textos novos. A divulgação dos preceitos da reforma religiosa, no século XVI, é um exemplo de como o impresso adquiriu grande abrangência. A Bíblia, traduzida do latim para o alemão, por Martinho Lutero, em 1522, foi impressa e disseminada pela região da saxônia, permitindo aos que desconheciam o latim ler e interpretar o texto religioso sem a interferência da igreja, o que significa um passo considerável na leitura do livro sagrado.

A partir daí, muitos artifícios foram construídos para conservar e difundir a memória em textos e imagens. Segundo Davallon (1999, p.23):

O aparecimento da imprensa parecia ter deixado fora de uso as “artes da memória” antigas e medievais. O desenvolvimento dos meios de registro da imagem e do som (essas extensões dos nossos sentidos, se acreditamos em Mc Luhan), que permitem estocar, depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos, parece hoje nos afastar definitivamente da necessidade de situar uma parte da memória social na cabeça dos (ou de certos) sujeitos sociais: a memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos das mídias.

No campo dos estudos do patrimônio esses recursos tiveram muita aplicação. Segundo Carvalho (2004), a descoberta da gravação no final do século XIX afetou a noção de arquivo, pois a partir daí registraram-se músicas dos povos vivos, ainda que vistos como distantes do mundo ocidental e, nesse sentido, portadores de uma diferença cultural. Assim se constituíram os grandes arquivos fonográficos de Berlim, de Londres (Museu Britânico e, mais tarde, o *British Institute of Recorded Sound*), de Paris e de Washington. De uma tradição dos grandes arquivos da humanidade passou-se, no final do século XIX europeu, à formação dos arquivos nacionais, quando se privilegiaram as tradições culturais consideradas representativas dos povos que compunham o Estado-Nação. Por meio da gravação e, depois, do filme puseram-se também, nos arquivos, os documentos das tradições orais dos povos que traziam diversidade e singularidade à nação. Esse movimento dos arquivos nacionais iniciou-se na Europa e foi logo passado para a América Latina. A mesma preocupação em formar arquivos audiovisuais apareceu no México, na Argentina e também no Brasil, na primeira metade do século 20. A partir daí muitos elementos passam a sintetizar a memória dos povos, que segundo Dodebei (2005), necessita de uma atualização que lhe forneça o caráter de documento.

A noção de documento foi problematizada pelos fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*” (1929), pioneiros de uma história nova, que insistiram na necessidade de ampliar o sentido do termo:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1977, p. 428).

Para manter viva a memória de um povo são mobilizados vários mecanismos de preservação, como leis, decretos, textos que determinam de que maneira as reminiscências de uma comunidade podem ser usufruídas e conservadas. A noção de patrimônio, e mais tarde a consolidação da noção de patrimônio cultural, que designa todo um conjunto de bens culturais, sejam eles “históricos”, “artísticos” ou “arquitetônicos”, por exemplo, consolida-se por meio das cartas patrimoniais, editadas ao longo do século XX e início do século XXI. Destacamos dois desses documentos: a Carta redigida na “convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural”, aprovada pela UNESCO, em 1972, e a Carta redigida durante a “convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, aprovada pela UNESCO, em 2003. A primeira versa sobre a identificação, proteção e preservação do patrimônio tangível ou material (os bens móveis e imóveis). A segunda trata da identificação, proteção e preservação do patrimônio intangível ou imaterial.

Essas duas visões irão orientar os conceitos de patrimônio que emergem no Brasil: um, ligado à ideia de patrimônio de “pedra e cal” (ou material), imperou até início do século XX. Outro, que surge em meados do século XX, liga a noção de patrimônio a valores simbólicos, momento em que é construído o conceito de patrimônio imaterial.

2.2 Patrimônio e memória, no Brasil

No Brasil, pode-se dizer que, já no período colonial, a preocupação com a Memória Nacional marcou uma das primeiras atitudes relacionadas à noção de patrimônio:

[...] a primeira iniciativa concreta em defesa de acervo, interessante para a memória nacional, deu-se por iniciativa de D. André de Melo e Castro, conde de Galvéias, vice-rei do Brasil que formulou uma carta [...] em oposição à instalação de quartéis no Palácio das Duas Torres construído em Recife a mando do conde holandês Mauricio de Nassau, em nome da preservação de memória tão ilustre e da glória de toda a nação (RODRIGUES, 2006, p. 1).

Rodrigues (2006) assinala que, no Império, houve uma iniciativa isolada do Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que transmitiu ordens aos presidentes das províncias para que obtivessem coleções epígrafes para a Biblioteca Nacional, e ao Diretor das Obras Públicas, que tivesse cautela na execução de reparos de monumentos, evitando destruir inscrições neles gravadas. Nesse momento, a acepção de patrimônio abrange apenas a materialização das memórias hegemônicas, e está circunscrita a recortes cronológicos, permeados por personagens emblemáticos.

O conceito de patrimônio cultural no Brasil evolui a partir de fatos históricos tais como a Semana de Arte Moderna de 1922, o estabelecimento do Estado Novo (no governo de Getúlio Vargas) e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

No contexto histórico-político e cultural da década de 20, os intelectuais brasileiros contribuíram de forma decisiva para o amadurecimento e consolidação de uma cultura histórica de preservação do patrimônio cultural. Os modernistas encontraram canais para a concretização e solidificação de alguns projetos.

Entre os anos de 1937 e 1945, período denominado Estado Novo, assiste-se a um momento de afirmação de uma “cultura brasileira” em nome da qual se estabeleceu uma rede de produção e legitimação de bens simbólicos, regulados por organismos como o Museu Nacional de Belas Artes e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No governo Vargas, os museus tiveram um papel importante para a formação da memória e o fortalecimento de um sentimento de brasilidade, por conservarem grande quantidade de artefatos históricos preservados. O DIP, por sua vez, limitava a ação da imprensa por meio do controle do que era veiculado; controlava também o conteúdo de notícias, livros, filmes, peças de teatro, cinema. Para coordenar o esforço que se fazia no sentido de preservar acervos e com o propósito de administrar a memória nacional, foi criado, em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As mudanças no conceito de patrimônio cultural no Brasil entrelaçam-se à instauração SPHAN, que teria como principal função cuidar dos bens que fossem tombados como monumentos. Daí em diante, é registrada uma série de ações estabelecidas no sentido de legitimar o patrimônio no Brasil. Entre tais ações destacam-se projetos de lei, anteprojetos, decretos, tombamentos e muitos outros movimentos que compuseram a constituição de uma consciência patrimonial no país.

Algumas vezes, as ações se ressentiam de consistência sobre o conceito de patrimônio. O conceito de cultura, por exemplo, que permeava a noção de bem imaterial:

estava ligado, primordialmente, aos bens móveis ou imóveis. A proteção do chamado patrimônio cultural a tombamentos e inscrições de obras que ou eram belas, sob o conceito de tecnocratas ou traduziam fatos marcantes da história do Brasil, sob o critério meramente empírico, sem qualquer fundamento científico e, juntando-se a isso, a ausência de mecanismos para a proteção do patrimônio cultural do povo, da massa, dos grupos marginalizados (RODRIGUES, 2006, p. 6).

Apesar de todas as transformações políticas ocorridas nos anos 60, decorrentes de revoluções em vários âmbitos da sociedade, incluindo-se aí as mudanças produzidas pela

globalização, por exemplo, o conceito de patrimônio cultural do país excluía ainda os bens imateriais. A definição de patrimônio cultural era composta apenas de bens móveis e imóveis. Para corroborar essa observação, vale destacar que na: “lista de bens imóveis tombados pelo SPHAN, desde sua criação, até os anos 70 não se encontra nenhuma senzala, quilombo, terreiro de macumba, entre outras demonstrações de movimentos de etnias minoritárias” (RODRIGUES, 2006, p.10).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, optou pela expressão patrimônio cultural, inserindo nessa expressão os termos patrimônio artístico e patrimônio histórico, superando a concepção puramente histórica do patrimônio cultural em favor de “uma concepção abrangente de todas as expressões simbólicas da memória coletiva, constitutivas da identidade de um lugar, uma região e uma comunidade” (RODRIGUES, 2006, p. 12). Entretanto, é possível deduzir que a mudança de perspectiva do conceito de patrimônio cultural não se consolidou inteiramente, uma vez que sua utilização, em especial, pelos operadores do direito, não pode ser reduzida à mera aplicação de disposição constitucional sem que seja interiorizada a importância da sua preservação como forma de exercício da cidadania e expressão da democracia (RODRIGUES, 2006).

A transformação da memória coletiva em patrimônio, em qualquer âmbito, inicia-se a partir da elaboração de uma escala de valores e termina com a determinação de salvaguarda. Este ato é tecido pela heterogeneidade de convicções, disputas e poderes diversos. Fatores políticos e históricos foram determinantes para a formação de um conceito de patrimônio cultural.

De acordo com Martins (2006), o conceito de patrimônio histórico e artístico usado desde o século XIX foi aos poucos sendo substituído pelo conceito mais amplo de patrimônio cultural, respondendo a atualizações de estudos, que deram visão a uma abrangência da área e, ainda, consoante com a concepção antropológica de cultura. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I - As formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver, III - As criações científicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-cultural; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (MARTINS, 2006, p. 40-43).

Embora o patrimônio reflita e refrate os valores da sociedade que o produz, esse fato não implica que ele seja sempre fruto da coletividade, pois, conforme dito anteriormente, existem processos nos quais o patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos ou culturais, que por sua vez possuem origem em decisões de grupos ou classe, mas apenas representam patrimônio quando tais construções são assumidas pela coletividade de forma autônoma. Qualquer definição que surja sobre patrimônio remete a um fator comum, o patrimônio humano, ou seja, tudo o que o homem, não importando as definições de estratificação que podem nos apresentar, possa produzir.

O patrimônio, de qualquer espécie, atua como um estímulo para nossa memória e cristaliza em suas manifestações a especificidade de uma cultura. A memória é motor fundamental da identidade. Indivíduos e povos costumam encontrar em seu patrimônio – natural e cultural, material e imaterial – os pontos de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração. Dessa forma, a memória é elemento crucial na constituição do patrimônio de um povo, pois gera, a partir da cultura, tomada em suas manifestações materiais e imateriais, um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração (RODRIGUES, 2006).

O passado, da mesma forma que a memória, não tem a mesma representação para todos, pois se constitui em realidade (re)construída pela linguagem. Nesse âmbito, é preciso atentarmos para os inúmeros significados que podem ser gerados a partir de um mesmo relato, seja ele oficial ou não. Logo, aquilo que pode ser importante para um grupo pode ser extremamente banal para outro, o que pode gerar destruição de um bem.

As ameaças ao patrimônio cultural são inúmeras. Sob a perspectiva natural, existe de forma mais determinante a própria ação do tempo, fator de deterioração normal que pode ser agravado por fatores climáticos intermitentes. Muito mais rápido e eficaz no seu poder de destruição são as ações humanas, tais como poluição, vandalismo, fluxo constante de movimentos. É preciso criar então forças que assegurem a preservação desses elementos.

Nessa dimensão, as políticas preservacionistas atuam como forças centrípetas, pois têm a função de proteger o bem dos elementos destrutivos; elas definem-se pela guarda, ou seja, a proteção de fatores que possam lhe causar dano. Vale ressaltar que essas políticas, no Brasil, por muito tempo foram delineadas segundo um conceito de patrimônio que se destacava como representativo da elite.

Conforme Castro (2008, p. 13), no Brasil, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional selecionava prioritariamente edifícios e igrejas católicas do período colonial – de estilo barroco – e palácios governamentais, escolha que se justificava pelos

vínculos com a história oficial da nação. Nesse sentido, a arquitetura de “pedra e cal” foi elevada à categoria de marca nacional de um estado sólido, e os bens culturais não pertencentes à elite permaneceram no esquecimento.

Com o fim da Segunda Guerra mundial, o nacionalismo exagerado, muitas vezes associado ao imperialismo, perde suas forças. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, passou a ser um símbolo desse momento. A dissolução do colonialismo trouxe para o centro das ações políticas inúmeros movimentos sociais pelos direitos civis, pela emancipação feminina, pelo reconhecimento das diversidades religiosas e culturais.

Desse modo, foram se acentuando algumas transformações geradas pelo projeto da modernidade entre as quais as mudanças na forma de pensar o conceito de identidade. As identidades passaram a ser vistas como completamente instáveis, difusas, incompletas e múltiplas, o que gerou uma profunda mudança no modo de observar a nação como elemento uno (BAUMAN, 2005). Até então apreciada em uma concepção de patrimônio nacional, baseada na identidade de uma língua única, uma cultura única e um só território, a idéia de uma nação homogênea passou a ser combatida de várias maneiras no cotidiano das lutas sociais.

Em 1972, aconteceu a primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural promovida pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972.

Uma das mudanças centrais que emerge no século XX é a noção de poder, cuja centralidade é problematizada, passando a ser entendido como um fator difuso, o que viria explicar a complexidade do funcionamento de algumas sociedades, caracterizadas pela convivência, quase harmoniosa, de diferentes identidades sociais, tradições culturais e visões de mundo. Com esse olhar, há o reconhecimento da importância da diversidade para a humanidade, adotam-se sítios que passam a ser declarados Patrimônio Cultural da Humanidade, pertencentes a todo o mundo (CASTRO, 2008).

A expansão dos processos de patrimonialização permitiu, por isso, incorporar uma multiplicidade de passados democráticos, domésticos, nalguns casos traumáticos, que remetem para uma visão mais inclusiva da história, da memória e da cultura, pelo que os fenômenos de patrimonialização já não se restringem à seleção e ativação de referentes culturais associados às vivências das elites e das classes dominantes, para cada vez mais incluir versões alternativas e/ou ocultas, agora autorizadas pelo abandono das metanarrativas (ANICO, 2005, p. 15).

Desse modo, ao mesmo tempo em que o patrimônio contribui para uma objetivação da memória, para a inclusão de certas “histórias” e para uma rememoração do passado, ele desempenha um papel igualmente importante para o silenciamento/apagamento

de outras narrativas, podendo ser afirmado como instrumento inclusivo ou segregador, unindo na mesma proporção que separa, configurando-se como uma manifestação do poder, um poder que se manifesta em diferentes esferas, como a administrativa e a intelectual: a primeira representada pelo poder público, que nomeia os elementos a serem patrimonializados; a segunda representada por pesquisadores, escritores, literatos, historiadores, que em algumas ocasiões contribuem para reforçar o discurso apregoado pelo poder público.

Pelo que podemos observar, o perfil do conceito de patrimônio que se instaurou no Brasil, como dito anteriormente, relaciona-se ao processo de colonização do país. A gênese do conceito de patrimônio na Europa, mais especificamente na França, relacionava-se, de um lado, à criação de um estado nacional moderno. Mais tarde, passou a relacionar-se à modificação de regime para a forma republicana, o que proporcionou uma mudança entre os franceses, que passaram de súditos a cidadãos, fazendo nascer um conceito de patrimônio que se estendia ao povo, de forma geral. Já no Brasil, as práticas colonialistas fizeram brotar um conceito de patrimônio totalmente vinculado ao poder da elite, um poder segregador e classificador.

Embora os bens do patrimônio cultural não sejam o único elemento na construção da imagem de uma cidade, se estes desaparecerem, o sentido histórico, os costumes e as tradições do povo correm o risco de se evanescerem também, pois, do ponto de vista histórico e cultural, conservar o patrimônio cultural é oferecer um prosseguimento à história de uma cidade. A cidade torna-se, assim, um documento, e também um texto a ser lido pelo pesquisador ao qual cabe interpretar o emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperar as camadas de relações que nela se instauram.

2.3 A cidade: espaço de múltiplas vozes

Matos (2002), ao discorrer sobre as cidade-memórias, destaca que, no limiar de seu cotidiano, as cidades são inundadas pelas tensões que emergem da vivência fragmentada de seus habitantes, mostrando-se, dessa forma, uma realidade *plurivocal*.

Algumas cidades são qualificadas pela autora como cidade-memória que, em sua visão, são suportes de memórias que se contrastam, múltiplas, convergentes ou não, delineadoras de cenários em movimento constante, onde “esquecimentos e lacunas constroem redes” de sentido.

Diferentes discursos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio a tensões históricas antigas (MATOS, 2002, p.35).

Sob a cidade fisicamente sensível, descortinam-se cidades invisíveis, recobertas de tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, passando a história da cidade a ser vista também como a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso. A cidade, portanto, não se dá aos que a ocupam como um espaço abstrato ou como lugar destinado a apenas certos usos técnicos (circular, trabalhar, morar etc.). Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados aos movimentos mais tênues do sujeito.

Conforme Freire (1997), em nossos passeios, a memória e a imaginação trabalham e registram transformações sutis como uma nova pintura de uma fachada, o antigo letreiro, o prosseguimento de uma construção, a rua estreita que foi alargada, o edifício em demolição, o lugar frequentado na infância, a lembrança de um assalto ocorrido naquele outro lugar ou o cheiro daquela praça ajardinada. Esses lugares, para além de sua existência material, estão codificados em um sistema de representação, gerenciado por muitos poderes. Dessa maneira, os passos que damos na cidade não são casuais; o emaranhado traçado por eles revela um entrecruzamento de “vozes” que determinam certo ritmo de ordenação ao espaço. Estar na cidade envolve, pois, certos ritos, mitos, e tabus. Andar por esse espaço é, assim, um ato discursivo.

Esse ato, aparentemente banal, está imbuído de significados numa rede de simbolismos. Trata-se de um “discurso caminhante” em que o passante realiza uma enunciação em seu movimento de ir e vir; os percursos estão para essa trajetória como as frases estão para a língua, afirma Certeau (1990). O cenário de uma cidade, mesmo num processo silencioso e diluído, é a aglutinação de muitos enunciados que se engendram na sua iconicidade. A cidade é como um enunciado que se põe sobre o espaço de uma folha branca e sendo assim, como qualquer enunciado, ela ocorre na esfera de uma ideologia e, como diria Bakhtin (1997a), ao conceituar o enunciado, “expressa sempre uma posição avaliativa”.

Bauman (1999), ao discutir as consequências humanas da globalização e sua incidência sobre o espaço, afirma que a modernidade configura-se como um momento em que a visibilidade sobre o outro tornou-se imprescindível; e para que isso ocorresse foi necessária uma ocupação espacial que tinha como propósito manipular a transparência do espaço, enquanto relação social, alinhavada pelo poder.

A legibilidade do espaço, sua cristalinidade, transformou-se num dos maiores desafios da batalha do Estado Moderno pela soberania de seus poderes. Para obter o controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdade sociais, o Estado buscou controlar a transparência do cenário no qual vários agentes atuam. Dessa forma, instaurou-se um controle incessante do espaço, que, no entanto, não se inscreve apenas em espaços físicos, mas em “espaços” discursivos, como as leis que regulam o funcionamento da cidade.

As leis surgiram quando o homem primitivo começou a viver em grupos. A partir do convívio com o outro, foi preciso instaurar regras e normas para regular a convivência evitando, assim, o caos. Em vários momentos da história, foram criados mecanismos, por meio de forças dominantes, como forma de garantir a coesão social e o bem comum.

Desse modo, um profundo dialogismo se inscreve na rota que o sujeito traça pela cidade. Dialogismo constitutivo, formado a partir de muitos enunciados, que se organiza em réplica a outros enunciados. Nesse sentido é que se ouvem, sempre, muitas vozes no funcionamento da cidade. Um diálogo que se ancora em elementos que o poder público trabalha para determinar os sentidos possíveis de circular nesse espaço, por um lado, e por outro, nas ações que os cidadãos exercem a partir desses códigos. Um dos mecanismos que o poder mobiliza são os documentos que estabelecem o uso devido do espaço público pela população, a exemplo dos códigos de postura.

À primeira vista, todo mundo é tentado a achar que uma cidade é feita pela dureza dos seus monumentos de pedra e cal, referentes materiais de um patrimônio. Mas, conforme acentuado, o patrimônio se faz e refaz pela sutileza dos sentidos. Daí, então, é preciso repensar o próprio significado de cidade. Ela é uma trama de sentidos que se articulam em uma materialidade que é discursiva. E o que são os discursos senão construções culturais que revelam as épocas, as pessoas, e os motivos históricos que os animam? Várias vozes disfarçadas num texto, vários motivos imbricados no tempo histórico e discursivo, vários atores discursivos como avatares dos atores sociais, prontos a receber e re-significar qualquer produção simbólica.

Conforme já destacado, um espaço não nasce já em forma de cidade ou patrimônio; a transmutação se dá pela ação dos indivíduos que o reconstroem significativa e simbolicamente. Diante de uma realidade povoada pelos mais diversificados objetos e eventos, os atores sociais lhes atribuem sentido. Assim, o que ontem foi apenas um sítio, hoje pode se tornar patrimônio cultural da humanidade. Ontem, o que era um amontoado de areia e água doce, próximo ao litoral, vivido, sentido e interpretado apenas pela população local, pode converter-se no mais belo cartão postal da ecologia. Vozes se juntam, aliam-se e,

movidas pelas conjunturas sociais, fazem emergir enunciados, sentidos: configuram-se discursos cujo endereçamento já não é mais local; torna-se internacional, universal. A finalidade já não é mais a dos moradores que procuram conviver com adversidades, ou a dureza da vida, para dali sobreviver. A finalidade deriva dos diálogos tecidos entre vozes que ecoam do modo de produção econômica, e ao mesmo tempo, da sua contra ideologia, que o negam em muitos aspectos.

As relações sociais são características dos seres humanos, mudam de sentido, ressignificando-se com o passar do tempo, dos momentos históricos, e se dando num dado ambiente geográfico, por meio do processo de comunicação. Hoje, a cidade contemporânea vive para o mercado, para o capital. Não é possível negar que as orientações econômicas, dentro da atual conjuntura neoliberal, determinam de maneira contundente as transformações no seio do espaço urbano. A cidade, dentro desse contexto, constitui o lugar onde as relações do “eu” com o “outro” e do “eu” com o “mundo” se realizam de maneira mais intensa, proporcionando uma grande variedade de relações sociais que mudam de lugar para lugar, de tempo para tempo.

O homem é um ser espacial, por isso mantém relações com o seu entorno. Uma cidade representa a casa de um povo. A cidade não é, pois, apenas o sítio geográfico e arquitetônico. Ela é um conglomerado de signos, símbolos, representações que se transformam no tempo. Seus espaços são mais do que limites e formas geográficos, pois por meio deles é possível pensar, avaliar, imaginar, criar, construir expectativas sobre as práticas sociais e a vida cotidiana de seus moradores.

Desse modo, a *urbs* se consolida por meio de traços materializados em forma de ruas, praças, avenidas, casarões e edifícios de um dado momento histórico, de uma dada época característica, os quais sobrevivem a outras épocas, ressignificando o sentido e sobrevivendo ao tempo (SANTOS, 1999). Poderíamos comparar a cidade a um livro: cada um de seus elementos é como uma página que se abre, descrevendo o passado de seu povo, de quem o construiu e de quem o habitou, quem sobre ela legislou, deu-lhe o nome; no todo e nas suas partes, traçou seus desenhos, determinou os modelos de suas casas, as dimensões de suas ruas, o lugar apropriado para o cemitério, para as igrejas, para os hospitais, os manicômios, presídios, feiras, conventos, os lugares ermos, o prostíbulo, as favelas, as mansões, os lugares-memória etc. Além desses elementos materiais, a cidade pode ser representada em outros níveis, ou seja, nas manifestações folclóricas predominantes, nas atividades econômicas, no seu patrimônio natural e, acima de tudo, nas composições artísticas, nas pinturas, na literatura, na música etc. A cidade é uma força social presente no

imaginário dos seus habitantes, capaz de gerar uma espécie de identificação e solidariedade. É como um grande totem, adjetivador de naturalidade.

A construção de uma cidade é fruto de uma multiplicidade de ações, de agentes públicos e privados, daí surge um espaço cheio de contradições, porém, prenhe de sentidos para quem nele está inserido como parte integrante de seus processos. Sentidos, que como já dissemos, têm o poder de unificar, pois são *forças centrípetas*: “A história de toda cidade pode ser lida através de uma sucessão de camadas ou depósitos da História. Embora certas formas e fases do desenvolvimento sejam consecutivas no tempo, tornando-se elas pela própria atuação do processo cívico cumulativas no espaço” (MUMFORD, 1986, p. 234).

Sendo um local resultante de relações sociais, está sempre passando por transformações. Está inserida, assim, na própria dinâmica da humanidade. A dinâmica a que está sujeita uma cidade representa a própria cultura, cujo significado nos remete ao grupo social, indivíduos comungando os mesmos significados, formando aquilo que se chama “comunidade de sentidos”. Desta forma, a cultura está no universo das representações humanas. Por esse ângulo, a cidade não é simplesmente um espaço físico, mas uma construção simbólica, uma forma de representação, portanto, um conjunto de valores, ideais, crenças, contradições, discursos, figuras, imagens etc. A cidade está no âmbito da cultura. Para Bourdieu (1990, p. 55), “o espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida, de grupo e de estatutos”. A cidade é este espaço simbólico por excelência.

Como sabemos, a cultura engloba tanto aspectos materiais como não-materiais, com os quais os indivíduos procuram se organizar socialmente. O homem só existe na medida em que faz parte de uma sociedade. A organização de uma sociedade se dá através de suas normas, instrumentos, valores, procedimentos e convenções elaborados cumulativamente no cotidiano das pessoas, e que representam os domínios da cultura. Os valores culturais são decorrentes da ação social. Não estão detidos nos objetos, mas são oriundos da dialética das relações sociais. A identidade, a significação, a importância dos objetos, o reconhecimento dado a algumas coisas e valores provêm do que lhes é imposto pelo grupo social.

O processo de identificação dos sujeitos com o espaço no qual estão inseridos parte da memória, pois é através dela que vão ser registrados os meandros desta relação e as possíveis interações que irão surgir a partir desta identificação a ser gerada no indivíduo ou nos grupos sociais. O lugar onde nascemos, onde somos criados, onde vivemos significa tanto quanto a casa onde moramos. Com esse espaço mantemos uma relação tão íntima que o afastamento dele provoca dores, conforme poetizou Gonçalves Dias, que longe do Maranhão,

fez poesias para sua terra natal e liricamente pediu a Deus que a última visão de sua vida fosse a das “palmeiras onde canta o sabiá”. A “Canção do Exílio”, ainda que num tom edênico, reflete a natureza íntima e intensa que pode existir entre o indivíduo e o seu espaço.

Uma cidade é feita, sobretudo, das recordações de seus habitantes. Somente por intermédio dos traços físicos e das lembranças individuais é possível captar as sinuosidades e singularidades de uma cidade.

Fruto de uma obra coletiva, a cidade guarda em si vários significados. A memória dos que por lá passaram formam as teias das quais nos fala Calvino (1999). Além desse imenso laboratório das experiências humanas, a cidade deve ser vista como uma forma de leitura material da história que conta de si mesma.

“Deste modo, construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (CALVINO, 1999, p. 20).

Entendemos, portanto, que a memória coletiva é a grande construtora do que está contido em uma cidade, e a identificação ou não dos indivíduos com ela acontece quando ele se enxerga na representatividade inserida na cidade.

Outro aspecto que ajuda a entender a relação entre memória e cidade são as classificações a que estão sujeitas. Todo sistema de classificação representa um jogo de poder. As categorias que são criadas obedecem a um conjunto de regras marcado por interesses de grupos ou de pessoas. Mas também, as classificações servem para guiar o trânsito na teia social. As cidades sempre foram classificadas, é certo que de forma bastante diferenciada no tempo. A própria comunidade preocupa-se em classificá-las de acordo com as características de cada época. Por exemplo, as adjetivações sempre existiram. Falamos de Cidade Luz, Cidade do Amor, Cidade da Liberdade, etc. No caso de São Luís, ela já foi “Atenas Brasileira”, “Manchester do Norte”, “Cidade dos Azulejos” e “Jamaica Brasileira”. Essas classificações têm em sua base uma intrincada relação discursiva, que, de acordo com Carvalho (2009, p. 56), constrói um:

topoi, um outro espaço a partir da arranjo que faz da temporalidade na trama do discurso (um tempo passado, eternizado por uma memória e um sujeito-coletivo ideal dessa memória, produzindo sentido para os discursos e as práticas de uma identidade presente e futura dando passagem a um sujeito mais discursivo que histórico capaz de fundar uma identidade até então não visível, uma identidade que emerge com os discursos.

Dessa trama emergem articulações do discurso do patrimônio com outros discursos, como o da preservação/memória, o da identidade e o do turismo e o entrecruzamento de todos eles com a história e a política – as condições de produção (e de emergência) e recepção dos enunciados/discursos que têm levado às diversas políticas de preservação.

Essas classificações servem para codificar em palavras uma época que pretendemos tornar imortal na memória, reproduzindo simbolicamente o passado. Por outro lado, afloram hoje, as categorias pragmáticas para enquadrar as cidades de acordo com tamanho, predominância disto ou daquilo. Vemos então classificações do tipo: cidades administrativas, industriais, balneárias, religiosas, turísticas e históricas. Esta última categoria é a que mais tem importância para este estudo, pois a denominação assim erigida atribui uma importância muito grande à memória.

A priori considera-se que toda cidade possui uma dinâmica própria de existência, sob uma perspectiva temporal e uma existência espacial, portanto está inserida em um processo de apropriação do território historicamente definido. A consideração de uma cidade, no todo, como histórica, ou apenas parte dela, provém de uma atribuição de valores de acordo com o estudo de formas e conteúdos que serão determinantes em uma categoria de análise a ser firmada. Parte-se do presente a fim de avaliar as reminiscências encontradas na construção do passado, a quantidade de “memória” encontrada é que determinará o seu valor histórico.

A pluralidade encontrada em qualquer cidade refuta a sua classificação ou não como histórica. O certo é que o desenhar da sua trajetória deixa um rastro de significados perceptíveis, tanto para os que nela residem como para quem tenta elucidá-la em uma primeira tentativa. Sabemos que este “capital mnemônico” é um grande pretexto para a preservação de uma cidade. Se o seu conteúdo histórico é considerado relevante para a humanidade, para o país ou para o estado, e se isso significa um legado de conhecimento e de experiências para o futuro, então sua preservação se torna uma necessidade.

2.4 História das Políticas de Preservação de Patrimônios

Toda cultura sempre manifestou o desejo de preservar seus monumentos, principalmente aqueles que representam a grandeza e o poder humano. Algumas civilizações não só querem manter a memória dos seus, mas precisam, em nome de alguns princípios, apropriar-se da memória de outros povos. Neste caso, o museu de Londres é o melhor

exemplo, nele figuram realizações de povos de todo o mundo, e é um demonstrativo do poderio econômico e imperialista britânico.

Em 1972, as Nações Unidas, na reunião de Estocolmo, colocaram em pauta a defesa não só das obras de significado cultural, mas também os de riqueza natural. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Humano é aprovada e entra em vigor em 1975. Antes mesmo desta declaração da UNESCO, já haviam sido realizadas várias reuniões de técnicos em preservação e restauração de bens, para acordar em normas internacionais a serem aplicadas nos monumentos históricos. A Conferência de Atenas, em 1931 e 1933; a Conferência de Paris, em 1957, e a Conferência de Veneza, em 1964, são as mais importantes (ANDRÉS et al., 1998).

A maioria das Nações do planeta assinou as convenções supracitadas, comprometendo-se com a preservação dos patrimônios da humanidade. Mas é necessário fazermos um paralelo entre a preocupação, principalmente com os recursos naturais, e quem patrocinou essa nova cruzada em defesa da natureza.

A confluência do processo advém de 1968, quando diversos cientistas, pesquisadores, empresários e educadores oriundos de países desenvolvidos realizaram vários encontros com o intuito de discutir o futuro da vida na Terra, num ato que buscava repensar as direções do fazer científico em busca do progresso, que acontecia desde o século XVI (BERMAN, 2007). O Clube de Roma, que assim foi denominado, concluiu que o homem deveria reavaliar as suas ações no mundo e mais ainda as consequências de suas ações em um futuro próximo. A reflexão sobre o desenvolvimento da indústria de forma generalizada pelo mundo, isto é, com a industrialização de países do chamado Terceiro Mundo, as reservas naturais corriam um sério risco, pois ampliar o padrão de produção significava aumentar o consumo. Jamais a biosfera teria condição de gerar e absorver matéria num ritmo tão intenso. Então, a política de preservação dos recursos naturais se tornou uma prioridade internacional. Essas políticas serviram para manter o privilégio dos países já desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, que depois de Breton Woods (1944) assumiram a hegemonia política e econômica mundial. A ideia de patrimônio natural é explicitamente o resultado de interesses dos países desenvolvidos, o que demonstra que as classificações são sempre frutos de interesses localizados.

O fato de que as considerações a respeito do meio ambiente surgiram quando os países ricos já estavam desenvolvidos, graças ao quase total esgotamento de suas reservas naturais, enquanto que os países periféricos ainda estavam começando a fazê-lo, pela industrialização (o Brasil vivia o seu momento de “milagre econômico”) deve ser visto não

apenas como uma mera coincidência, mas, também, como um mecanismo conveniente de frenagem de um possível desenvolvimento dos países periféricos.

A partir da aceitação da convenção pelos países membros da ONU, criou-se o Comitê do Patrimônio Mundial, formado por 21 países. O Comitê tem como função identificar e propor lugares de interesse natural e/ou cultural para serem inscritos e conseqüentemente preservados como Patrimônio Cultural da Humanidade; divulgar a lista dos bens inscritos a fim de despertar o interesse da sociedade quanto a sua responsabilidade em cada bem tombado; possibilitar ajuda técnica, através de recursos oriundos de um fundo, com vista a sua preservação. Mas a grande questão está em a quem e por que conceder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. É grande a responsabilidade, assim como os interesses, visto que há uma excepcional variedade de monumentos. Uma cidade, por exemplo, que deseja receber a honraria, deve atender a estes critérios da UNESCO:

Possuir obra importante de gênio criativo humano;
 Testemunho de valor sobre a história da arquitetura, urbanismo ou paisagismo de uma época ou área cultural;
 Testemunho excepcional de uma tradição cultural de uma civilização;
 Exemplo importante do conjunto arquitetônico ou paisagístico urbano que ilustre momentos significativos da história da humanidade;
 Exemplo importante de assentamento tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época;
 Bens de vínculos diretos com as atividades ou tradições, as idéias, crenças ou com obras artísticas ou literárias de importante significado cultural (ANDRÈS et al., 1998, p. 115).

Os critérios, de maneira geral, são muito subjetivos e, talvez, fazendo justiça a essa subjetividade, a lista de bens contempla os mais variados exemplares distribuídos praticamente por todo o planeta e que acompanha de forma pontual o desenvolvimento da vida na Terra. No Brasil, por exemplo, são Patrimônio da Humanidade cidades totalmente díspares em seu significado, como Ouro Preto e Brasília. Uma por possuir um acervo barroco, outra por ser um espaço moldado em uma concepção de modernidade.

Antes de um lugar, um monumento, ou coisa parecida, ser declarado patrimônio da humanidade, existe um caminho a ser seguido. São levados em consideração vários interesses, e é de interesse de qualquer comunidade, sob a perspectiva principal de quem está no poder, de que seu bem seja declarado como de importância mundial. Juntamente com o título, vem a divulgação e o conseqüente aumento de visitantes, sejam eles curiosos ou estudiosos. As verbas que se destinam à localidade crescem, quer através do fundo econômico do Comitê ou de parcerias com entidades públicas e privadas.

Em uma análise superficial identifica-se a criação do patrimônio da humanidade como algo estritamente conservacionista, visto que primeiro objetiva proteger o bem, perfeitamente compreensível no momento altamente predatório em que se vivia. Posteriormente, pretende formar uma consciência em relação a sua importância para a humanidade e assim buscar uma educação de conservação e valorização da memória, somada à ideia de construção de referências identitárias. Soma-se, também, o fato de que o recebimento do título de patrimônio da humanidade implica uma série de condições a serem atendidas para que não haja a perda da distinção recebida, sendo estas obrigações econômicas, de divulgação e sociais que convergem para o ponto principal que é a conservação do bem.

A visão conservacionista, acima explicitada, opõe-se a um diferente posicionamento convergente para outros interesses, não tão conservacionistas, o que pode ser melhor ilustrado através da Carta de Quito – documento compromisso que formulou linhas comuns de conduta técnica na restauração de bens imóveis.

A Convenção de Quito, extensão da Convenção de Veneza, tinha como um dos princípios gerais: “Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Corresponde ao Estado fazer que a mesma prevaleça e determinar, nos vários casos, na medida em que a dita função social é compatível com a propriedade privada e os interesses dos particulares”.

Desse modo, a função social coloca a questão do bem sob a perspectiva capitalista, tendo o turismo como uma das suas possibilidades mais óbvias. Leva-se em conta o momento em questão, 1967, quando as atividades econômicas dentre elas o turismo, eram exercidas sob uma perspectiva significativamente predatória. Os dois posicionamentos, “conservacionista” e “moderno”, devem ser pensados igualmente em uma realidade atual. Separar de maneira brusca a conservação de um bem e a sua função social, talvez seja alijar este bem da realidade que o cerca.

No que se refere precisamente às cidades, o que se espera de uma titulação preservacionista, em nível mundial, é que esses espaços tornem-se lugares agradáveis, principalmente para os seus habitantes. Não perdendo de vista que a relação presente/passado é importante para a conservação da memória, seja local ou mundial.

2.4.1 Políticas Federais de Preservação

A história das políticas públicas, no que se refere à preservação cultural no Brasil, envolveu conceitos equivocados, omissos e intervenções desastradas, assim como ações

acertadas. Essa história confunde-se com a própria história dos órgãos normativos, consultivos e administrativos criados a partir da década de 30. Por isso, é preciso conhecer esta história para se compreender aquela.

A questão relativa à preservação de bens de importância cultural iniciou-se, no Brasil, na década de 30, como uma outra forma de afirmação da nacionalidade brasileira.² A busca pela preservação de alguns bens representativos, que visava proteger elementos da cultura erudita e popular, centrava-se em elementos que poderiam ser dignos de representar a chamada cultura nacional. As políticas alusivas à questão é um capítulo ligado à perspectiva modernista, que determinou um “passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente” (MICELI, 2001, p. 360).

Foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito de patrimônio, que se tornou hegemônica no Brasil e que foi adotada pelo Estado, através do SPHAN, órgão criado, em 1936, subordinado ao Ministério da Educação, que teria como principal função cuidar dos bens que fossem tombados como monumentos. Esses intelectuais assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país (FONSECA, 1997).

Na elaboração de uma legislação para proteção de bens culturais, destacaram-se, principalmente, os Estados da Bahia, de Pernambuco e Minas Gerais, que através de muitos esforços, contribuíram para que, em 1934, a Constituição consagrasse o princípio da função social da propriedade, abrindo, assim, caminho para a criação de um sistema legislativo que possibilitasse a proteção do bem cultural de interesse para a preservação da memória, cap. II artigo 148:

cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico, do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Antes mesmo de a Constituição possibilitar essa abertura, através do decreto nº 22.928, de 1933, do então Governo Provisório, editado para atender as reivindicações de intelectuais mineiros, principalmente de Augusto Lima Júnior, a cidade de Ouro Preto foi declarada de interesse para a preservação.

² Segundo Fonseca (1997, p. 85), isto já pode ser sentido a partir da década de 20, quando o Estado já vê no patrimônio uma questão politicamente relevante.

Nesse primeiro momento, Ouro Preto não foi avaliada de forma total, predominou a atitude de proteger apenas os grandes monumentos isoladamente. Com o andamento do processo, devido à grande quantidade de monumentos individuais tombados e sua área próxima, Ouro Preto acabou se tornando a primeira cidade-monumento do mundo.

No início da história das políticas de preservação no Brasil, como demonstrou o caso de Ouro Preto, não havia interesse sobre a questão urbanística, ou seja, com a cidade inteira, considerando suas partes constituintes de forma isolada. Nas políticas mais atuais, já existe esta uma preocupação:

A cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se auto devora e expande e novos tecidos são recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação (LEMOS, 1987, p. 47).

A partir da abertura dada pela Constituição, de 1934, é aprovada a primeira legislação federal de preservação, através do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que até hoje ainda é vigente e cuja inspiração foi buscada principalmente nas legislações francesas de 1913 e 1930.

A criação do SPHAN está intimamente relacionada às influências do Movimento Modernista e à instauração do Estado Novo. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, entre os anos de 1934 a 1945, foi quem solicitou a Mário de Andrade a elaboração e organização do projeto de criação do SPHAN. Notam-se, entretanto, diferenças significativas entre o projeto original de Mário de Andrade e o que foi promulgado. O primeiro ponto a ser verificado é quanto ao que deveria ser preservado.

Mário de Andrade (apud FONSECA, 1997, p. 107) definia que “todas as ‘obras de arte’ deveriam ser protegidas”, mas a lei promulgada restringiu-se a proteger apenas aqueles de “interesse público”. Há de se atentar, também, para a questão pragmáticoideológica do projeto promulgado. Nessa época, predominava abertamente uma mentalidade de modernização, tardia e induzida. A construção de um Brasil Novo implicava também a construção de um projeto cultural para a Nação, que como diz Miceli (2001), fundamentasse a construção de uma identidade nacional.

Rodrigo de Melo Franco, o primeiro diretor do SPHAN (1937 – 1967), tinha como uma de suas principais características a moderação, sendo assim, os variados enfoques do projeto de Mário de Andrade foram se perdendo, sendo deixados de lado, em detrimento de outros talvez mais evidentes. De modo mais significativo, a preservação das manifestações

populares, bens intangíveis, poderia ter um tratamento mais adequado, preparando-se inclusive para a era do rádio e da televisão.

A legislação brasileira, além da proteção cultural, visava também à proteção dos “monumentos naturais, assim como os setores e paisagens em que se fazia necessária a conservação e a proteção pela beleza paisagística com que tenham sido dotados pela natureza ou modificados pela ação humana”, assim diz o artigo 1º do 2º parágrafo do Decreto Lei nº. 25 de 1937. Observa-se, neste caso, que predominam as preocupações estéticas mais que as históricas ou urbanísticas. Essa legislação resultou no tombamento de algumas cidades entre 1938 e 1939. São, então, transformadas em cidades-monumento: Mariana, Diamantina, Congonhas e São João Del Rey, todas em Minas Gerais, que representam, retrospectivamente, um período de prosperidade para o Brasil: o “ciclo do ouro”, e tinham em comum o fato de estarem praticamente inertes na dinâmica social e econômica na época do tombamento. Convém destacar que foi dentro do ideário estadonovista que houve um reencontro com um passado glorioso, tendo como ícone a figura de Tiradentes, num período de exacerbado nacionalismo.

Consolidando a visão modernista, é ressaltada a busca pela representação das raças formadoras da cultura brasileira, entretanto, da forma como esta foi feita, deixou-nos um legado de tombamento que privilegia somente um segmento da formação, como disse Weffort (1998, p. 6):

A lista dos bens tombados pelo patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciado em 1938, privilegia o patrimônio edificado dos séculos XVII e XVIII, período da dominação portuguesa. [...] Mas está longe em nossa visão atual de apresentar um quadro significativo da pluralidade da nossa formação, uma vez que não se pode deixar de lado o registro e a referência às marcas significativas, autônomas, deixadas pelos índios, negros ou judeus, assim como não se pode deixar de ampliar a relação de bens culturais referentes à contribuição dos italianos, alemães, japoneses etc.

Há, então, nesse período, uma marca classista visível nas políticas de preservação, pois a priorização do que deveria ser preservado e representativo da memória nacional ostenta a nítida inclinação para as vontades dos intelectuais que as idealizaram. Para perceber esta inclinação, basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN, conforme Miceli (2001, p. 360): “para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira, em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente”.

Outro aspecto que mostra como as políticas preservacionistas estavam influenciadas pela inclinação dos seus idealizadores, pode ser vislumbrado no que concerne aos segmentos da cultura material selecionados:

firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de ‘pedra e cal’, em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação associa-se sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais membros na fixação de prioridade da política preservacionista (MICELI, 2001, p. 360-361).

Para o autor, o SPHAN acabou assumindo a feição de uma agência política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados possuidores de valor estético significativo para uma história de formas e dos estilos da classe dirigente brasileira.

Sob a perspectiva dos intelectuais embevecidos pelo ornamental e monumental, permaneceu a política cultural para o patrimônio brasileiro até meados da década de 60. O país, assim como a maioria dos países latino-americanos, estava distante das discussões que se passava no restante do mundo em relação à política de preservação, sobretudo, no que se referia aos centros históricos. O SPHAN mantinha o monopólio das ações de preservação no país sem buscar fora do âmbito governamental parceiros ou ideias que viessem a lhe somar. Miceli (2001, p. 364) apresenta uma aproximação comparativa com as tendências recentes, tomando a França e os Estados Unidos como exemplo de políticas de preservação em países desenvolvidos.

Em 1946, o SPHAN foi elevado à categoria de diretoria, e recebeu a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Essa fase que se estende por cerca de trinta anos, até a Ditadura Militar, é considerada pelos contemporâneos do órgão como a “fase romântica”, momento em que a instituição teria que se desdobrar para poder cumprir a árdua tarefa a que se propunha.

A segunda fase da instituição, responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, iniciou-se em 1967 e prolongou-se até final da década de 70, sob a administração de Renato Soeiro, que transformou a então Diretoria em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A linha de trabalho modificou-se, dirigindo-se agora mais para a preservação de conjuntos.

Coincidindo com essa nova fase, está a divulgação do documento final do II Congresso de Técnicos de Conservação e Restauração de Monumentos e Históricos, em 1964, a propagada Carta de Veneza. Reuniram-se setecentos profissionais, dentre eles brasileiros

que estavam de algum modo ligados à restauração de monumentos, preocupados com a falta de conceitos comuns no trabalho de preservação dos bens culturais.

O tema de tal congresso foi a conservação do Patrimônio Monumental e Ambiental no Mundo, num momento em que sente-se, também nos países de nova formação, a necessidade de conservar valores artísticos e os elementos representativos das civilizações do passado fundindo seu espírito com a vida moderna (LEMOS, 1987, p. 49).

A Carta de Veneza veio despertar nos cientistas brasileiros a necessidade de sair do ostracismo e integrar-se nas políticas mundiais de preservação, buscando o contato com organismos internacionais que pudessem lhe oferecer subsídios para um trabalho técnico mais aperfeiçoado. O Brasil solicita à UNESCO, em 1966, a realização de uma visita técnica a fim de avaliar o estado de conservação em que se encontrava o patrimônio cultural e, principalmente, os centros históricos do Brasil.

O chefe da missão que veio ao Brasil, o senhor Michel Parent, inspetor-chefe dos monumentos franceses, além de avaliar cuidadosamente os monumentos brasileiros, levantou a questão, até então, praticamente desconsiderada por nós: o potencial turístico dos centros históricos no país. Com essa nova perspectiva, o interesse no patrimônio é renovado, a nova possibilidade de crescimento econômico oriunda do turismo cultural adequou-se perfeitamente aos planos dos detentores do poder de então: o Regime Militar interessado no “Milagre brasileiro”.

É importante destacar o distanciamento popular nessas novas políticas, em virtude da falta de esclarecimento sobre as questões relativas à preservação da memória. Essa situação é compreensível se considerarmos o índice de analfabetismo registrado nesse período.

O tombamento, instrumento de preservação mais utilizado, nem sempre se coaduna com as questões sociais referentes ao bem protegido, invertendo, então, o seu verdadeiro sentido, que é o de preservar, e passa a dificultar a sua inserção na dinâmica econômica atual. A Carta de Veneza e várias das ações delas derivadas não solucionaram essas questões que se fazem presentes até os dias atuais.

A aposta no turismo cultural partia, principalmente, de iniciativas da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos (OEA); representando os interesses dos países-membros, explicitavam as preocupações dos países ricos em solucionar os problemas mais emergentes, como o desenvolvimento das áreas pobres, a preservação do patrimônio cultural e natural da Terra. Essas preocupações vieram coincidir com a fase em que os estudiosos do

Turismo o viam como capaz de apenas proporcionar efeitos positivos a uma população receptora, e a expectativa gerada mostrou-se maior do que os resultados alcançados. A experiência comprovou que muito ainda havia a ser melhorado.

Refletindo esse novo momento, a troca de direção do IPHAN, no ano de 1967, mostrava-se necessária e favorável à modernização do órgão para um Brasil urbanizado e industrializado, não podendo mais conceber a forma como vinha sendo conduzido durante os seus trinta primeiros anos. Reconhece-se na figura do seu criador, Rodrigo Melo Franco, juntamente com um grupo restrito de especialistas com poucos recursos técnicos, científicos e até mesmo de expediente, uma luta solitária contra o crescente interesse imobiliário. Fazia-se necessária a modernização da instituição na busca de parcerias e novas possibilidades de preservação que não alijassem o desenvolvimento econômico.

Dando mais um passo, agora, na busca da revitalização dos centros históricos, o Ministério da Educação e da Cultura convocou todos os governadores e prefeitos de cidades com potencial histórico, com o intuito de celebrarem um compromisso de solidariedade para a preservação do Patrimônio Cultural, cujo documento ficou conhecido como o Compromisso de Brasília que, posteriormente, em 1971, foi rediscutido e ampliado e o resultado foi chamado o Compromisso de Salvador.

O compromisso de Brasília estabeleceu um pacto buscando uma ação conjunta entre as diferentes esferas: federal, estadual e municipal no tocante à proteção dos bens culturais principalmente com o intuito de criar órgãos, e aperfeiçoar os já existentes mais próximos da realidade de cada local. A reunião de Salvador completou as deliberações supracitadas e tratou principalmente de dispositivos legais e mecanismos que orientassem e auxiliassem as ações a serem tombadas para a preservação do patrimônio cultural.

A política do IPHAN voltou-se, sobretudo, para conjuntos urbanos e cidades históricas tentando encontrar soluções de caráter urbano e social através da assessoria da UNESCO, quando então foram pensados planos de revitalização a serem desenvolvidos por organismos ou representações locais em cidades como Salvador (BA), Ouro Preto (MG), Olinda (PE), São Luís e Alcântara (MA). A principal medida verificada a partir desses encontros foi a criação, na maioria dos Estados e em alguns Municípios, de órgãos de preservação do patrimônio que tinham a finalidade de realizar políticas locais e nacionais de preservação.

Com o intuito de fortalecer ainda mais a iniciativa de preservar os conjuntos arquitetônicos, foi criado outro fator de propulsão que seria a Resolução nº. 94/70, do Tribunal de Contas da União (TCU), que permitia aos Municípios e Estados o uso do 5% da

sua parte do Fundo de Participação de Estados e Municípios na aplicação de políticas de preservação através do convênio com o IPHAN.

Não sendo ainda suficiente o valor conseguido para as ações, foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), que inaugurou uma nova era na relação entre proteção e revitalização do bem cultural no Brasil. Foi uma iniciativa do Ministério do Planejamento, da Educação e da Cultura a quem somaram-se representantes do Ministério do Interior e Indústria através da SUDENE e do Ministério da Indústria e Comércio através da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

A finalidade do grupo era efetivar levantamentos por meio de pesquisas que possibilitavam traçar um quadro da situação do patrimônio do Nordeste, com o intuito de encontrar maneiras de restauração que também possibilitariam seu aproveitamento total. Era buscada uma visão mais aprofundada do bem cultural a fim de devolvê-la à sociedade de forma dinâmica, conceitos ainda oriundos da Carta de Veneza. Obviamente, os estudos constataram que para a preservação dos bens históricos era necessária a sua utilização, o que viria a se adequar a um dos principais objetivos do governo: a geração de emprego e renda no Nordeste, como produto dos benefícios oriundos do incremento de diversas atividades sócio-econômicas, entre elas, o turismo.

Como fruto do trabalho desse organismo interministerial, aliás, criado nos moldes do implantado na França, em 1962, o programa iniciado em 1973 contava com dotação específica de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados. Depois de executada e avaliada a primeira fase, constatou-se um êxito considerável. Partindo desse resultado, o programa foi estendido, a partir de 1977, à Região Centro-Sul. A expansão deu-se apenas territorialmente, infelizmente os recursos não foram ampliados a contento, o que sem dúvida, comprometeu a eficácia do programa.

O objetivo maior do PCH era financiar projetos de preservação apresentados pelos Estados ou Municípios que eram avaliados pelo IPHAN e Ministério do Planejamento, a fim de verificar a sua aplicabilidade econômica e social. A formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas pertinentes foram consideradas como fundamentais às ações desenvolvidas pelo Programa. É importante ainda frisar o apoio dado às atividades culturais locais na tentativa de revitalização dos centros históricos.

Há de se atentar para a descentralização proporcionada por este programa, uma vez que os projetos aprovados eram financiados em 80% pelo Governo Federal e o restante necessário era assumido pelo Estado ou Município proponente. Este tipo de ação permitia uma maior participação da comunidade no processo de preservação e reapropriação dos bens

culturais, pois as decisões eram tomadas em nível local. Como consequência foram feitas várias experiências políticas preservacionistas, obviamente que nem todas lograram êxito.

A primeira cidade a ter seu órgão de Proteção de Patrimônio Cultural foi Salvador, em 1968. O abandono do centro da cidade era um fato, fruto de um crescimento urbano desorganizado. Na tentativa de reverter essa situação, as primeiras ações basearam-se no incremento do turismo cultural com incentivos a hotéis e “maquiagem” dos locais mais freqüentados pelos turistas. Esse modelo não foi suficiente para solucionar maiores problemas sociais de Salvador.

A etapa seguinte voltou-se para programas assistenciais junto aos moradores do centro histórico, onde foram criados postos médicos e escolas, assim como foram feitas algumas restaurações isoladas. Essa política também não deu resultados satisfatórios; fatores essenciais como a criação de empregos e a habitação foram deixadas de lado. A esse período segue um outro de abandono do Centro Histórico de Salvador. Perdas irreparáveis de monumentos aconteceram e, no todo, esse período dificultou substancialmente as reformas posteriores.

Na década de 1980, agravou-se a crise dentro do IPHAN, e entre os anos de 1979 a 1983 o órgão foi sacudido por uma ampla reforma administrativa sob a direção de Aloísio Magalhães, que abandonou o processo de descentralização que tinha no trabalho em conjunto com os organismos locais seu ponto forte; volta-se, então, para a centralização, fundindo o IPHAN com o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

A atuação do IPHAN volta a ser direta criando, assim, novas representações nos Estados. Foi criada a Fundação Pró-Memória, anexada ao IPHAN, com o intuito de facilitar a execução de programas e projetos. Agregando a Fundação Pró-Memória, o IPHAN volta a ser SPHAN, criando-se então o SPHAN/Pró-Memória que incorpora, pouco tempo depois de sua criação, novas responsabilidades como a administração dos Museus Federais, da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional do Livro. O que aconteceu, na realidade, foi a transformação do SPHAN/Pró-Memória em um Ministério da Cultura, desprovido de recursos suficientes para o seu bom funcionamento, assim como a autonomia necessária que não lhe foi outorgada.

Administrativamente, os órgãos caminhavam juntos (SPHAN e PRÓ-Memória), até a morte repentina de seu presidente, Aloísio Magalhães, em 1983. Instalou-se, então, uma luta pelo poder dentro dos órgãos, o que resultou no enfraquecimento de ambos, ocasionando o seu desprestígio e dando oportunidade para que o Governo Collor de Mello o dissolvesse e

em seu lugar criasse o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), dotado de poucos recursos, pessoal e prestígio. Outra medida desse governo que atingiu diretamente as políticas de preservação foi o corte de incentivos fiscais que anteriormente eram destinados à área cultural.

Em 1995, aconteceu o retorno da sigla IPHAN. A solução para a crise financeira do órgão foi encontrada em parcerias, principalmente na figura do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), por meio das quais os recursos poderiam ser captados da iniciativa privada, ou mesmo de empresas estatais. Há uma sensível melhoria na estrutura do órgão federal, podendo e devendo procurar outros meios para a sua sobrevivência.

Esse percurso de constituição das políticas de preservação do patrimônio, no Brasil, demonstra que a conservação do passado e sua representação modificam-se concomitantemente às transformações da sociedade. Se antes só os objetos culturais de pedra e cal possuíam valor diante do que poderia ser patrimonializado, hoje, com as transformações de paradigmas, em que o passado é mais um produto de consumo, esse conceito sofreu grandes dilatações, passando a abranger objetos de diferente natureza, como as danças típicas, a culinária e outros. Reconhecer algo como patrimônio representa a necessidade de preservá-lo de ameaças. Assim, é notória a articulação entre as políticas de preservação e as mudanças sociais, já que essas políticas são pensadas para conservar o patrimônio de acordo com a tônica de cada momento.

Essas discussões apontam para o fato de que as políticas de preservação do patrimônio ligam-se à atribuição de significado a determinados bens. Envolvem concepções que se transformam com o tempo, com os valores da sociedade e relacionam-se aos conceitos de identidade e modernidade. Como vimos, a elaboração das políticas apresenta perspectivas em comum com as trajetórias dos conceitos de história, documento e memória.

Nos capítulos seguintes, avaliamos mecanismos discursivos e enunciativos que instauram diálogos entre os discursos que permeiam a sociedade de uma época e as políticas de preservação. Verificamos ainda as relações tempo-espaciais articuladas em documentos que compõem as políticas de preservação do patrimônio, da cidade de São Luís-MA.

CAPÍTULO 3 - SUJEITO, ESPAÇO E TEMPO NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE SÃO LUÍS

“De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete muralhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas.”

(CALVINO, 1999)

Neste capítulo, analisamos os *corpora* constituídos por leis, programa e subprograma que compõem as Políticas de Preservação do Centro Histórico, de São Luís, à luz do conceito de dialogismo e cronótopo. O objetivo é buscar nesses documentos a forma como são representados sujeito, espaço e tempo no conceito de patrimônio e de que maneira esses enunciados são articulados pelo poder político na construção do conceito de cidade.

No horizonte das análises está o princípio de que a palavra é sempre entremeada pela palavra do outro, pois tudo o que dizemos, quer seja na forma verbal ou não-verbal, está em relação com outros dizeres. Por ter uma consistência histórica, o discurso não está voltado unicamente para uma realidade em si, mas para os discursos que o cercam e, nesse sentido, o enunciado do outro é sempre uma matriz discursiva de onde derivam discursos que se congratulam ou se repelem. Dessa maneira, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de muitas palavras, instaurando relações dialógicas, que se estabelecem entre dois ou inúmeros outros enunciados e que podem ser contratuais ou polêmicas. Entretanto, é preciso considerar que os discursos e os jogos político-sociais interpostos nos discurso não se opõem simples e meramente, eles se interpenetram em cada relação que integram, por isso constituem e são constituídos das atividades sociais. A leitura dos *corpora* é, então, realizada com o intuito de rastrear as tramas sociais, históricas e ideológicas que os compõem, buscando a realidade que os rodeia, partindo do princípio de que há *interação* em toda atividade humana, a qual é permeada sempre por dados heteróclitos, polifônicos e cronotópicos.

Destacamos inicialmente dois textos, duas Cartas Patrimoniais, cujo valor está em se constituírem como referências para as políticas de utilização e conservação do patrimônio. A primeira, a Carta de Atenas, foi elaborada nos anos de 1930 e propõe aos restauradores parâmetros de conservação do passado articulados ao momento de onde emergiu. A segunda, a Carta de Veneza, também se constitui como documento orientador das políticas de preservação, no Brasil. Os textos serão analisados nos próximos itens deste capítulo.

3.1 Os Antecedentes das Políticas de Preservação em São Luís: as Cartas de Atenas e de Veneza

Políticas Públicas são um conjunto de ações que visam a certos objetivos e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso, por meio de sua simples formulação. Na esfera discursiva, as políticas têm muito a revelar sobre as representações da sociedade acerca de um determinado campo de interesse, pois, como todo enunciado, são desenhadas a partir de relações dialógicas e envolvidas de uma ideologia, e como tal expressam sempre uma “posição avaliativa” (BAKHTIN, 2006).

Conforme Meira (2009), as políticas públicas são materializadas por intermédio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do Estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais ocorre a deliberação ou a tomada de decisão.

No âmbito patrimonial, as políticas oficiais têm a função de elevar alguns elementos à categoria de patrimônio, por meio de procedimentos que abrangem desde o imaginário até os elementos que constituem referenciais de uma sociedade a exemplo de seus costumes, suas tradições, hinos, sua língua etc.

O poder de estabelecer a proteção de um objeto é atribuição do Estado. A ele compete a exclusividade da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem. Essa nomeação oficial, embora aplicada em contexto referente aos títulos notáveis, no caso dos bens patrimoniais, consagra-se com a instituição do tombamento.

Conforme destacado na seção anterior, no Brasil, o modelo de preservação do patrimônio cultural segue o padrão francês e se deu por meio da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, em 1937. De acordo com Meira (2009), é importante frisar que o Brasil é o único país do mundo em que as pessoas responsáveis pela construção da ideia de preservação do passado foram as mesmas que projetaram o país do futuro. Basta observarmos a composição do IPHAN e verificarmos a significativa participação dos modernos como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Leão, Manuel Bandeira, os quais faziam parte da instituição ou participavam de alguns trabalhos. A autora também esclarece que as políticas públicas relacionadas ao patrimônio sempre foram mobilizadas por arquitetos, de maneira geral, em todos os países ocidentais.

Esses profissionais agem em nome de um interesse coletivo, que, na maioria das vezes, representa o interesse de grupos dominantes, manifesto através do Estado.

Por seu caráter social e ideológico, as políticas patrimoniais constroem representações de lugar por meio de práticas que instauram sentidos identitários aos lugares. Para Leite (2004, p. 39-40), esses documentos constituem representações de nação se tomarmos esse conceito como “uma comunidade imaginada”, uma configuração histórica e um sistema abstrato de identidade, que precisa de referentes culturais para legitimar-se como realidade capaz de reunir as pessoas. Elas representam, de modo simbólico, uma face dos processos de *relocalização* e consolidação das tradições, “cujos projetos de preservação arquitetônica e intervenção urbana reinventam centralidades tradicionais da nação, região e cidade”. A capacidade de o patrimônio construir elos entre identidade e lugar, na sociedade contemporânea, liga-se intensamente ao modo como as políticas de preservação articulam as noções de tradição e cultura nacional.

Esses documentos configuram identidades, pois são resultado de um complexo jogo de sentidos derivado de uma sociedade permeada de valores globalizados, que põem as subjetividades em um constante processo de composição. A circulação de pessoas, signos, informações e capital, que ocorre nesse espaço, representa uma inabalável desestabilidade ontológica. Desse fluxo derivam inúmeras reconfigurações de lugares, ancoradas em eixos móveis de tempo e espaço. Os lugares não expressam mais apenas os sentidos locais, eles são modelados para significar características globais. Nesse âmbito, o que é tradicional passa por um processo de reelaboração, de forma que passe a expor traços que vão além do sentido de nação. Daí o patrimônio parece ser uma medida que tenta oferecer ao sujeito moderno referências identitárias, preservando a ideia de tradição nacional (LEITE, 2004).

Nesse cenário, em que o sujeito está em constante processo de arranjo e se constitui no e pelo diálogo entre o eu e o outro, entre sua individualidade e os aspectos sociais, um dos desafios das políticas de patrimônio está em gerenciar a pulverização de lugares no amplo projeto de manter o patrimônio como lugar de uma identidade³ nacional de caráter múltiplo. Para isso, as políticas de patrimônio têm deslocado o sentido de suas práticas no intuito de ressignificar diferentes aspectos da tradição, adequados às políticas regionais de desenvolvimento, sendo esta uma das marcas das políticas oficiais de patrimônio no Brasil (LEITE, 2004). Esse aspecto demonstra que as ligações entre lugar e identidade, na sociedade

³ O conceito de identidade é entendido, neste trabalho, como resultado de um processo de alteridade, em que o eu é formado em confronto com o outro.

contemporânea, fazem-se a partir de um distanciamento da concepção ampla de nação para destacar traços locais da tradição, adequados às políticas econômicas de cada cidade.

Essas questões que permeiam as políticas de preservação do Brasil relacionam-se, obviamente, a uma série de acontecimentos históricos mundiais, no âmbito político e social, conforme destacamos a seguir.

3.2 As Cartas Patrimoniais e sua influência nas políticas de preservação local

Na formulação das políticas patrimoniais do Brasil dois documentos foram essenciais: a Carta de Atenas e a Carta de Veneza. Esses textos se fazem importantes em nosso estudo, pois constituem referentes discursivos para as políticas de preservação do país. Por isso, é preciso avaliar os diálogos que as políticas estabelecem com eles.

A) A Carta de Atenas

Principal fruto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) a Carta de Atenas foi apresentada em novembro de 1933 e propõe como medida mais contundente a responsabilidade do Estado em determinar o que deve ser patrimonializado.

Estruturalmente formada por não mais do que cinco páginas, o documento objetiva a operacionalização da ação internacional em prol da preservação de Monumentos Históricos e direciona-se à área da Ciência da Restauração, seu destinatário imediato. O contexto histórico da *Carta de Atenas* relaciona-se, segundo Froner (2002), a fatos como o colapso econômico associado à crise de consciência do período pós-guerra que contribuiu para a ampliação de movimentos como o fascismo, de Mussolini (1922) e o nazismo, de Hitler – correntes nacionalistas extremas. Entre os anos de 1918 e 1931 vários estados europeus tornaram-se sólidos com a fundação das repúblicas da polônia, Áustria, Tchecoslováquia, Finlândia, Alemanha e Espanha; também se destaca nesse processo um acontecimento que marcou a economia dos continentes europeu e americano, a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e que resultou numa crise mundial de enormes proporções. O final do século XIX foi marcado pelo apogeu do colonialismo europeu (1876–1914), interrompido inesperadamente pelo conflito da I Grande Guerra. O resultado desses conflitos foi um mundo cada vez mais dividido, desigual, com fronteiras demarcadas e assentado em uma bomba relógio prestes a explodir.

Os destroços da I Guerra levaram a iniciativas em prol de uma atividade de restauração intensa por toda Europa. Mas, as atividades nem sempre passavam por um

controle sendo, muitas vezes, realizadas sem nenhum conhecimento técnico. Como para os restauradores, muitas vezes uma intervenção inadequada pode ser mais prejudicial do que intervenção nenhuma, a Carta propôs uma série de medidas que preconizavam o controle da restauração, entre as quais destacamos: **a)** a organização de ações de restauração com a função de aconselhar e operacionalizar ações específicas; **b)** avaliação crítica para evitar erros que levariam à perda das características e do valor histórico as estruturas; **c)** solução pelas legislações nacionais de problemas de preservação dos sítios históricos; **d)** oficialização de sítios arqueológicos em processo de escavação para se constituírem em objetos de intervenção imediata; **e)** o uso de técnicas e materiais modernos para atividades de restauração, etc.

Nesse período, o Brasil assinou o Decreto nº 22.928, de 1933 que elevou a cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional e primeira cidade-monumento do mundo, constituindo-se, assim, no documento que inaugura uma prática discursiva patrimonialista no país.

Com a Carta de Atenas, há no Brasil, em escala nacional, uma mentalidade preservacionista em gestação. É nesse período que estados como Bahia e Pernambuco (em 1927 e 1928, respectivamente) criam leis de salvaguarda para seus acervos.

A Carta de Atenas é um manifesto urbanístico, cuja proposta era a chamada “cidade funcional”, que separaria o espaço citadino por núcleos: núcleos residenciais, de lazer e de trabalho, sugerindo que no lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, fosse planejada a cidade-jardim, em que os edifícios se localizassem em espaços arborizados, princípio que aponta para a articulação de discursos relacionados às questões ambientais, de interesse da humanidade desde que o paradoxo “desenvolvimento e destruição” se instaurou em nossa história. Essa proposta urbanística influenciou consideravelmente o desenvolvimento de cidades europeias, após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a cidade de Brasília foi edificada a partir desses parâmetros. O documento constrói um cronótopo de futuro ao propor esse redimensionamento do espaço citadino. Sua tônica recai sobre o futuro como o ideal a ser alcançado, o sonho dos novos tempos, ressaltando o desprezo por um passado que não mais orientava.

A Carta de Atenas ainda tinha como motivação as inúmeras discussões entre arquitetos preocupados com os rumos da arquitetura moderna face aos problemas decorrentes do crescimento desordenado das cidades, causados, por exemplo, pela mecanização na produção e as mudanças no transporte. O documento retrata, dessa forma, as vozes do discurso modernizante, em que o funcional sobrepõe-se à ideia de passado. Essa Carta consolidou-se como uma referência para a teoria e metodologia de planejamento e se constitui

de três partes: a primeira delas trata de generalidades a respeito da relação cidade e região. A segunda parte, a qual nos interessa, discorre sobre o estado atual crítico das cidades, destacando aspectos de habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio. A terceira parte são conclusões.

Citamos a seguir um trecho da Carta de Atenas, que enfatiza a noção de patrimônio histórico, a qual influenciará profundamente as Políticas Patrimoniais brasileiras e, por conseguinte, dialoga com as políticas patrimoniais de São Luís.

Segunda parte - estado atual crítico das cidades

Patrimônio Histórico da Cidade

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que são respeitados a princípio por seu valor histórico e sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorpora o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano e aqueles que o detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral...

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito a perenidade; convém escolher com sabedoria o que deveria ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em casos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres...

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode às vezes ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo.

Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis.

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela **demolição**. Mas, quando esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Ao invés de suprimir o obstáculo à circulação desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem impor-se-lhe-á uma passagem sob um túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de atividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextricáveis.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes.

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma

ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.

Fonte: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

Quadro 1 - Carta de Atenas

A Carta propõe soluções amplas, universais, pois resultou da observação de 33 cidades do mundo, com diferentes perfis. Tomado como um enunciado, o documento deve ser avaliado sob o ponto de vista histórico, cultural e social. Trata-se de um gênero que tem a chancela de um poder oficial – UNESCO e OEA. Sua compreensão depende de aspectos extra-verbais, como os interlocutores, pressupostos, inserção histórica, enfim, fatores que norteiam todo enunciado, independentemente de sua extensão. Esses elementos, na perspectiva dialógica, são inerentes ao processo linguístico. Eles instituem a forma como o enunciado envolve-se dos meios sócio-históricos nos quais é articulado e/ou recebido pelo outro.

Na base desse princípio está a concepção bakhtiniana de linguagem, segundo a qual a língua só encontra existência por meio do uso que locutores (aquele que fala ou escreve) e interlocutores (o que lê ou escuta) dela fazem em diversas situações (prosaicas ou formais) de comunicação. O emprego da linguagem passa necessariamente pelo sujeito, agente das relações sociais e o responsável pela composição e pelo estilo dos discursos. O sujeito, de ponta a ponta individual, de ponta a ponta social (FARACO, 2009), mobiliza enunciados anteriores para elaborar o seu enunciado, que pode ser sua fala ou escrita. Além disso, um enunciado sempre é conduzido pelo falante para um contexto social, histórico, cultural e ideológico. Passemos, então, a analisar a Carta seguindo essa noção de linguagem e língua.

Na Carta predomina um estilo de linguagem formal; o sujeito fala de um lugar distante da enunciação, mobilizando a terceira pessoa. O conteúdo temático versa sobre procedimentos de preservação do patrimônio, e sua composição é essencialmente verbal. O texto é redigido predominantemente em terceira pessoa, instaurando um efeito de afastamento

do sujeito que deve enunciar a partir de um lugar distante do objeto sobre o qual fala, negando, assim, o seu envolvimento com o que declara. Essa característica é própria do gênero documento oficial, cujo estilo é a adoção de uma linguagem que mantém o distanciamento do sujeito. Entretanto, verificamos momentos, nesse texto, em que o sujeito se aproxima do que diz, por meio de elementos como as marcas de primeira pessoa do plural – nós, que sinaliza a interação entre o *eu* e o *tu*, respectivamente enunciador e enunciatário.

De acordo com Benveniste (1976, p.258), a pessoa verbal do plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” cola ao “eu” uma globalidade que não se distingue de outras pessoas. Além desse movimento enunciativo, o uso de adjetivos, o emprego de advérbios como “servilmente”, enunciados como “a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida” e o emprego de aspas, no último parágrafo, mostram a aproximação do sujeito na enunciação. O emprego desses recursos línguísticos demonstra uma atitude valorativa do falante, portanto, uma marca de individualização.

Conforme destacamos no capítulo 1, para Bakhtin (2003), o estilo tem a ver com a relação intersubjetiva entre o querer dizer do enunciador e a imagem que ele constrói do enunciatário. No exemplo dado, podemos dizer que o enunciador age numa tentativa de estabelecer com o enunciatário um diálogo mais próximo, pessoal, a fim de merecer sua adesão.

Ao longo de todo o texto percebemos um discurso que prega o adestramento do espaço, apontando para o que Bauman (1999) considera uma consequência da globalização, isto é, a imprescindível manipulação espacial para a construção de efeitos de racionalidade e, nesse caso, de desenvolvimento, também.

Ao Brasil, o documento chega quando o país aspirava por modernidade. Segundo Abreu (2003), no cenário brasileiro, esse momento é marcado pela adesão ao movimento modernista, conforme comprovam os monumentos estatais que os arquitetos do país projetaram para o Estado Novo e a preocupação que tiveram em instaurar um serviço de patrimônio responsável pela constituição de um capital simbólico nacional.

É sugerido que o patrimônio em seu valor arquitetônico seja preservado, com total respeito à sua “personalidade e o passado próprio da cidade”, mas, paralelamente a essa voz, esse princípio faz a ressalva: “se sua presença for, entretanto, prejudicial, este será *destruído* e deve dar lugar a áreas verdes, pois mesmo que destruindo um ambiente secular, bairros vizinhos se beneficiarão desta mudança”. Mas se este possui algum tipo de valor, devem ser buscadas outras soluções, porém sua conservação não deve acarretar o sacrifício de

populações mantidas em condições insalubres, por exemplo. Nesse enunciado existe a sobreposição de um discurso da salubridade em relação à preservação do passado, este podendo até ser anulado em caso de interferência na saúde dos moradores. Esse discurso, circulando ao lado de outros, acontecia em função de, nesse momento, estar em evidência uma discursividade que trazia um apelo à destruição de antigas construções devido a fatores como progresso e modernidade. Segundo Le Goff (2003, p. 14):

Na Europa do final do século XVII e primeira metade do século XVIII, a polêmica sobre a oposição antigo/moderno, surgida a propósito da ciência, da literatura e da arte, manifestou uma tendência à reviravolta da valorização do passado: o antigo tornou-se sinônimo de superado, e o moderno, de progressista. Na realidade, a idéia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do século XX, considerando, sobretudo, os progressos científicos e tecnológicos.

No Brasil, o documento ganha adesões porque a ideia de passado, nessa época, tinha uma relação com a noção de barroco, e o patrimônio de pedra e cal era o símbolo da colonização. Logo, preservar esse passado significava uma espécie de retrocesso, pois, conforme já acentuado, nesse momento, o Brasil, como todo o mundo, buscava construir uma nação com base no ideal de progresso, desenvolvimento, modernidade e civilização. Em prol da salubridade, tornava-se, pois, imperativa a demolição de vários prédios. Desse modo, um fator que envolveu a recepção do texto no país diz respeito ao discurso do salubrismo, que nesse período circulava em função da emergência do processo de urbanização das cidades.

O urbanismo interfere nas cidades por meio de um projeto de construção e planejamento com o propósito de legitimar a crescente modernização e como um mecanismo de justificação das intervenções produzidas no espaço urbano. No Brasil, as teorias médicas colaboraram com o desenvolvimento do conceito de urbanidade, estabelecido entre fins do século XIX e parte do século XX, cujo objetivo era reforçar um conjunto de formas de pensamento e atuação no sentido de intervir nas cidades e que resultaram no salubrismo. As intervenções desse discurso constituíram numa apropriação nacional de ideias urbanísticas já desenvolvidas na Europa. Essa influência pode ser observada em cidades como o Rio de Janeiro e São Luís, que demoliram vários casarões antigos em nome de uma política de salubridade, que consistia na higienização do espaço.

Ao se referir à constituição do enunciado, Bakhtin (2003) destaca que, dentre outras coisas, tais como o sistema da língua, o objeto do discurso e o falante com sua atitude valorativa, deve ser considerado, como seu elemento determinante, sua situação na cadeia da comunicação discursiva, como o diálogo que ele mantém com o objeto de seu discurso, ou seja, a relação com enunciados já-ditos. No trecho do documento em pauta: “É possível que,

em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável”, a Carta dialoga com o discurso do salubrismo, que é promovido como sinonímia de civilização.

A ideia de salubrismo circulava em torno de uma proposta de civilidade que consistia, dentre outras coisas, em desenvolvimento e conforto. O acesso ao conforto civilizado transforma as cidades, a partir da construção de hospitais e sanatórios para abrigar doentes e loucos, da modificação de habitações, visando a atender a uma nova política de infraestrutura da cidade, que buscava tornar os pobres mais flexíveis e solidários com políticas de defesa da propriedade e da “qualidade de vida”.

As práticas de higienização do ambiente, surgidas no século XIX, para equacionar o problema da saúde pública, enfeixadas na concepção de salubrismo, tiveram repercussão não só no espaço interno da habitação, ou seja, na forma de viver o espaço privado, como também no meio ambiente, que se configura como uma extensão da habitação, ou seja, o espaço público.

Nesse sentido, convém citar Foucault (2002)⁴, o qual avaliou como a organização do espaço tinha em suas bases um exercício de poder, o que levou o filósofo francês a desenvolver a noção de “tecnologias de gerência da população”. Esse agenciamento espacial, segundo Foucault (2002), estabelecia-se por meio da ordenação do espaço e do tempo. Ele afirmou ainda que o discurso de modernização urbana produziu novas formas de uso do espaço citadino. Esse poder, na visão foucaultiana, não é soberano, exerce-se de forma capilar, em todos os níveis de relações sociais e a norma constitui o seu instrumento. Existem, segundo o autor, duas formas de poder normalizador – o poder disciplinar e o biopoder (FOUCAULT, 2002).

Foucault trata do poder disciplinar na terceira parte de *Vigiar e Punir*. Segundo ele, o poder disciplinar atua sobre os corpos, sobre os indivíduos, enquanto o biopoder atua sobre as populações. A disciplina atua por meio do treinamento individual e o biopoder busca o equilíbrio global. Ao poder disciplinar correspondem corpo, organismo, disciplina, instituições enquanto que ao biopoder correspondem população, processos biológicos, mecanismos regulamentadores, Estado (FOUCAULT, 1999).

Técnicas e tecnologias são formas de se exercerem poderes sobre o corpo. Esses mecanismos surgem a partir da segunda metade do século XVIII, segundo Foucault (2002), com o nascimento das cidades e a preocupação com a espécie, com o aparecimento de

⁴ Guardamos, aqui, as devidas diferenças epistemológicas entre Bakhtin e Foucault.

problemas científicos e políticos vinculados à população, tais como natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração. O biopoder surge como uma técnica necessária para o controle dos corpos. Mas esse novo poder sobre os corpos só se torna possível pela ação das técnicas disciplinares. A dinâmica da cidade mostra o funcionamento conjunto dessas duas formas de poder, com a manifestação de mecanismos disciplinares e reguladores materializados em leis, decretos.

Assim, um conjunto de normas de utilização do espaço e do bem estar público, como das relações entre o cidadão e seu município, são estabelecidas para determinar maneiras de se ocupar o espaço. No discurso da modernização, a cidade deveria tornar-se um “local de deslocamento, de trabalho, mas também de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem” (VEIGA, 2000, p. 401) Esse cenário só seria construído por meio do controle e manutenção do ambiente, promovido por certas ações, como o ordenamento do espaço. É dentro dessa visão de racionalidade espacial que o enunciador situa as ações de organização e gerenciamento do espaço sempre considerando as ações de gerenciamento da população, de que fala Foucault (2002, p. 23).

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam.

Ao idealizar a cidade com as funções da habitação, trabalho e recreação, elegendo a circulação como articuladora, a Carta de Atenas consagra o espaço externo, higienizado e limpo como extensão do espaço interno, potencializando relações.

A Carta de Atenas constrói um cronótopo de cidade patrimônio, espaço discursivo onde se desenvolvem ações que orientam, articulam noções de tempo (passado), espaço (cidade) e sujeito (habitantes, visitantes e turistas).

Se as relações cronotópicas instauram a indissociabilidade entre tempo, espaço e homem, a proposta da Carta de Atenas é construir um homem que não tem marcas culturais, uma vez que projeta uma cidade de caráter padronizado. A cidade patrimônio torna-se um lugar onde o tempo passado só tem sentido em razão da funcionalidade espacial. Os tempos que devem ser contemplados nos bens patrimoniais, segundo essa proposta, são o presente e o futuro; a Carta apenas preconiza a manutenção funcional do passado, para não anuviar a projeção de um espaço que se destaca pela sua atualidade. O enunciador constrói, desse modo, um cronótopo de cidade em que o presente deve ser o seu grande emblema.

Se “a concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem, conforme Amorim (2006, p. 103), a cidade organizada modernamente faz parte da constituição de um homem também moderno. Portanto, é possível dizer que o homem pensado na Carta de Atenas deve ser aquele do presente. Mas, conforme afirma Bakhtin (1997b, p. 211), “os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo”, e nesse sentido, convém pontuar que o espaço construído na Carta é um espaço que não rompe totalmente com o passado, sendo, pois, heterogêneo. Desse modo, o documento propõe um conceito de preservação voltado para um presente constitutivamente ligado ao passado.

Ao destacar que:

Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.

O enunciador, dialogando com os restauradores, chama atenção para os possíveis pastiches que poderiam ser criados nos reparos, o que poderia gerar um efeito de falsidade na cidade e nessa dimensão, a fala do enunciador é atravessada pelo dialogismo marcado e mostrado, que se manifesta pelas aspas e aponta para a complexidade dos conceitos de falso e verdadeiro.

Também destacamos na Carta que o desejo de demolir os cortiços projeta esses espaços como o *outro* do patrimônio que o texto visa a construir. Esse outro, o estranho, está fora do programa de modernidade e urbanismo da cidade, pois dele derivaria o sentido de atraso que não poderia mais ser exposto. Os cortiços seriam a materialização da diversidade que a Carta buscava silenciar por meio de procedimentos espaciais.

Os destinatários podem ser não só os restauradores, mas todos os profissionais do espaço, arquitetos, urbanistas, geógrafos, turismólogos, historiadores, que se fazem juntamente com o poder público e a própria cidade figurada por seus habitantes, os seus superdestinatários.

Segundo Lameirão e Silva (2008), na década de 1960, houve uma ampla transformação da política de conservação, em função de uma série de alterações acerca dos conceitos de sujeito, identidades e a respeito da própria noção de história e de cultura. Nesse período, a política de conservação de monumentos históricos deixou de se limitar aos países

desenvolvidos e passou a incluir os países em desenvolvimento. Dessas mudanças ocorreu um deslocamento em torno da noção de patrimônio e surge a necessidade de se elevar novos objetos à condição de patrimônio, emergindo daí o conceito de *patrimônios imateriais e intangíveis*. Desse modo, surgiu a necessidade de repensar esses parâmetros da Carta de Atenas, e outro documento veio influenciar as políticas patrimoniais do Brasil: a Carta de Veneza.

B) A Carta de Veneza

Elaborada em maio de 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, esse documento re-elabora o sentido de preservação dos monumentos antigos, principalmente após a política urbanística chamada de “destruição progressiva”, que se iniciou nos anos 30 e cujos princípios ficam evidentes na Carta de Atenas. Essa reformulação foi resultado de frustrações e traumatismos causados pela urbanização “selvagem” e pelo “urbanismo civilizado” (CHOAY, 2001, p.9-10).

A grande diferença dessa Carta em relação à anterior é o fato de o Estado não mais se responsabilizar pela escolha e conservação dos monumentos, mas, sim, a humanidade: “**A humanidade**, cada vez mais consciente da unidade de valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente **responsável por preservá-las (...)**” (CARTA DE VENEZA, 1964, grifo nosso).

A Carta de Veneza propõe a regulamentação de um padrão político para conservação e restauração que poderia ser adaptado às especificidades de cada país e sua respectiva cultura, respeitando dessa maneira as diferenças. Nesse sentido, o texto dialoga com um discurso que recusa o etnocentrismo e valoriza a diversidade, tema que teve a UNESCO como seu grande divulgador, a partir de trabalhos propostos por Strauss (Race et Histoire), por exemplo, em que o antropólogo ressalta que a grande contribuição das culturas não consiste na lista das suas invenções, mas nas diferenças que demonstram entre si (STOER, 2010). Esse discurso, valorizador da diversidade, propõe que o progresso só pode resultar do contato entre as culturas e relaciona-se ao princípio de que as culturas só podem ser entendidas pela diversidade.

O texto, inserido em um momento em que o conceito de fato histórico – concebido como processo resultante do olhar do historiador (LE GOFF, 2003) - sofreu reformulações, valorizava o testemunho histórico e concebia o monumento histórico como uma memorização da sociedade, fato que reflete as transformações de visões sobre a noção do passado. Nessa linha, a Carta de Veneza apresenta um conceito amplo de monumento e

patrimônio, delimitando definições e cuidados nos níveis da conservação, restauro, escavações e publicações. O documento é composto de quatro páginas. Fazemos um recorte, no entanto, em relação aos aspectos que nos interessam avaliar nesta pesquisa.

<p>CARTA DE VENEZA CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS 1964</p> <p>DEFINIÇÕES</p> <p>Art.1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.</p> <p>Art.2 - A conservação e o restauro dos monumentos devem recorrer à colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a proteção do patrimônio monumental.</p> <p>Art.3 - A conservação e o restauro dos monumentos têm como objetivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas.</p> <p>CONSERVAÇÃO</p> <p>Art.4 - Para a conservação dos monumentos é essencial que estes sejam sujeitos a operações regulares de manutenção.</p> <p>Art.5 - A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que sejam necessárias efetuar poderão ser admitidas.</p> <p>Art.6 - A conservação de um monumento implica a manutenção de um espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas.</p> <p>Art.7 - Um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional.</p> <p>Art.8 - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que façam parte integrante de um monumento apenas poderão ser removidos se essa for a única forma de garantir a sua preservação.</p> <p>(...)</p> <p><i>Texto aprovado no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, no período de 25 a 31 de maio de 1964.</i></p>

Fonte: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.htm>

Quadro 2 - Carta de Veneza

Considerando a temporalidade que separa as duas Cartas, o primeiro aspecto a comentar é a noção de patrimônio estabelecida nesse texto. Extremamente distinta da Carta de Atenas, a Carta de Veneza considera como representativos de uma memória elementos mais modestos, deslocando o sentido do valor monumental dos objetos para o sentido do valor simbólico: “**Art. 1** – [...] Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”.

No Artigo 3, essa noção simbólica também está presente, em termos do objetivo almejado: “A conservação e o restauro dos monumentos têm como **objetivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas**” (grifo nosso).

No tocante à conservação, o texto destaca uma noção de conservação que propõe funcionalidade e a produtividade do espaço, ao invés da proposta de congelamento ou museificação:

Art.5 - A conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É apenas dentro destes limites que as modificações que sejam necessárias efetuar poderão ser admitidas (grifo nosso).

Deve-se ressaltar que a ideia de monumento é tida como uma obra criada pela ação humana e que responde à necessidade de preservação de determinada prática ou discurso.

No artigo sétimo, o cronótopo de cidade tem tonalidade diferente da anterior, pois propõe que o passado seja indissociável do presente. Nesse documento, a noção de indissociabilidade do tempo e espaço é vislumbrada pelo enunciador em:

Art. 7 - Um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido. A remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional (grifo nosso).

O texto prevê a capacidade que tem o homem de ler o tempo no espaço, de identificar a formação dos lugares, bem como de ver em costumes e em ideias de uma nação os indícios de uma temporalidade.

Nessa Carta, é construído um conceito de identidade, desenhado pelos processos de alteridade, em que o *outro* está inscrito nas marcas do passado. A Carta de Veneza traz, portanto, um conceito de nação que se configura de modo múltiplo, que constrói as marcas locais a partir das insígnias do passado, erigindo uma porta de entrada para a demanda global.

Na Carta de Veneza também há um distanciamento do enunciador, pelo uso exclusivo da terceira pessoa, característica da esfera da comunicação humana na qual se adéqua o gênero documento oficial.

O enunciado estrutura-se sobre os pares dicotômicos “deve/não deve”. No tocante às definições, o **Art. 2** refere-se à conservação e restauro dos monumentos como ações “que **devem** recorrer à colaboração de todas as ciências e técnicas” a fim de que o patrimônio monumental seja protegido. Quanto à conservação, o **Art. 5** destaca a utilização dos monumentos para fins sociais úteis, ressaltando que tal utilização “**não deve** alterar a disposição ou a decoração dos edifícios”. Esse teor se repete nos **Arts. 6 e 7**. No **Art. 6**, o monumento terá à sua volta o espaço tradicional para manter sua ambiência. Assim é que o

espaço tradicional “**deve** ser conservado, **não devendo** ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas”. Já o **Art. 7** ressalta a indissociabilidade do monumento com a história, a partir de sua completa preservação, pois sua remoção “**não deve** ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação desse monumento ou por razões de grande interesse nacional ou internacional.” Tais recursos linguísticos revelam um teor discursivo mobilizado pelo enunciador, a fim de determinar uma resposta do enunciatário/superdestinatário de modo ativo: que ele obedeça ao que foi estabelecido pelo documento em defesa da preservação dos monumentos históricos. Em outras palavras, o caráter valorativo e expressivo atribuído ao enunciado, pelo enunciador, por meio do tom expressivo das dicotomias deve/não deve, busca na reação-resposta do enunciatário sua adesão ao teor da Carta. Vale lembrar, ainda, que o uso de verbos no imperativo é um recurso recorrente em documentos oficiais como leis, decretos etc.

Vemos, assim, a Carta de Veneza dialogar com as propostas de uma sociedade voltada para a ancoragem de sua identidade. Uma sociedade que busca a preservação do passado, por acreditar que lá estariam as referências do que ela é atualmente.

3.3 As Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís

A história das políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís está certamente relacionada às políticas de cunho federal, visto que ações sobre o patrimônio edificado começaram a repercutir na cidade um pouco depois do processo deflagrado em 1937, com a instituição do Estado Novo, no Brasil. O Estado Novo configurou-se como um regime político centralizado e autoritário, estabelecido no governo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, cujas metas eram promover grandes manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas e incentivos, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, aos apelos patrióticos na imprensa, como também na educação, via livros didáticos.

Nesse período, foi elaborada a primeira lei patrimonial do Brasil, a Lei nº. 25, e criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Se, de um lado, discursos como o do salubrismo pregava a demolição do passado para atender a demandas do paradigma da modernidade, a lei fabricada pela política de Vargas privilegiava a proteção de monumentos de valor excepcional, com especial destaque para as obras do Barroco, movimento artístico do século XVIII, considerado a grande marca da brasilidade. Assim, edifícios de períodos mais recentes, como os inúmeros localizados no centro da cidade de São

Paulo, construídos sob influência do ecletismo a partir do final do século XIX, foram relegados, pois eram considerados alheios à tradição brasileira (RODRIGUES, 2000).

As leis que irão compor as políticas de Preservação da cidade de São Luís são elaboradas apenas na década de 70. Nesta seção, para efeitos metodológicos, trabalharemos as Políticas de Preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís a partir de um *corpus* que se constitui de quatro documentos, apresentados em ordem cronológica: a Lei 3.999, de 05/12/78; o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCH) e seus Subprogramas de fins, a Lei n. 5.082, de 1990; e a Lei municipal 79, de 1993. A seleção desses documentos se deu em função de esses textos configurarem o quadro das políticas que constituíram oficialmente o regime de preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, de 1978 a 1993, período anterior à culminância do processo que elevou São Luís à categoria de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Antes, porém, é necessário contextualizarmos historicamente o cenário em que aconteceu a emergência das políticas de preservação na capital do Maranhão.

3.3.1 A cidade de São Luís

Os habitantes do território de Upaon-Açu, ou Ilha Grande, mais tarde denominada de São Luís, eram índios Tupinambás, à época em que os portugueses chegaram ao Brasil. A população contava, em 1612, com aproximadamente “10 a 12 mil almas” segundo as estimativas de D’Abeville (1975, p. 139).

Existem, entretanto, controvérsias quanto aos primeiros europeus que chegaram à Upaon-Açu dos Tupinambás. Conforme Ribeiro Júnior (1998), existem indícios de que em 1513, Diogo Ribeiro, em expedição de reconhecimento, teria dado à Ilha o nome de Trindade, sendo também provável que em 1535 a expedição do nobre português João de Barros, primeiro donatário da Capitania do Maranhão, tenha naufragado nas proximidades da ilha.

O certo é que o primeiro estabelecimento europeu em São Luís aconteceu a partir da chegada dos franceses, isso em 1612. À frente da esquadra francesa estava o tenente general Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière e também o almirante François de Rosilly. Eles tinham a missão de instalar a França Equinocial nesta parte do mundo.

Os franceses, por meio dos seus corsários, há muito já mantinham boas relações com os índios Tupinambás, não tendo encontrado, portanto, dificuldades de instalação. Facilmente erigiram a primeira benfeitoria, a fortificação da cidade que foi localizada estrategicamente no alto de uma área recuada em relação ao mar, de onde era possível avistar-

se e guardar-se da baía que se estendia à sua frente. Em homenagem ao rei menino da França, Luís XIII, o forte foi denominado São Luís, que emprestaria seu nome à cidade onde estava localizado. No lugar onde foi erigido o forte, hoje se encontra o Palácio dos Leões (Figura 1).



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 1- Palácio dos Leões

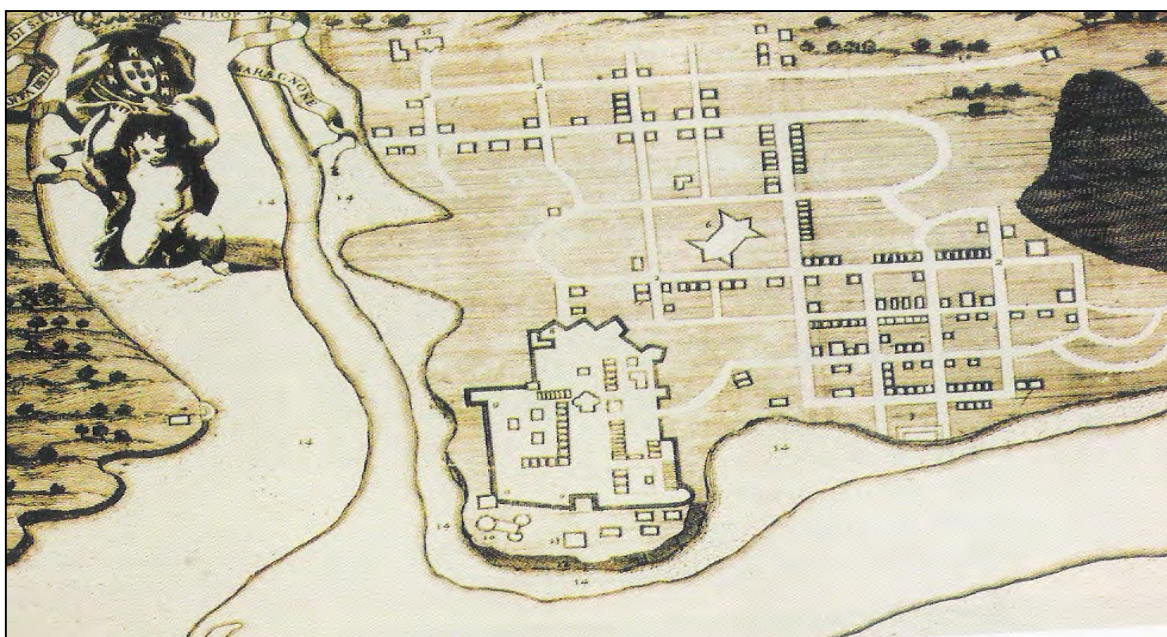
No dia 08 de setembro de 1612, foi fincada uma cruz ao lado do forte e celebrada a primeira missa. Essa data é considerada hoje a data oficial da fundação da cidade de São Luís.

A posição estratégica do forte lhe favorecia a defesa contra os índios inimigos, ou mesmo contra os portugueses, assim como facilitava a penetração no interior, pois situava-se próximo às desembocaduras dos principais rios maranhenses, possíveis de servir como rota para a conquista interiorana, o que realmente viria se confirmar ainda com os franceses.

A reconquista portuguesa demorou 3 anos e 4 meses para iniciar-se. Alexandre de Moura e Jerônimo de Albuquerque venceram os franceses e retomaram as terras para Portugal a quem pertenciam, segundo o Tratado de Tordesilhas. Era necessário garantir o território do lado norte, resguardando a entrada da Amazônia, mais precisamente a passagem entre o litoral e o Peru.

Quando da retomada, Portugal estava sob o domínio espanhol e junto com Alexandre de Moura veio o espanhol e engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita,

competindo a este último, segundo os padrões urbanísticos vigentes da Espanha, traçar em São Luís, um plano de crescimento em forma de quadrilátero exato, apesar da topografia acidentada da terra recém tomada (Figura 2). O traçado era o mesmo destinado às cidades espanholas de então, contendo ruas regulares, partindo de duas grandes praças o que vem a ser um caso único entre as cidades portuguesas fundadas no século XVII.



Fonte: Andrès et al. (1998).

Figura 2- Planta da cidade de São Luís -1615

O domínio da terra teria que se dar pela colonização, e nesse processo era fundamental a figura da Câmara Municipal, responsável pela distribuição de terras aos colonos. O seu procedimento é descrito por Viveiros (1954, p.11) e mencionado por Mantovani e Motta (1998, p.14) através de um documento do capitão-mor Alexandre de Moura ao Capitão–Mor Jerônimo de Albuquerque.

[...] Antes de deixar o Maranhão, institui ele o Senado da Câmara de São Luís, com o patrimônio de uma légua de terra, e deu a Jerônimo de Albuquerque e Martim Soares as normas porque deveriam orientar suas administrações [...] recomenda a reforma do Forte de São Felipe (antigo São Luís), segundo o projeto do engenheiro Francisco Frias Mesquita, para o que deixava seis pedreiros, carpinteiros, duas ferrarias, uma serralheria, uma olaria, cal etc [...]. Para a cidade que se levantava, o regimento tem apenas duas linhas na recomendação que fosse ela bem arruada e direita conforme a traças que ficava em poder do capitão-mor.

A política colonialista era direcionada para todo o território de propriedade lusitana: apropriar-se das terras e distribuí-las para que fosse consolidada a posse do território pela metrópole. Faoro (1976, p. 123) coloca a generalidade da cidade política: “A obra

política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição de terras. Aí se fixava o centro da empresa, calçada sobre a agricultura, capaz de conhecer populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação”.

Seguindo o plano de Francisco Frias de Mesquita, São Luís cresceu, logicamente bastante tempo depois, com ruas bem traçadas e quadras definidas. As primeiras habitações foram erguidas em volta do forte, embora toscas e com traços da cultura indígena, devido a pouca disponibilidade de material para construções, era a simbiose da pretensão de estabelecimento na terra.

Segundo Martins (1999), em 1640, outra invasão aconteceu, desta vez, pelos holandeses, que pilharam a cidade quando chegaram, e a deixam mais pobre ainda quando foram expulsos pelos portugueses. O sentimento nativista que impulsionou os habitantes foi reconhecido pela Coroa que lhes outorgou privilégios iguais aos que ostentavam os cidadãos da cidade do Porto, dentre os quais, os de não receberem castigos físicos e usar livremente suas espadas. Os índios aliados foram libertados, podendo então voltar para suas aldeias.

Apesar de os moradores terem sido agraciados, ela mesma, a cidade, nada recebeu, continuou com o seu papel de figurante no cenário, apenas com a circulação interna dos produtos extrativos. Conforme coloca Martins (1999, p. 40) “as cidades coloniais só tinham importância vinculadas às fazendas produtoras de açúcar ou outro produto tropical, ou próximas de regiões mineradoras quando serviam de entreposto comercial entre a colônia e a metrópole”.

São Luís foi elevada à categoria de vila, em 1621, e de cidade, em 1677, disputando com Belém o título de principal entreposto no norte do Brasil. Apesar disso, pouco se alterou a cidade nos seus 150 primeiros anos. Alguma mudança aconteceu, quando, em 1682, Portugal movido por interesses de particulares, fundou a Companhia de Comércio do Maranhão que deveria desenvolver economicamente a região com a introdução de escravos africanos para o trabalho no plantio de cana-de-açúcar, cacau e tabaco para a exportação e a *plantation* finalmente se estabeleceria.

O discurso de redirecionar a função, em São Luís, de território de ocupação e segurança das terras portuguesas ao norte, para o desenvolvimento através da entrada no sistema do comércio da metrópole, logo se revelaria com a cobrança de altos preços no atravessamento das mercadorias oriundas de Portugal. As elites locais não demoraram em manifestar o seu incômodo, o que resultou na Revolta de Beckmam, colono local que, junto com os seus pares, organizou um movimento de repúdio à Companhia de Comércio, resultando na execução do líder e extinção da Companhia.

As transformações ocorridas na Europa no século XVIII com as Revoluções Francesa e Industrial abrem espaço para novas políticas econômicas, como observa Ribeiro Júnior (1998, p. 45):

a partir do século XVIII, há no centro do sistema econômico internacional, uma elastização da demanda, promovendo assim, na periferia, a possibilidade de diversificar seu conjunto produtivo limitado, logicamente, aos bens primários. À hegemonia de ouro, prata e açúcar, expande-se à produção de cacau, algodão, tabaco e couro.

É neste contexto que veio inserir-se no Maranhão a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) redesenhando a significância econômica de São Luís, no panorama da época. A vinda massiva de escravos africanos, as plantações principalmente de algodão reforçaram o papel da cidade como ponto de ligação entre o interior e o mar, aumentando a população que trata de importações e exportações. A sua consolidação como polo comercial foi aí iniciada.

As atividades produtivas da colônia foram totalmente reformuladas, ou melhor, dinamizadas com a chegada da Companhia, conforme coloca Viveiros (1954, p.72), em uma visão bem otimista da realidade:

Introduzindo escravos africanos para o trabalho, os quais vendia a preços módicos e a longos prazos, adiantando numerário aos colonos para a fundação dos campos de lavoura, fornecendo semente, entregando mercadorias num ano para serem pagas no seguinte, financiando negócios, comprando os produtos coloniais a justo preço, estabelecendo a navegação para o Reino e agindo em tudo com lisura e probidade, a Companhia de Comércio transformou a nossa penúria em fortuna [...].

As transformações iniciadas com a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão mudaram radicalmente as feições da cidade, que no dizer de Mantovani e Motta (1998, p. 23),

no momento inicial, até mais ou menos 1760, temos ainda uma cidade – enclave – marcada pelas preocupações com índios e com a invasão estrangeira. Levando em consideração a profissão dos primeiros povoadores – soldados, capitães etc., pode-se dizer que a cidade era pouco mais que um acampamento militar.

A repercussão das reformas pombalinas juntamente com o incremento das atividades produtivas e o aumento da população, levou à modificação quanto à concessão de terrenos para construções na cidade. Até então, bastava uma autorização do Senado, passando então a exigir da Câmara para regularizar a situação, mudando vários quesitos a serem observados quanto ao solicitante de um lote. A regra de ocupar o espaço para a Metrópole modificou-se e a terra como mercadoria começou a consolidar-se afastando os menos

aquinhoodos pela sorte dos locais mais valorizados, as fronteiras imaginárias começaram a ser levantadas.

A cidade cresceu no sentido do porto, dando origem ao bairro Praia Grande que surgiu à margem da hoje denominada Rampa Campos Melo (Figura 3), então Ponta de Santa Maria, entrada e saída obrigatória da cidade por meio do transporte da época: o marítimo fluvial. A partir da utilização do referido porto é que a área adjacente a ele foi se desenvolvendo e sendo ocupada. O bairro surgiu “pequenino e sem trato, por entre os olhos d’água e juçarais, recebendo as enxurradas do aterro cujo sopé ficava” (VIVEIROS, 1954, p. 136). Atendendo, a princípio, aos ensejos das políticas, por considerável tempo, foram esses interesses que interferiram na organização espacial da cidade.



Fonte: Cunha (1908).

Figura 3 - Rampa Campos Melo

É possível, então, traçar um paralelo entre São Luís e as cidades medievais de que nos fala Le Goff (2003); com o surgimento do mercado a partir do porto, o crescimento da sua posição econômica para o Reino nos remete à cidade e sua formação:

A cidade é agrupamento de profissionais, de especialistas. Pensemos naquilo que é hoje, em Paris, primeira cidade européia de congresso, o Salão da Agricultura. A feira e o Mercado da Idade Média ofereciam as mesmas ocasiões de trocas e oportunidades de modernização. Os Conselhos das ordens mendicantes, que se tornaram as principais ordens religiosas a partir do século XIII, ocorrem nas cidades e provocam uma grande aglomeração não apenas religiosa, mas também de todo um círculo para alimentá-los, fornecer-lhes livros etc. (LE GOFF, 2003, p. 29).

O desenvolvimento da cidade de São Luís está atrelado aos excedentes produzidos no campo. O melhoramento das condições econômicas oriundas da política pombalina são reflexos do excedente produzido principalmente pela lavoura algodoeira, o que se explica por

fatores exógenos e também endógenos. Entretanto, há um acréscimo – a cidade passou de intermediadora do excedente existente no campo para também fornecedora dos novos produtos vindos de além-mar ali comercializados.

São Luís, assim como as demais cidades de dominação lusitana, deveria ater-se a sua função de dar suporte à ordem escravocrata e através de seu porto controlar o excedente produzido fora dos perímetros urbanos e no interior, que deveriam ser remetidos à metrópole. A respeito da sua função, Singer (1974, p. 100) coloca que “a cidade desempenhava um papel estratégico, não apenas na manutenção do sistema de exploração, mas também na repartição do excedente. A partir da Coroa era coletado por um sistema feudal de base urbana”.

A cidade seguiu o seu rumo; depois da Praia Grande o crescimento deu-se no sentido do Caminho Grande, hoje Rua Grande (Osvaldo Cruz) e nas suas ruas paralelas: de Santana, da Paz, do Sol e dos Afogados, que vieram testemunhar grandes transformações nos métodos e materiais construtivos iniciados no século XVIII e consolidados no século XIX, quando os sobrados e solares ganharam vida, azulejados pelas riquezas proporcionadas principalmente com o cultivo do algodão.



Fonte: Cunha (1908).

Figura 4 - Rua Portugal

As edificações vultosas não poderiam ficar desacompanhadas de serviços urbanísticos básicos, como calçamento, que viriam a ter a sua primeira tentativa em 1804, consolidando-se, entretanto, na década de 30, como nos coloca Silva (1988, p. 252): “com o

destinamento destes melhoramentos à parte considerada nobre de então, leva-nos a crer que o discernimento quanto aos merecedores das graças do Estado vem de longa data”.

Silva (1988) nos relata, também, as modificações ocorridas na coisa pública, tais como as construções de estradas ligando a parte central da cidade, que era formada pelos bairros da Praia Grande, Portinho, Desterro, Remédios e adjacências, aos bairros periféricos: João Paulo e Vinhais; a criação da Companhia de Águas de São Luís e o assentamento de trilhos para bondes movidos à tração animal.

Um dos símbolos do progresso urbano, a iluminação pública, chegaria a São Luís em 1825 com as instalações de lampiões nas ruas, que seriam substituídos em 1843 pela iluminação pública a gás vindo ressaltar a importância de certas ruas e logradouros em detrimento de outros. Sobre isso coloca Martins (1999, p. 96) que

percorrendo os locais onde foi implantada a iluminação pública a gás, pode-se perceber a importância das ruas e logradouros: no Largo do Carmo, no Cais da Sagração, no Largo de Santo Antônio, nas Rampas do Palácio, no Largo dos Amores, no Beco do Quebra-Costas, na Rua dos Afogados, na Rua da Inveja, no Beco dos Barraqueiros, na Rua da Palma e na Praia Grande.

Todas essas exaltações se refletiam no *modus vivendi* do local. A elite intelectualizada ultrapassava as fronteiras da província. O Século XIX foi o que deu embasamento para a criação do mito da “Atenas Brasileira”, atribuída à cidade de São Luís, o que deve ser avaliado com cuidado se lembrarmos que o acesso às letras, na época, era restrito às populações dominantes, que por sua vez, quantitativamente, não poderia representar a maioria.

Na tentativa de manter a urbanização crescente de São Luís durante todo o século XIX, funcionaram os Códigos de Posturas da Câmara que tinham o objetivo de disciplinar não as atividades urbanas e rurais, mas principalmente os usos e costumes de então. Essas regras que deveriam ser seguidas, são um elemento primordial para o entendimento do cotidiano ludovicense no século XIX. Por exemplo, O Código de Posturas que tratava das edificações urbanas cuidava em que as casas fossem caiadas todos os anos e tivessem pintura refeita a cada três anos.

Na base de toda a suntuosidade vivida e cantada por São Luís, estava principalmente o algodão, que propiciou a solidificação de São Luís como cidade comercial e burocrática, somando-se, a isso, a estrutura urbana aqui existente. Vislumbra-se realmente uma cidade de porcelana como ficou conhecida por causa dos seus muitos sobrados revestidos de azulejos, principalmente portugueses.

Após a independência do Brasil, São Luís tornando-se a capital da província⁵, deixou inquestionável a relevância sobre as demais áreas do Maranhão, controlando e financiando toda a produção agrícola, o que vem a ser bem explicitado com a instalação de casas bancárias na cidade, a partir da década de 50 do século XIX, por comerciantes detentores de capital excedente, que um pouco mais tarde seria também aplicado na indústria.

No modo de ver dos viajantes Spix e Martius que visitaram o Brasil no século XIX, São Luís era a quarta cidade em importância, ficando atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (CALDEIRA, 1981). Temos mais um exemplo do refinamento existente na cidade de então, que é ressaltado por Viveiros (1954, p. 128): “gastávamos portanto, nossas reservas no conforto e no luxo a que nos íamos habituando com o comércio dos ingleses e franceses”.

Depois de um pouco mais de um século de prosperidade, modificações de caráter nada animadoras estavam por vir. As leis que diminuíram gradativamente a mão de obra escrava culminando com a libertação total, constituíram-se nos primeiros passos para fazer sucumbir a prosperidade da lavoura maranhense, somam-se a isso, a baixa do algodão e políticas ineficientes para a resolução da situação que, contrariamente, só fizeram aumentar a crise.

Com o declínio dos lucros conseguidos com a venda da produção algodoeira e acompanhando o recente surto de industrialização que ocorria no Brasil, instalaram-se em São Luís indústrias⁶ pensando em abarcar a produção local, no caso, principalmente o algodão. Essa conjuntura dava-se por todo o Maranhão.

⁵ Antes desse período a capital da Província era Alcântara.

⁶ Dentre as fábricas instaladas em São Luís, a maioria no ramo de têxteis, destacam-se a Cânhamo (Figura 5), Santa Amélia, Camboa e Anil.



Fonte: Cunha (1908).

Figura 5 - Fábrica Cãmhamo

De acordo com Ribeiro Júnior (1998, p. 69),

esta exaltação industrializante estava coordenada a uma conjuntura econômica – financeira específica. Ao mesmo tempo que foi desaforo para os capitais ociosos que não viam na lavoura negócio rendoso, foi feito do excesso de capitais, cuja raiz foi o encilhamento.

As unidades produtivas da indústria têxtil que se instalaram em São Luís foram decisivas para o deslocamento do crescimento da cidade. As fábricas transformaram zonas rurais em zonas urbanas, a partir do momento que se instalavam e cuidavam de construir moradias para uma parte dos seus funcionários, fazendo assim que os demais também se agregassem a estes polos. É indubitável a submissão do trabalho pelo capital no momento em que transforma o segundo em uma força controladora da presença ao trabalho, possibilitado pela proximidade obrigatória.

São Luís resistia e tinha trunfos para tanto, a decadência iminente tenta ser desviada com a industrialização que não surte os efeitos esperados, entretanto não derruba de todo a cidade graças às suas funções de capital da província e, posteriormente, do Estado, a máquina burocrática, por si mesma, garantia um certo fluxo de capital e renda. Outro ponto a ser destacado é a sua localização, sabiamente escolhida pelos franceses, que proporcionaria

uma localização privilegiada para o escoamento da produção agrícola e industrial do interior, que no sentido contrário fazia escoar a produção do Estado até os seus mercados próximos.

Aliando-se à proximidade dos mercados consumidores, soma-se o isolamento geográfico do Nordeste que dificultava o comércio direto dos estados mais próximos, como Ceará, Piauí, Pará e Amazonas com o Sudeste. Se a posição territorial propiciava, por um lado, a destinação certa dos produtos maranhenses, por outro, condenava o Estado a não renovação do seu parque industrial com inovações tecnológicas, fazendo-o sucumbir ao primeiro contato com produções de melhor qualidade e melhores preços que por aqui atacaram com o plano de integração nacional, o que trouxe os novos caminhos possibilitados pelas estradas rodoviárias. A década de 1960, já não encontraria fábricas em São Luís.

O papel do Maranhão no cenário nacional volta-se, cada vez mais, para a produção de arroz, o que condena São Luís a uma função burocrática, visto que, com as estradas, a produção agrícola já não precisava mais ser escoada pelo porto, e é justamente a decadência da parte portuária que vai possibilitar a não renovação das suas edificações.

No final do século XIX, a cidade começou a crescer no sentido do bairro do Anil, e muitas famílias abastadas mudaram-se para o Sudeste. O centro da cidade se ressentiu com a diminuição da atividade portuária, o comércio começou a definhar e com ele, definiu também a Praia Grande. Os herdeiros, já não tão enriquecidos, mudaram-se ou abandonaram os casarios por não poderem mantê-los.

Na década de 70 do século XX, mais uma vez foi redirecionado o crescimento da cidade na tentativa de aquecer a economia local que era basicamente sustentada pelo dinheiro público. Foram abertos canteiros de obras, atendendo à política nacional das construções faraônicas, foram erguidos grandes conjuntos habitacionais, pontes foram construídas. O Porto do Itaqui⁷ (Figura 6) passa a orientar o sentido do crescimento da cidade para o Sudeste. Tudo isso também com vistas a preparar São Luís para as grandes modificações esperadas com a mineração da Amazônia que a cidade ficaria responsável em escoar.

⁷ O porto do Itaqui localiza-se na porção mais ocidental da Ilha. Começou a funcionar em 1973.



Fonte: Cunha (1908).

Figura 6 - Porto do Itaquí

Infelizmente, ainda não foi dessa vez que o apogeu retornou. O horizonte vislumbrado pela Alumínio do Maranhão S.A. (ALUMAR), responsável pela transformação do alumínio oriundo da região de Trombetas, na Amazônia, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que escoava por via férrea, que liga o lugar de extração à rampa de embarque no Porto do Itaquí, a produção de minérios de ferro e Manganês, da Serra de Carajás localizada no Estado do Pará, não se confirmaria do modo esperado.

A tão sonhada industrialização mais uma vez não chegou a contento, pois estas mudanças permitiram o avanço do comércio varejista e atacadista, dos serviços especializados, tanto da esfera pública, zona privada, melhoramento do capital social básico: portos e comunicação em especial. Do outro lado da moeda, aumentou a violência urbana, habitações permaneceram insuficientes, aumento da marginalização, mendicância e trânsito conturbado.

Todas as mudanças ocorridas na cidade, obviamente refletiram-se em sua área central. O crescimento tomando outros rumos também dava outras feições ao centro, aqui entendido pelo conjunto composto pelos primeiros bairros formadores da cidade.

O cenário não muda, mas sim os seus atores, que passam a ver o centro não apenas como um local digno de sua presença, mas sim, o mais útil, sob a perspectiva do preço

de imóveis, muito deles cortiços, e quanto à proximidade dos seus locais de trabalho: o porto, o comércio próximo, o emprego público.

Em 1997, quando o Centro Histórico de São Luís recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, grande parte do seu casario foi calculadamente restaurado pelos governos federal e estadual. A sua população na parte mais antiga dos bairros da Praia Grande e Portinho é, hoje, basicamente constituída de pessoas da classe popular que residem em prédios não ocupados pelo comércio (na parte alta do Centro) e nem por repartições públicas que ali desempenham suas funções burocráticas no período vespertino.

E mais uma vez, busca-se o apogeu outrora perdido, desta vez todas as fichas são apostadas na atividade turística, que substituindo o interesse na conservação da memória, dita os rumos das políticas de preservação.

A decadência do mercado do algodão e do arroz, no estado, no fim do século XIX, propiciou uma inércia na economia da cidade que se prolongou aos primeiros anos do século XX e impediu a renovação urbana de São Luís, forçando a preservação do seu acervo arquitetônico. Essa estagnação afastou a cidade dos grandes centros políticos e econômicos do país e fez a cidade entrar em um regime de abandono gradativo do seu núcleo urbano.

Mesmo vivendo esse momento decadente, a partir da década de 20, do século passado, a cidade é embalada por um ímpeto de modernização, e passa a assistir a um processo de expansão, que a faz crescer com a construção de novos bairros e o deslocamento de interesses sobre os antigos sobradões em lugar de edificações ecléticas. Interessante notar que essa prática relaciona-se com a proposta da Carta de Atenas, na medida em que não dá destaque ao passado.

Essa sede de modernização intensificou-se por volta de 1940, iniciando um processo de urbanização na cidade, que levou à demolição de prédios de valor histórico para possibilitar o almejado ordenamento urbano, proposta de um projeto modernista para o espaço urbano.

No âmbito federal tem-se, porém, já no ano de 1948 o primeiro tombamento de um conjunto arquitetônico no Maranhão: do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara, erigido como Monumento Nacional pelo Decreto nº 26.007-A, de 22/12/1948. A partir desse momento, até o ano de 1987, foram feitos 18 tombamentos do patrimônio edificado de São Luís pelo Governo Federal, através do IPHAN. Deve-se ressaltar que embora houvesse na esfera nacional uma preocupação com o patrimônio edificado, esses tombamentos, a princípio, não ressaltavam a importância cultural e sua preservação, a

conscientização caminhava a passos lentos, como um reflexo da letargia econômica vivida na época.

Com os problemas econômicos, as tentativas de preservação no Centro Histórico foram abandonadas, e como consequência assistiram-se a construções de edificações modernistas que quebravam a unidade de seu conjunto arquitetônico. Mas aos poucos, o patrimônio cultural começou a ser visto sob o mirante do Governo Estadual.

No governo Newton Barros de Mello (1961-1966) há uma marca de inovação, quando o turismo, nesse momento, passa a ser um coadjuvante na preservação do patrimônio edificado, com a criação, pelo Governo Estadual, do Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Maranhão. O objetivo desse órgão era registrar o patrimônio de interesse turístico e propor medidas que protegessem o mesmo.

A mudança desse cenário só viria após a reunião de Veneza (1964), sendo que até aquele momento as discussões sobre as políticas de preservação patrimonial ainda eram muito tímidas. Após a Carta de Veneza novos rumos foram tomados. Já em 1966, preocupado com o processo de modernização inconseqüente, o Governo Federal solicita à UNESCO a vinda de um especialista. Foi enviado a São Luís, como consultor, o arquiteto francês Michel Parent, que não apenas elaborou um relatório sobre as condições do patrimônio edificado como apresentou propostas para ativar a função social, cultural e turística do Centro Histórico de São Luís.

O relatório do técnico da ONU, Michel Parent, sobre São Luís, dialoga com a Carta de Veneza ao buscar “a função útil” dos espaços, enquadrando a cidade em uma ordem de produtividade e racionalidade espacial. O técnico fez o mesmo em relação ao Centro Histórico da capital maranhense. Essa dinâmica social deveria ser alcançada através da revitalização econômica, principalmente através do turismo cultural. As sugestões apresentadas no relatório resumiam-se nestes pontos:

- Construção de um inventário arqueológico e sociológico, como já havia sido feito em Salvador;
- instalação, no Centro Histórico, da Universidade Federal do Maranhão ou Estadual, com o intuito de que houvesse grande circulação de pessoas e conservação dos prédios, e assim, ativar a função cultural e turística da ‘velha São Luís’;
- recuperação do casario para fins hoteleiros;
- implementação das atividades culturais com o plano musical: ‘seria recomendável que as sociedades musicais se destinassem a uma das moradias da cidade’;
- desenvolvimento ou ampliação do aeroporto;
- melhoramento do cais do pequeno porto; o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária na ilha e no interior do Maranhão; criação de um ferry-boat e de uma casa em comum para servir de escritório de Turismo da SUDENE e do patrimônio.

Fonte: Parent (1968).

Quadro 3- Trecho do Relatório da ONU

A última parte do texto enfatiza a importância dada ao turismo e ao Patrimônio Cultural, como que em se tratando de um, estar-se-ia tratando do outro, obrigatoriamente. Somando-se a SUDENE a este contexto, o que podemos entender é que o turismo era visto como forma de preservação do patrimônio, e ao mesmo tempo, estandarte de uma bandeira desenvolvimentista do Nordeste, que através de ações políticas preservacionistas poderia alavancar o progresso na região.

O relatório de Michel Parent (1968), apesar de ter como primeiro intuito elaborar uma análise das condições do patrimônio edificado da cidade, volta-se, em grande medida, para o turismo cultural. Ele enfatiza o potencial turístico e dá munção para o discurso dos dirigentes do Regime Militar de que o Brasil estaria prestes a viver o seu “milagre brasileiro”, uma promessa de oportunidades para todos os segmentos da sociedade. Uma das formas mais óbvias de se alcançar esse objetivo seria através do turismo, a “indústria sem chaminés”.

Azevedo (1994, p. 58) descreve a influência dos Organismos Internacionais sobre as políticas internas:

En aquel entonces, tanto la UNESCO, cuanto la OEA, reflejando la preocupación de los países ricos en la diversificación y expansión de la oferta turística, veían en el llamado turismo cultural la solución para todos los problemas del patrimonio de los países en desarrollo.

O documento produzido por Michel Parent não teve, no entanto, nenhuma de suas recomendações atendidas e o seu sucessor – O Governo de José Sarney (1965 – 1970) não contemplou o turismo cultural como prioridade.

Logo que José Sarney assume o governo, em 1966, cessam as atividades do Departamento de Turismo e Promoções do Estado; todas as prerrogativas deste órgão são passadas para o âmbito municipal. Somente em 1967, o Departamento de Turismo voltou para a instância estadual, mas de forma bastante precária. Com o slogan “Maranhão Novo”, o governo Sarney buscou, assim como o resto do país, demonstrar o progresso que o Estado começou a alcançar, tendo como lema a saída do atraso e a volta do Maranhão aos seus tempos áureos. O tempo em que o Maranhão viveu da economia do algodão e do café marcou o estado como uma época áurea, de desenvolvimento de uma elite e ficou sendo lembrado pelos governantes como um período a ser revivido.

Nesse período, no entanto, não houve grandes preocupações em colocar o turismo como fator preponderante para o desenvolvimento ou diretamente responsável pela preservação do patrimônio edificado. As ações de Sarney destacavam políticas preservacionistas voltadas para o patrimônio, baseando-se na busca de um passado distante: a

preservação da memória do Maranhão seria importante para a glória desse governo, mas a constatação prática nos leva a um acentuado quadro de degradação do Centro Histórico da cidade visto que, nesse período, foram inúmeros os desaparecimentos de fontes luminosas de alguns logradouros públicos, assim como as ruas de paralelepípedos receberam asfalto indiscriminadamente em nome do progresso, pois era isso que o mesmo significava no imaginário das elites e das classes populares.

As grandes obras do Governo José Sarney, as que realmente são lembradas, foram executadas em detrimento da conservação do conjunto, representado pelo Centro Histórico, o que está de acordo com os objetivos da primeira fase do IPHAN, ou seja, priorizar tombamentos de monumentos individuais.

Em 1971, foi criada a Fundação Cultural do Maranhão por intermédio da Lei nº 3225, tendo como prerrogativas principais coordenar e promover as atividades culturais em todo o Estado do Maranhão. A esta Fundação ficariam, de início, incorporados o Teatro Arthur Azevedo, a Biblioteca Pública, o Museu Histórico, o Departamento de Cultura e o futuro Museu do Folclore e arte Popular do Maranhão. Uma das diretrizes mais eloqüentes em relação às políticas preservacionistas foi a criação de órgãos estaduais e municipais, o que só viria se concretizar no Maranhão em 1973.

Com o fim de cumprir os compromissos firmados em Brasília e Salvador, a UNESCO ofereceu assessoria ao IPHAN inscrita em planos e propostas de preservação, o que contribuiu para direcionar o novo momento do IPHAN com características modernas e arrojadas, buscando a preservação com suporte em novos modelos e soluções, como coloca Azevedo (1998, p. 58): “A partir de este período, la política de preservacion de la SPHAN dedica maior atencion a los conjuntos urbanos y cuidados historicos en su problematica urbana y social”.

O arquiteto português Viana de Lima, enviado pela UNESCO nesse ano, elaborou a proposta de preservação para serem desenvolvidos pelos órgãos locais, nas cidades de São Luís e Alcântara (MA) e Ouro Preto (MG). Em São Luís, seu trabalho localiza o bairro da Praia Grande como um dos formadores do Centro Histórico. Este foi o roteiro esquemático da proposta:

- **Argumento**
A atual marginalização da área esconde do mundo um tesouro cultural e nega à cidade de São Luís uma fonte econômica importante.
- **Objetivos**
 - Preservação do Patrimônio Histórico;
 - Criação de atração turística sofisticada;
 - Valorização Econômica do Bairro.
- **Coordenação**
 - Governo Municipal e Estadual;
 - Instituições Culturais e Profissionais;
 - (Eventualmente) Proprietários de Imóveis.
- **Infra-Estrutura**
 - Remanejamento do trânsito;
 - Urbanização da Beira-mar;
 - Desapropriação de áreas para uso público.
- **Ocupação**
 - Comércio de varejos;
 - Turismo (hotéis, restaurantes e artesanato);
 - Cultura (teatro, museu e cinema);
 - Repartições públicas.
- **Financiamento**
 - Governo local;
 - Contribuições federais (cultura e turismo);
 - UNESCO;
 - Taxação de imóveis pelo valor.
- **Plano-diretor do bairro da Praia Grande**
Objetivo – elaboração de um plano diretor do bairro que defina as obras públicas para implantar as características ambientais desejadas, incluindo:
 - urbanização de áreas públicas;
 - circulação de veículos e pedestres;
 - redes de utilidades públicas;
 - zoneamento de atividades”.

Fonte: Lima (1973).

Quadro 4- Roteiro esquemático da proposta de preservação

A primeira referência que pode ser feita em relação ao documento é quanto a sua minuciosidade e precisão nas observações feitas a respeito da problemática que envolve o patrimônio cultural edificado de São Luís. O relatório tem como alvo a área da Praia Grande, talvez por considerar que nela está contida toda a representatividade do Centro Histórico ao menos, de forma pragmática, na tentativa de mobilizar as propostas que foram feitas delimitando uma área razoável em que as mesmas pudessem ser trabalhadas.

Esse documento dialoga com os discursos vigentes da época. As ideias de Viana de Lima (1973) associam-se às propostas da Carta de Veneza, quanto à preservação do bairro como um “tesouro cultural” aliada ao desenvolvimento econômico ou, mais provavelmente,

ao turismo, atividade destacada como uma das mais relevantes para a preservação do patrimônio.

Diferentemente do relatório de Michel Parent (1968), em que basicamente são tratadas questões referentes à necessidade da criação de uma infraestrutura turística, o relatório de Viana de Lima (1973) faz referência à necessidade de se pensar a sustentabilidade das atividades turísticas a serem implementadas no Centro Histórico. Viana de Lima demonstra um cuidado maior ao aliar a preservação cultural ao desenvolvimento turístico, o que fica marcado em seus objetivos, tratando concomitantemente os itens citados.

Ele propõe a divisão das responsabilidades e principalmente com as decisões que não deverão ser centradas nos ambientes somente governamentais, mas, sim, racionados com outras instâncias da sociedade que também possuem interesses naquela área, numa espécie de política participativa.

A ocupação ou a vocação para usos do Centro Histórico mostrou-se múltipla ou, de certa forma, até mesmo complementar. No entanto, fez-se sentir a falta de um uso que não só seria necessário para dar ainda mais vida à área como também na resolução de um problema que naquele momento já existia: a falta de moradia em toda a cidade.

A questão habitacional já era um problema sério da cidade, nesse momento, visto o grande número de cortiços existentes no local, assim como de casas condenadas pelo tempo e que, no entanto, ainda serviam de moradia a muitas pessoas (Figura 7). O documento, no entanto, não explicita como esse ponto seria trabalhado, assim como não faz referência ao treinamento de mão-de-obra especializada, para tratar da recuperação adequada do casario já danificado.



Fonte: Cunha (1908).

Figura 7 - Rua 28 de Julho

O silenciamento da questão habitacional liga-se a uma questão mais ampla. A época da elaboração do relatório de Viana de Lima, São Luís, assim como todo o Brasil, estava vivendo uma euforia governamental com o ilusório “Milagre Brasileiro”, traduzido na execução de obras faraônicas, com o intuito de dar visibilidade ao “progresso” pelo qual o país estava passando. Em São Luís não poderia ser diferente, e uma das formas de tentar tirar a cidade da inércia econômica seria por meio da construção de conjuntos habitacionais gigantescos para dinamizar pelo menos um dos setores da economia: o da construção civil. Dessa forma, compreendemos que não era oportuno sugerir a utilização de obras que já estavam feitas, faltando-lhes apenas reparos e reformas, o que certamente ocasionaria um desaceleramento da construção civil. Sendo assim, seria muito mais prática a sugestão de outros usos, que pudessem vir a ter resultados também satisfatórios para a revitalização do Centro Histórico.

Os relatórios de Viana de Lima e de Michel Parent foram rapidamente esquecidos, sendo que algumas de suas recomendações foram aproveitadas tempos depois, e algumas delas de suma importância, como a elaboração de um plano-diretor para a área, até hoje ainda não foram concretizadas.

Ainda em 1973, através da atuação do Programa de Cidades Históricas (PCH) são restaurados prédios bastante significativos e que viriam contribuir sobremaneira para atenuar a degradação vivida na área, principalmente o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e Arquivo Público Estadual.

O governo de Pedro Neiva de Santana (1970-1975), aderindo ao PCH e à euforia advinda da possibilidade do Turismo Cultural, cria o Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (DPHAP), com o intuito de normatizar e cuidar do patrimônio edificado do Maranhão. Completando o quadro favorável, aconteceu em 1974 o tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, sendo inclusos os Bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão.

As atividades que criaram esse clima de euforia são frutos de ações, sobretudo, do Governo Federal, mas cujos frutos oriundos dos resultados são creditados, ou se deixam creditar ao governo estadual, principalmente no que concerne ao PCH. Entretanto, o DPHAP também teve seus méritos:

Iniciou o cadastramento arquitetônico e de fachadas em São Luís e Alcântara, fez o levantamento fotográfico de locais de interesses históricos e turístico em São Luís, elaborou projetos de recuperação já submetidos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MARANHÃO, 1975, p. 58)

Diante do processo de urbanização das décadas de 1940 e 1950, que ocasionou perdas irreparáveis (a exemplo da igreja Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, na Rua Grande) e, tal como ameaças crescentes a esse legado cultural maranhense, o governo federal, através do IPHAN/MEC, tombou, alternadamente, vários monumentos isolados, característicos da época considerada apogeu econômico do Estado, e conjuntos urbanos de São Luís, o que totalizou, no período entre 1940 e 1963 e no período entre 1974 e 1987, dezoito processos de tombamento (ANDRÈS et al., 1998).

O processo de tombamento efetuado no conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís, ocorrido em 1974, foi realizado em etapas sucessivas. Primeiro foram tombados, isoladamente, o prédio da Academia Maranhense de Letras, o sobrado da Avenida D. Pedro II, nº. 1999 e a Fonte do Ribeirão. Posteriormente os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos do Largo do Desterro, Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa, e por último o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís da maneira como está hoje configurado.

Dessa forma, os bens culturais que estariam na salvaguarda do poder público estadual refletem a opção pela monumentalidade, a exemplo do que ocorreu no âmbito nacional. Nesse relato, temos uma configuração de que memória deveria ser preservada: a da elite maranhense, empobrecida depois da abolição da escravatura e também devido ao declínio dos produtos agrícolas maranhenses no mercado mundial, com destaque para o algodão.

O governo estadual mudou de titular e Nunes Freire (1975 – 1979) assumiu com um plano de governo que tinha entre os seus principais objetivos aqueles voltados para a área da cultura. Nessa época, a ditadura, na figura do governo, incentivava essas práticas de modo a construir um conceito de nação que lhe fosse pertinente, cujo patrimônio histórico se transformou também em expressão do nacionalismo, destacando os conteúdos culturais que supostamente homogeneízam uma coletividade, mas silenciavam os que a diferenciavam (LEITE, 2004).

Esses objetivos, em geral, consistem em:

- Desenvolver uma ação consistente às atividades culturais (teatro, artes plásticas, música, literatura, folclore, radiodifusão cultural);
- Ampliar o acervo do Museu Histórico e Artístico, do Museu do Negro;
- Instalar o Museu do Folclore e Arte Popular;
- Implantar o Centro Cultural do Maranhão.

Fonte: Maranhão (1975).

Quadro 5 - Principais objetivos do plano de governo estadual na gestão de Nunes Freire (1975-1979)

Essas iniciativas revelam uma confluência entre estado e nação na mobilização de mecanismos que permitiram não apenas a inserção propriamente cultural, mas a emergência de disciplinamentos que regulavam a coesão social. A ideia de coesão, pautada no consentimento legal e na crença cultural do pertencimento, que condensava ao mesmo tempo a força e a ambiguidade da noção de identidade nacional, cuja expressão política muitas vezes teve como resultado a sobreposição de culturas minoritárias que, historicamente, foram apagadas da cena nacional em favor de uma pretensa cultura nacional (LEITE, 2004, p. 43).

Conforme vimos no capítulo teórico, o enunciado é constitutivamente histórico ideológico, desse modo, não podemos deixar de pontuar nesse texto as relações enunciativas e históricas que ele estabelece com a Carta de Veneza, cuja proposta é dar valor à diversidade, e atender às necessidades de um homem que é construído por uma heterogeneidade cultural, daí a ênfase em aspectos da cultura popular, por exemplo.

Apesar de em seu plano de governo não constarem ações específicas voltadas para o patrimônio edificado, o governo Nunes Freire funcionou como preparador do terreno, com o intuito de deixá-lo fértil para as ações que viriam com a próxima legislatura.

Ainda em 1975, foi publicado o Programa Plurianual de valorização do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, realizado através da FUNC e SEPLAN-MA. O município de São Luís incluiu em seu plano diretor o tratamento que deveria ser dispensado ao Patrimônio Arquitetônico, mas ainda não é um zoneamento ou algo que o proceda.

O governo Nunes Freire, na sua mensagem⁸ de 1976, listou as obras feitas no Centro Histórico, sendo que algumas dessas obras, como as do Arquivo Público foram finalizadas no ano de 1975:

- Prédio 328 praça João Lisboa (obra concluída).
- Prédio nº141 – Rua Isaac Martins – finalização para restaurante típico.
- Obras com participação de 20% através da FUNC:
 - restauração do prédio nº218 da Rua de Nazaré para instalação do Arquivo Público;
 - prédio para a Secretaria da Fazenda à Rua do Trapiche.
- Com recursos próprios da FUNC:
 - Capela dos Passos, Rua João Vital de Mattos;
 - Serviços em Alcântara.

Fonte: Freire (1977).

Quadro 6- Lista das obras feitas no Centro Histórico de São Luís em 1976

Não só no ano de 1975, mas nos seguintes, consolidou-se a atuação no PCH no Centro Histórico de São Luís, vindo somar a este, no âmbito estadual, a primeira lei de proteção ao patrimônio cultural, a Lei 3.999 de 5.12.1978. Essa lei definiu o conceito de

⁸ As mensagens eram documentos enviados à Assembleia Legislativa no início de cada ano e nelas estão descritos os atos dos governadores do ano anterior. Esta forma de informação deve ser prevista em lei.

patrimônio para o estado e determinou o que deveria ser tombado e o que não poderia ser tombado, além de legislar sobre efeitos do tombamento.

A Lei é uma norma ou conjunto de normas jurídicas criadas por meio de processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para alcançar seu efeito. A palavra lei vem do verbo latino *ligare*, ou *legere*. No primeiro caso, significa “aquilo que liga”, no segundo, “aquilo que se lê”. As leis passam por etapas que incluem discussão, votação, aprovação, sanção, promulgação, publicação e vigência. Normalmente, compete ao órgão executivo ou legislativo a iniciativa da lei, por outro lado, existem casos em que a Constituição determina que a iniciativa seja do judiciário. Se pertencer ao âmbito federal, a lei é discutida no Congresso Nacional, se é do âmbito estadual, vai para as Assembleias Legislativas; após essa fase procede-se a sua votação – manifestação da opinião dos deputados parlamentares. Se houver maioria de votos a seu favor, a lei estará aprovada pelo órgão legislativo. Após essa fase, ela é encaminhada ao Presidente da República (lei federal) ou ao Governador de Estado (lei estadual), que poderá sancioná-la ou vetá-la. Depois de sancionada e promulgada (ato pelo qual o órgão executivo determina a sua execução), a lei é publicada no Diário Oficial (NUNES, 1993).

A Lei 3.999, de 05 de dezembro de 1978, instituiu a legitimidade no Estado do Maranhão para a preservação do patrimônio histórico e artístico.

Faremos um recorte dos aspectos do documento, destacando em negrito os itens que nos interessam:

Parte I
<p>O Governador do Estado do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia (sic.) Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:</p> <p>Art. 1º - Constituem o patrimônio Histórico, artístico e paisagístico do Estado do Maranhão, a partir do respectivo tombamento, na forma indicada nesta lei os bens móveis e imóveis atuais ou futuros, existentes nos limites do seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que compreendidos em um dos seguintes itens:</p> <p>I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativos de determinado estilo ou época.</p> <p>II - Prédios, monumentos e documentos intimamente vinculados a fatos memoráveis da história estadual ou a pessoa de excepcional notoriedade no campo das artes, das letras e das ciências.</p> <p>III- Monumentos naturais, logradouros, sítios, e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” as espécimes interessantes da flora e da fauna regionais.</p> <p>IV-Sítios arqueológicos.</p> <p>V-Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural.</p> <p>[...]</p>

Fonte: Maranhão (1978).

Quadro 7- Recorte da Lei 3.999, de 5 de dezembro de 1978

A definição do que seria Patrimônio Cultural do Estado refere-se aos “bens móveis e imóveis, atuais ou futuros existentes no limite do seu território cuja preservação seja de interesse público”.

Há certa distinção de interesses sobre o tombamento do patrimônio edificado, o qual deveria acontecer mediante considerações do estado, encarregado de destacar a importância do bem. Esse fato nos remonta a 1936, ano da criação do SPHAN e da definição do que seria bem histórico e artístico nacional, a partir de uma posição precavida a respeito do que poderia ser tombado. Remete-nos também a não observância das recomendações do relatório de Viana de Lima, quanto à coordenação descentralizada do Governo de qualquer atividade que envolvesse o Centro Histórico.

É preciso avaliarmos, também, o texto em sua dimensão discursivo-textual. Nesse sentido, devemos analisar o espaço mais amplo em que o documento se inscreve, como gênero Lei, inscrito no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Nesse documento, o enunciador governador se insere em primeira pessoa, mas como toda palavra é sempre um mosaico de outros dizeres, sua voz ecoa de posições sociais múltiplas. Assim, podemos vislumbrar em suas declarações um conceito de patrimônio construído com base na ideia de monumentalidade, nos grandes feitos, com pouca ou nenhuma ênfase sobre a noção do popular, instaurando assim uma noção de espaço a partir do olhar do poder oficial, como relata o item II:

“Prédios, monumentos e documentos intimamente vinculados a fatos memoráveis da história estadual ou a pessoa de excepcional notoriedade no campo das artes, das letras e das ciências.”

A valorização de objetos culturais que se associam a categorias sociais elitizadas, o olhar etnocêntrico, que não aprecia a diversidade, conforme preconiza a Carta de Veneza, por exemplo, é a tônica dessa lei.

O espaço que é propício a entrar na ordem do patrimônio é um espaço que é pensado a partir de um olhar ainda preso a ideias que não comungam com o ideal da confraternização da diversidade, pois é segregacionista. Cabe questionar então quem fala nesse espaço discursivo: o poder público, na voz do Estado e a Assembleia Legislativa do Estado, que difunde os conceitos de patrimônio. Segundo ele, seu destinatário são “todos os habitantes”, mas o documento limita quem são os habitantes dignos de se patrimonializarem – “os notáveis”.

As políticas de preservação que se constituem por meio dos tombamentos e de Leis, como a de 1978, têm como corolário a formulação do Programa de Preservação e

Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH), documento cujo processo de construção descreveremos a seguir.

3.4 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH): antecedentes históricos

Em 1979, o governo de João Castelo (1979 – 1982) incluiu como uma das suas prioridades no Plano Estadual a preservação do Centro Histórico, formando uma equipe de técnicos com o intuito de realizar pesquisas e maneiras de subsidiar essas restaurações. Ainda nesse mesmo ano, Castelo promoveu o I Encontro Nacional da Praia Grande, com o apoio do IPHAN, para debater a proposta elaborada pelo arquiteto John Ginsgier, entre 1977 – 1979.

A Convenção da Praia Grande aconteceu no mês de agosto. Os primeiros parceiros nessa empreitada eram: A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), a Fundação de Cultura (FUNC), a Companhia Elétrica do Maranhão (CEMAR)⁹, Empresa de Telecomunicações do Maranhão (TELMA), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Prefeitura Municipal, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), Sociedade dos Amigos do Centro. Como vemos, a presença do poder público é preponderante sobre a sociedade civil organizada que se fez representar através de um único órgão citado.

Apesar do nome Praia Grande, as discussões que acaloraram o Encontro referiam-se ao Centro Histórico de forma generalizada, sendo suas principais proposições:

- Objetivos:
 - Preservação do Patrimônio Arquitetônico;
 - Dinamização sócio-econômica.
- Políticas:
 - Preservar o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que determinem as diferentes expectativas em relação à sua área;
 - Manter a diversificação das atividades existentes na área;
 - Dar prioridade as intervenções destinadas a beneficiar a população local;
 - Assegurar a participação, inclusive decisória dos usuários, moradores, proprietários e instituições da área, aliada ao comprometimento da administração pública;
 - Integrar o projeto no âmbito do centro histórico da cidade como um todo;
 - Desencorajar a especulação imobiliária;
 - Incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte;
 - Integrar as atividades turísticas numa estratégia estadual;
 - Assegurar o comprometimento da administração pública;
 - Reforçar as diretrizes através do contencioso fiscal.

Fonte: Maranhão (1981).

Quadro 8 - Principais proposições do Projeto Praia Grande

⁹ Hoje a CEMAR é denominada Companhia Energética do Maranhão.

A proposta elaborada no encontro traz as vozes da UNESCO, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Carta de Veneza, que enfatizam o aspecto social por meio de melhorias da infraestrutura da área, assim como incentivo a atividades que gerassem emprego e renda, ressaltando que muitas propostas são oriundas ou baseadas no relatório de Viana de Lima (1973).

No entanto, a principal recomendação gerada a partir deste evento foi a criação de um grupo de trabalho e de uma Comissão de Coordenação para desenvolver e implementar o Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, que foi instituído a partir do Decreto Estadual nº 7.345 (16/11/79), conforme colocam Andrès et al. (1998, p. 61):

Essa Comissão e o Grupo de Trabalho, com base nas recomendações e moções estabelecidas no I Encontro e após inúmeros debates internos, contatos e visitas aos órgãos de patrimônio em outros Estados (Bahia, Pernambuco e Minas Gerais) e reuniões com as comunidades locais, elaboram em 1980 o texto básico do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, também conhecido como Projeto Praia Grande/ Reviver.

Está, então, consolidada a base para as políticas de preservação atuarem de forma mais significativa no Centro Histórico, partindo da iniciativa elementar do poder público Estadual.

O Governo João Castelo faz articulações em prol da preservação da memória, tentando ajustar-se aos moldes da política federal para este setor. Em seu discurso, na Convenção da Praia Grande, o governador pontuou que o referido projeto estava sintonizado com o plano de Governo Estadual e da União “de preservar o que se convencionou chamar de memória nacional”.

A busca de “Um grande Maranhão para todos” – *slogan* de Castelo – foi algo que justificou as intervenções a serem feitas. Como retorno esperava-se não só a glorificação de um passado, mas também os dividendos oriundos da atividade turística. A tentativa de conseguir o apoio para o projeto é justificada na necessidade do esforço comum para que houvesse crescimento do Estado. Era proposta desse governo promover o desenvolvimento global, e buscar atingir o homem maranhense em sua totalidade, objetivo esse sintetizado em seu *slogan*, e que por isso exigia uma mobilização total de todas as variáveis que pudessem contribuir para esse propósito.

Na mesma época instala-se em São Luís o escritório regional do IPHAN/MINC (Ministério da Cultura) tendo como primeiro coordenador um intelectual representante da oligarquia reinante no Maranhão desde a década de 1960: o Sr. Ivan Sarney, poeta e entusiasta da proteção da cultura maranhense.

A abertura de representações do IPHAN nos Estados representava, sobretudo, a centralização política em âmbito federal. Em São Luís, o órgão começou a enfraquecer-se pela falta de parcerias com entidades locais. A primeira fase dos trabalhos iniciou-se em 1980 e estendeu-se somente até 1982, quando o funcionamento é interrompido por falta de recursos.

Dentre as metas do Governo do Estado para os anos seguintes estava a preservação. A meta era buscar um conhecimento mais aprofundado da questão patrimonial para tratar de restaurá-la e conservá-la de forma acentuada.

Com o enfraquecimento do Programa de Preservação de Cidades Históricas, outras fontes de recursos são necessárias para custear a restauração do Centro.

Em documento utilizado pelos governadores para registro oficial, chamado mensagens, João Castelo escreve em 1981: “foram apresentados, em 1980, a diversas entidades federais, propostas de financiamento dos programas decorrentes do Projeto Praia Grande.

Dentre essas entidades destacam-se a EMBRATUR, o BID e o SPHAN. A única que não se mostrou disposta a colaborar, até pelo delicado momento que estava vivendo, foi o IPHAN então SPHAN naquele período.

Em 1981, foi lançado oficialmente o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH), fruto de cerca de dois anos de trabalho, principalmente de pesquisa a partir do I Encontro da Praia Grande ocorrido em 1979.

Foi eleita uma comissão responsável por elaborar o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís. A Comissão de Coordenação e a Coordenadoria do Projeto Praia Grande, na SEPLAN-MA, desenvolveram seus trabalhos por meio de princípios que evoluíram a partir das diretrizes definidas na I Convenção nacional do Projeto Praia Grande, promovida pelo Governo do Estado e pelo SPHAN, em outubro de 1979.

O surgimento desse documento é consequência das transformações no conceito de patrimônio em nossa história, conforme destacamos na seção anterior. Como vimos, antes a noção de patrimônio estava articulada à preservação de bens com características de excepcionalidade que materializam a ideia de nação. Com as políticas de globalização, ele passou a incluir a preocupação com o uso social que proporcionaria a geração de renda nas cidades históricas. Segundo Abreu e Chagas (2003), a ampliação da noção de patrimônio cultural pode ser considerada mais um dos efeitos da globalização, na medida em que ter aspectos da cultura, até então consideradas por olhares externos como tosca, primitiva ou

exótica, reconhecidos como patrimônio mundial, contribuiu para um grupo social na comunidade internacional.

A partir da segunda metade do século XX, o Centro Histórico de São Luís, por seu valor cultural e histórico, constituiu-se em alvo das atenções de autoridades, que se ocupavam em preservar o patrimônio histórico e cultural brasileiro (SILVA, 1996). Com o processo de urbanização promovido dentro do imaginário de modernidade da época foram requisitadas medidas que controlassem o desordenado uso do espaço urbano para atender o modelo de cidade moderna que se desenhava nas ruas de São Luís, isso entre os anos 40 e 50 do século XX. Sob a égide do progresso e da racionalidade, em um imaginário nutrido pelo discurso da higienização, abriam-se ruas, demoliam-se prédios e construções importantes historicamente, para dar espaço aos automóveis. A capital maranhense era tragada por um ritmo frenético. Com esses novos caminhos desenhados nas ruas de São Luís abria-se também uma nova “forma de apreensão do urbano que denunciava aspectos essenciais da cidade contemporânea – a fragmentação e a descontinuidade” (FREIRE, 1997, p.27).

À medida que o processo de urbanização passa a se consolidar, muitas intervenções modernizantes, dentro dos padrões dos anos 40 e 50, do século XX, são realizadas em São Luís, especialmente para atender a um modelo de cidade adaptada para a locomoção de automóveis e outros veículos. Nesse processo, conforme Andrès et al. (1998), duas igrejas e alguns sobrados notáveis foram destruídos, ocasionando perdas irreparáveis para o patrimônio cultural. Tal processo de modernização levou o Governo do Estado a tomar algumas iniciativas no sentido de preservar o conjunto arquitetônico da cidade.

Conforme Andrès et al. (1998), tal proposta de preservação e revitalização para São Luís foi a primeira a destacar a importância da abordagem social e infraestrutural, bem como ressaltou a necessidade das atividades econômicas geradoras de emprego e renda.

Desde então, sucessivos governos estaduais vêm realizando diversas etapas deste Programa, já aplicados o equivalente a mais de US\$ 100 milhões de dólares, em estudos, pesquisas, projetos e obras no período de 20 anos: 1977-1997, em 5 etapas distintas, obedecendo sempre ao conjunto de políticas de intervenção e preservação decorrentes do programa em questão, cujos princípios e diretrizes básicos foram amadurecendo mediante sucessivos debates e participações em congressos e seminários, contando ainda com contribuições de técnicos de várias partes do país e de outras nacionalidades e de vários segmentos e lideranças comunitárias, ao longo das várias etapas.

Assim, na década de 1980, com as mudanças que ocorriam na política estadual, o antigo Projeto Praia Grande passou a ser denominado Projeto Reviver. O bairro da Praia

Grande, que desde meados do século XX não mais possuía a função de centro econômico – com a instalação do Porto do Itaqui – nem de zona residencial da elite, especialmente a partir da década de 1970, com a construção da ponte José Sarney e o surgimento de bairros nobres numa outra área da cidade, o Centro Histórico perde habitantes, estabelecimentos comerciais e prestígio, adquirindo uma outra identidade, a de lugar do abandono, do descaso. A Praia Grande, então, entra em processo de decadência e o Projeto Reviver é pensado como forma de rejuvenescê-la, o que se dá através da seleção das páginas mais interessantes dessa história que deveria ser recontada através de contemporâneas aquarelas.

O refinamento dessas medidas de caráter político e institucional ocorreu na gestão do Governo Luiz Rocha e por recomendação do Conselho Estadual de Cultura, que criou, através do Decreto nº 10.089, de 06/03/86, a Zona Tombada Estadual, estabelecendo medidas de proteção para uma área urbana de cerca de 160 hectares, reunindo cerca de 2.500 imóveis, zona esta de entorno da zona tombada federal, assegurando-se assim, maiores condições de intervenção ordenada e proteção aos bens culturais inseridos tanto no perímetro estadual, quanto no perímetro de tombamento federal.

Essas duas zonas tombadas foram incluídas no Plano Diretor Municipal de São Luís (Lei nº 3.252 de 29/12/92) como ZPH - 1 (Zona de Preservação Histórica). A iniciativa aumentou o nível de proteção, assegurando medidas legais nos três níveis de governo para a área urbana, que abriga o hipercentro da capital maranhense, onde são exercidas intensas atividades comerciais e usos residenciais, área esta com cerca de 250 hectares e 3.500 imóveis.

3.5 O trabalho do sujeito no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

O documento, como todo enunciado, traz vozes que ecoam de distintos lugares. De modo geral, este programa que analisamos é marcado pela valorização da diversidade, do respeito às diferenças culturais da região, ao mesmo tempo em que propõem atividades que gerem lucros para a área, promovendo, dessa forma, um espaço sustentável. Destacamos ainda a preocupação do enunciador em preservar as marcas de identidade local. Há, nesse documento uma dinâmica da globalização que põe em diálogo constante o local e o global.

POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

- 2.1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
- 2.2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento à geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- 2.3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- 2.4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- 2.5 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- 2.6 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.
- 2.7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
- 2.8 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
- 2.9 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.
- 2.10- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Fonte: São Luís (1992).

Quadro 9 - Políticas de orientação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís

Conforme explicado, o sujeito, ao usar a linguagem, está sempre se inscrevendo em um espaço discursivo determinado por uma esfera da comunicação verbal, espaço a que Bakhtin chamou *gênero do discurso*. O gênero do discurso tem sido considerado um dos elementos-chave da construção de sentido do texto. Apesar de direcionar as posições do sujeito no discurso, o gênero não é um elemento que o imobiliza, ao contrário, ele permite que o sujeito se movimente em seu interior, produzindo efeitos de sentido diversos.

Tendo como pressuposto que toda enunciação produz, simultaneamente, um enunciado e um sujeito, analisaremos os movimentos discursivos por meio dos quais o sujeito, na construção do PPRCH, administra os efeitos de sentido, constrói uma certa noção de espaço para o centro de São Luís, ao mesmo tempo que determina de que modo os indivíduos podem se converter em sujeitos desse espaço em um dado momento.

Iniciemos, pois, a análise pela observação do Programa enquanto gênero discursivo. Esse documento é um gênero que busca sua legitimidade nas vozes de autoridades que administram as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão. Configurando-se como um espaço discursivo de múltiplas vozes, o texto estabelece um programa, um conjunto de instruções, que determina aos sujeitos ações para preservação do espaço público e privado do Centro da cidade. Nesse espaço, buscamos que avaliações o sujeito faz de si e do outro para estabelecer relações entre tempo-espaço e construir em seus procedimentos discursivos e enunciativos uma representação de lugar ao centro histórico de São Luís.

É um texto que estabelece diálogos com a Carta de Veneza na medida em que transforma o centro histórico em lugar de produção, e instaura uma temporalidade em que a funcionalidade deve ser buscada sempre.

Inicialmente, no item 2.1, que destaca: “Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico”, vemos que o sujeito busca preservar o aspecto de naturalidade do Centro histórico, deixando as pessoas viverem seu cotidiano, para não instaurar uma artificialidade no Centro histórico. É preciso deixar o outro perceber a cultura dos moradores de São Luís no Centro. Essa proposta pode se configurar como uma estratégia do poder oficial de propor o cotidiano como meio de sedução do “outro” – o turista, que buscará nesse espaço elementos culturais singulares.

No item 2.2, é estabelecida uma confluência de enunciados que se pautam na ideia da rentabilidade e produtividade, num diálogo entre o mercado e a memória, do mesmo modo que os itens 2.4 e 2.5.

“2.2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes”.

Já o item 2.3 dialoga com uma a discursividade que se ancora na valorização dos bens culturais da cidade

2.3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.

E aponta para a preocupação com a territorialidade das identidades frente aos processos de globalização, ao propor em 2.5 - Promover a revitalização econômica do

comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural. Bem como no item:

“2.7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga...”.

O texto prevê formas e regras de uso do espaço público, que busca o ajuste entre as necessidades humanas e a disposição inequívoca, transparente e legível do espaço de vida. As vozes que se inserem, aí, configuram as posições-sujeito (arquitetos, europeus, designers, políticos) e revelam distintos e díspares olhares sobre o mesmo objeto – a cidade, conforme a contextualização aponta.

Nesse documento, o sujeito instaura os sentidos a partir da noção de espaço e tempo: a representação de espaço é construída dentro de uma perspectiva temporal que remete à preservação da memória e da história, do passado da cidade, mas ao mesmo tempo busca inseri-lo na ordem do contemporâneo, do atual.

A história que está documentada nos prédios, nas ruas e nos monumentos, contrapõe-se a um ideal de cidade que muitas vezes aparece nesse projeto, que tenta desmaterializar o tempo no espaço, buscando instaurar um modelo racional, que visa à funcionalidade do lugar, apagando algumas de suas identidades e determinando-lhe muitas outras. O tempo aqui é entendido não somente como uma grandeza cronológica, física, mas como uma experiência, através da memória individual e coletiva. Assim, as ruas, os casarões, as fachadas do acervo arquitetônico configuram-se como suportes oficiais de memória.

Ao mesmo tempo em que o sujeito desse enunciado sabe que não há uma forma de isentar o espaço de uma modernidade caracterizada pelo fragmentário, pelo volátil, pelo efêmero, ele almeja congelar o passado, instaurar um efeito de eternidade no Centro Histórico da cidade de São Luís preservando a arquitetura antiga.

Nesse âmbito, vale conferir o trabalho linguístico dessa inscrição do sujeito no documento: ao usar o modo infinitivo impessoal, esse sujeito não assume uma posição de destaque ou soberana, pelo contrário, atualiza suas regras a partir de um lugar impessoal, não se deixando ver em sua própria sintaxe. Assim, vale-se de verbos no infinitivo, como adequar, dinamizar, contribuir, garantir etc.

No Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p.554), o termo “preservar” significa livrar-se de algum mal ou dano; livrar-se, resguardar-se e também defender. Nesse sentido, o sujeito do documento busca nessas medidas controladoras, elementos que irão resguardar danos que possam incidir sobre o patrimônio cultural do conjunto arquitetônico de São Luís,

instaurando como participantes do processo outros sujeitos, através da criação de órgãos ou dos moradores do local. Essa subjetividade instaura regras de uso e valoração do espaço.

Segundo Bakhtin (2003, p. 291), “cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados”, pois a “fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo” (BAKHTIN, 2003, p. 293). Graças a esse princípio, “o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado... o enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles” (BAKHTIN, 2003, p. 316).

Vemos que nos itens 2.2, 2.4; 2.5, a polifonia instaurada pelo embate das vozes que ressaltam a preocupação em preservar com as vozes que buscam a exploração e a produtividade do espaço, caracteriza o lugar enunciativo do turismo, dentro do qual o sujeito afirma que não basta preservar, é preciso fazer o espaço gerar lucro. Assim, o lugar que defende a manutenção do espaço articula-se ao lugar do capitalismo.

No item 2.7, a economia aparece também como foco da preservação, mas aqui é explicitada a preocupação com a tradição – há uma tentativa de congelar o tempo nessa preservação das práticas tradicionais do espaço. Não apenas o espaço terrestre entra nessa ordenação, mas o espaço marítimo também, já que o Centro Histórico está localizado em uma região portuária da cidade de São Luís.

No item 2.8, o poder define como a população deve participar da manutenção do espaço.

Desse modo, o sujeito que se instaura no programa busca congelar o tempo – o passado – da cidade em ações políticas. O gerenciamento do tempo e do espaço se dá na operacionalização dessas ordens que esse sujeito propõe.

Dessa breve análise vimos que a cidade se propõe como espaço de múltiplas vozes na medida em que documentos como o PPCRH estabelecem de que modo os indivíduos podem transitar no espaço, como eles são convertidos em sujeitos da cidade.

Quem são os sujeitos dignos de usufruírem desse espaço? Essa resposta é dada mais adiante pelo subprograma 1, “de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís”, o qual declara que os trabalhadores são dignos desse espaço, excluindo desse ambiente os sujeitos que representariam atraso para a sociedade por não produzirem. Todas essas propostas derivam da ideia de revitalização das políticas preservacionistas que visam à funcionalidade do patrimônio.

Entre 1982 e 1987, o PPRCH pára por falta de recursos; nesse período, as atenções são voltadas para outras atividades. O primeiro fato a ser destacado são as pesquisas

realizadas com o intuito de localizar e recuperar 166 volumes dos manuscritos originais dos livros da Câmara de São Luís datados dos séculos XVII, XVIII e XIX. Apesar de não se tratar diretamente do patrimônio edificado, a transcrição paleográfica dos textos é importante para o conhecimento de detalhes referentes à cultura local que certamente irão ser providenciais em um processo de restauração e revitalização do Centro Histórico, ou seja, dos casarões.

O PPRCH elaborado a partir do I Encontro da Praia Grande tinha como recomendação a sua revisão constante para aperfeiçoamento e adequação à realidade que se apresentasse.

Sendo assim, o documento é revisto e atualizado contendo um elenco de subprogramas que abrangem aspectos infra-estruturais urbanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, e preconizam prioritariamente em suas políticas o incentivo à preservação dos hábitos da vida comunitária tradicional, através das melhorias e aumento das condições e ofertas habitacionais; a revitalização das atividades econômicas e socioculturais: da restauração tombada e da arquitetura vernacular, buscando respeitar a vocação natural de cada segmento urbano de Centro Histórico (SILVA, 1996).

3.6 Os componentes do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís – seus subprogramas

Os subprogramas elaborados a partir das políticas norteadoras traçam o rumo que deverá ser seguido a partir da próxima fase do PPRCH. Eles são a seguir apresentados, conforme a configuração do Dossiê apresentado à UNESCO para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, documento elaborado em 1996, no governo de Roseana Sarney.

1. Sub-programa de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís

A questão habitacional constitui-se um dos mais graves problemas sociais no país e na Região Metropolitana de São Luís. O déficit atual alcança cerca de 200 mil pessoas que se encontram residindo nas áreas periféricas em condições desumanas. Todavia existe no Centro Histórico uma rara oportunidade de conjugar as soluções necessárias para preservar o rico acervo de arquitetura urbana e ao mesmo tempo minorar o agudo problema habitacional para um razoável contingente de trabalhadores que necessitar morar perto do seu local de trabalho (...)

2. Sub-programa de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico

Destina-se a assegurar a restauração e conservação dos monumentos mais eruditos e outros de caráter religioso, como as igrejas e palácios, cuja recuperação se faz cada vez mais urgente devido ao seu valor referencial para a cultura e que se manifesta através da celebração de rituais místicos e tradicionais. Além disso é de se considerar os aspectos históricos desses monumentos no contexto do conjunto arquitetônico, bem como seu potencial para contribuir como fator de geração de renda provenientes das atividades turísticas”.

3. Sub-programa de recuperação da Infraestrutura e serviços públicos

O tratamento que se pretende conferir ao Centro Histórico envolve, natural e obrigatoriamente, toda a problemática urbana, independentemente de seu caráter histórico, uma vez que aí estão localizadas as funções vitais da capital maranhense. Assim, estão sendo consideradas como prioritárias as questões referentes à pavimentação, transporte viário e hidroviário, sinalização de trânsito, saneamento básico, redes de energia elétrica e de telefone, e outras intervenções.

4. Subprogramas de Prédios Públicos no Centro Histórico

O Centro Histórico de São Luís abriga as funções vitais da capital maranhense. É grande o número de repartições públicas dos níveis federal, estadual e municipal que estão instaladas em antigos sobrados localizados nas áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico. Alguns desses imóveis necessitam de urgentes intervenções capazes de assegurar sua preservação. Este programa visa a garantir projetos e recursos para atender às referidas edificações.

5. Subprograma de incentivo às atividades de Turismo Cultural

Reconhecendo o extraordinário papel das atividades turísticas como fator de geração de emprego e renda, com reflexos evidentes na própria revitalização econômica da cidade e na preservação do acervo cultural, estabeleceu-se este subprograma como forma de direcionar uma parte dos investimentos exclusivamente para o aproveitamento do potencial turístico do patrimônio arquitetônico.

6. Subprograma de revitalização das atividades portuárias

São Luís nasceu do mar. Através dos últimos 300 anos, toda uma estrutura de apoio e um processo peculiar de ocupação e de assentamento urbano desenvolveram-se em torno das atividades portuárias: comércio, artesãos, oficinas, frigoríficos, feiras e até mesmo uma tradicional área de prostituição. Marinheiros, estivadores, catraieiros, carroceiros, comerciantes, ambulantes, pescadores, remadores, feirantes e suas famílias são personagens centrais da vida de boa parte do centro histórico. A ligação da capital com as cidades interioranas e a pesca artesanal são funções econômicas de amplo significado, tanto para as populações de baixa renda do interior, como muito especialmente para a comunidade residente no centro histórico. A revitalização das atividades portuárias na forma proposta é considerada fundamental como fator de geração de emprego e renda associado ao processo de recuperação do patrimônio cultural da capital do Maranhão.

7. Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano

Uma primeira leitura dos documentos fotográficos que registram São Luís no final do século XIX revela uma cidade surpreendentemente bem arborizada e com sofisticados equipamentos urbanos. Praças e jardins limpos e bem tratados proporcionavam aos habitantes da época um ambiente urbano confortável. Ao longo deste século muitos desses espaços foram mutilados e hoje observa-se uma escassez de áreas verdes abertas à freqüentação pública no Centro Histórico. As que sobrevivem estão carecendo de tratamento paisagístico. A recuperação das praças e jardins e sua integração ao conjunto arquitetônico, assim como proporcionar alternativa de lazer para a comunidade, são os objetivos gerais da proposta.

8. Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial

Os prédios onde funcionaram as fábricas têxteis de São Luís após o período de expansão da economia algodoeira no estado constituem-se em exemplares ímpares da arquitetura industrial dos meados do século XIX. Apresentam elementos arquitetônicos de grande beleza, tais como as estruturas dos telhados, o revestimento de azulejos das fachadas, aberturas em arco, componentes estruturais metálicos, além de oferecerem espaços internos amplos, apropriados ao remanejamento de usos. A recuperação das fábricas e a adequação de suas instalações a usos mais intensivos pela comunidade representam a garantia de sua preservação e da revitalização da área.

Fonte: Dossiê apresentado à UNESCO para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Quadro 10 - Subprogramas da Política de orientação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís

O que nos interessa nessa sequência de subprogramas é avaliar os procedimentos discursivos que constroem uma ideia de espaço ao Centro Histórico dentro dessa política.

Nesse caso, vemos em cada um dos subprogramas de fins específicos uma preocupação em edificar uma noção de espaço relacionada ao desenvolvimento econômico da cidade, que se articula, como já marcamos anteriormente, a uma ideia de nação e ao mesmo tempo de um tempo moderno. Mas, como espaço discursivo heterogêneo, há momentos em que o texto traz as marcas de uma nação em que só os monumentos que consolidam a versão oficial da cultura brasileira são dignos de figurarem nesse contexto, a exemplo do item

2. Sub-programa de restauração do patrimônio artístico e arquitetônico.

Destina-se a assegurar a restauração e conservação dos monumentos mais eruditos e outros de caráter religioso, como as igrejas e palácios, cuja recuperação se faz cada vez mais urgente devido ao seu valor referencial para a cultura e que se manifesta através da celebração de rituais místicos e tradicionais.

Por esses procedimentos, o sujeito da enunciação afirma a exclusão de uma minoria étnica e cultural (que, curiosamente, em São Luís é maioria), a qual demanda formas particulares de inserção e pertencimento à nação. Essa é uma proposta relacionada com o que considera Leite (2004, p.51), ao atestar que: “as origens sociais da maioria dos tombamentos que marca a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil entre 1938 e 1981 liga-se à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e as edificações-símbolos do poder estatal”.

A primeira fase do PPRCH, que compreende a gestão de João Castelo e o seu substituto interino, Ivar Saldanha, apesar de ser considerada como primórdio da conservação edificada no Centro Histórico, mostrou-se, pode-se dizer, bastante tímida no que concerne aos investimentos efetuados. Inúmeras poderiam ser as razões para justificar o acontecido, dentre elas talvez a que possa ser ressaltada é o não amadurecimento das políticas culturais de preservação.

Em 1987 também são retomados os trabalhos pelo SPHAN, que tenta novamente ser atuante e inicia o inventário da área tombada por ele próprio, buscando um melhor conhecimento para embasar as suas medidas de conservação.

Após a revisão do PPRCH, são iniciadas obras com o intento de continuar o Projeto Praia Grande, já no governo de Epitácio Cafeteira (1987-1990), que solicita verbas ao então presidente José Sarney, com o intuito de dar continuidade ao já iniciado Projeto Praia Grande. A tentativa parece não ter sido infrutífera, pois o governo federal repassou em algum momento dessa segunda etapa 3 milhões de cruzados novos, conforme agradecimento no livro *Reviver* (1989). No total foram 200 milhões de cruzados novos ou 25 milhões de dólares, que saíram quase totalmente de recursos próprios do governo do Estado, entre 1980 e 1987.

O intuito do governador Cafeteira era transformar o centro histórico em uma área administrativa, como ele realmente o fez. O governador Cafeteira, para reforçar a revitalização sócio-econômica do Centro Histórico, determinou a aquisição de 26 imóveis para instalação de órgãos estaduais. Talvez, naquele momento, a aquisição de prédios para o governo, com o fim de preservá-los, fosse a medida mais acertada, mas a longo prazo mostrou-se totalmente insuficiente para um projeto de revitalização.

Em 1989 dá-se a modificação da nomenclatura do Projeto Praia Grande, que passa a denominar-se Projeto Reviver, o qual teve um impacto tão forte sobre a população, que muitos confundem ou mesmo nem sabem que quando se referem ao Projeto Reviver estão se referindo na verdade aos bairros do Desterro, Portinho ou Praia Grande.

A identificação com este nome junto à população, infelizmente, não denota o seu grau de conhecimento do casario edificado, mas sim das obras que lá ocorreram e do alardeamento que foi feito em torno destes acontecimentos.

No total foram realizadas obras estruturais com o intuito principal de dar nova visibilidade à área, foram envolvidas 15 quadras e 200 imóveis com a recuperação da rede de água, esgoto e drenagem. O sistema de iluminação pública foi totalmente reformulado passando a ser subterrâneo, ficando expostos lampiões conforme constava em documentação fotográfica dos finais do século XIX e início do XX.

Durante este canteiro de obras em que foi transformado o Centro Histórico foram encontradas galerias subterrâneas que serviam para o escoamento água pluvial da área, demonstrando a engenhosidade do século XIX sob os pés de São Luís. As referidas galerias são fruto até hoje de discórdias entre vários segmentos envolvidos; o governo não as abre nem para pesquisas nem para visitas. De tempos em tempos são veiculadas, na imprensa nacional, as galerias, como se estas acabassem de ser descobertas e tudo continua como antes, principalmente os setores ligados às artes estruturais locais que não se conformam com a impossibilidade de ter acesso a estas fontes de pesquisa.

A partir de então o cenário está montado, o Centro Histórico está em grande parte recuperado, as ruas estão calçadas, muitos casarões recuperados, há prédios públicos por todos os lugares, há restaurantes e lanchonetes, mas apesar de tudo não é atingido um ponto fundamental: não há vida, não há grande circulação de pessoas, pois todos que ali passam permanecem por pouco tempo, os serviços intrínsecos ao cotidiano de um bairro como segurança, farmácias e supermercados não existem na parte reformada de forma mais significativa.

Isso constitui efeito das políticas de preservação, que apesar de idealizarem um espaço com vistas a abrigar o antigo e o novo – um espaço cronotópico, em que passado e presente seriam ambientados num só lugar – não volta atenção especial aos moradores dos bairros, que permaneceram “isolados” dos serviços mais diretos, tais como padaria, farmácia, supermercados. Mesmo a idealização de políticas de moradia (que transformaria antigos casarões em apartamentos) não destacam o oferecimento de tais serviços à população que continua residindo no espaço. Há uma ocupação dos prédios, apenas.

As políticas de preservação pensaram no lugar a ser recuperado como aquele que traria de volta a atmosfera de outrora, com seus antigos casarões coloniais reformados e ocupados com fins de preservação/conservação – seja abrigando secretarias públicas, seja funcionando como bares, restaurantes, lanchonetes. Esse propósito está, no entanto, mais voltado para uma política de turismo, em que os atrativos devem contemplar os que têm passagem rápida – os turistas – e não os que permanecem, os residentes, ou seja, os moradores da Praia Grande. Assim é que as atividades que tornariam o espaço ocupado permanentemente (o que é comum a um bairro residencial, tais como serviços de farmácia, supermercado, açougue, padarias, dentre outros) e que dão vida às atividades diárias, inexistem. Isso pode ser percebido até a atualidade.

Os moradores da parte antiga do centro continuam os mesmos nas suas condições de vida, e um fato que vai aumentar ainda mais este aspecto sorumbático é a proibição da circulação de veículo pelo bairro da Praia Grande, ao invés de serem feitas restrições a estes assim como algumas regras de permanência no local.

Este fato dificultou, sobretudo, a instalação de equipamentos turísticos naquela área, pois ficaria praticamente impossível o manuseio de certos equipamentos como as malas dos hóspedes das pousadas do centro. Decerto foi pensado que os equipamentos hoteleiros se instalariam nas proximidades, o que também não aconteceu de forma significativa.

Ainda nesta fase de grandes reformas é elaborada a Lei nº 5.082, de 20 de dezembro de 1990, uma lei estadual que reorganiza as diretrizes e conceito sobre o tombamento e formas de fiscalização dos bens culturais do Estado. Percebe-se uma grande transformação na definição do que seria patrimônio em referência à lei anterior de 1978.

O Governador do Estado do Maranhão,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 1º - O patrimônio cultural do Estado do Maranhão é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural visando a sua preservação.

Art. 2º - A presente Lei dispõe sobre o tombamento e seu entorno e sobre a declaração de relevante interesse cultural, como forma de proteção a bens móveis e imóveis, públicos ou privados, a manifestações culturais, existentes no território do estado do Maranhão, visando integrá-los ao seu patrimônio cultural.

§1º. Os bens e as manifestações no caput deste artigo poderão ser de qualquer natureza, origem ou procedência, tais como: históricos, arquitetônicos, ambientais naturais, paisagísticos, arqueológicos, museológicos, etnográficos, arquivísticos, bibliográficos, documentais ou quaisquer outros das demais artes ou ciências.

§ 2º. Na identificação dos bens a serem protegidos pelo Governo do Estado levar-se-á em conta os aspectos cognitivos, estéticos ou afetivos que estes (tenham) para a comunidade.

§3º. Cabe à comunidade participar na preservação do patrimônio cultural zelando pela sua proteção e conservação.

Art. 3º. Ficam excluídos das formas de proteção a que se refere o artigo 2º. desta Lei, os seguintes bens:

- I- Pertencentes às representações consulares acreditadas no Estado;
 - II- Que sejam trazidos para exposição comemorativas, comerciais ou educativas.
- (...)

Fonte: Maranhão (1990).

Quadro 11 - Lei de Proteção do Patrimônio do Maranhão

São evidentes as modificações preconizadas a partir do texto anterior, se comparadas à lei que vigorava até então, segundo a qual o bem cultural era considerado todo bem móvel ou imóvel, a partir do tombamento em nível estadual cuja conservação fosse de interesse público.

A lei de 1990 mostra-se muito mais coerente em relação não só à própria designação do que seria patrimônio cultural, como também em relação ao reconhecimento da importância dos tombamentos feitos em outras instâncias diferentes da estadual e, sobretudo, em relação à valorização dos diferentes grupos formadores da cultura maranhense, incluindo-se negros, índios e brancos; bem como os grupos das camadas populares e os da elite.

Segundo Sant'Anna (2003), no Brasil, durante muito tempo, só se falava em Patrimônio histórico e artístico, apontando para bens tangíveis, como Igrejas, prédios antigos, sítios arqueológicos, quadros, esculturas. Com a Constituição de 1988, essa expressão é ressignificada e emerge a expressão patrimônio cultural, cujo valor semântico abrange tanto

os bens materiais quanto os imateriais. O Registro do patrimônio cultural imaterial é uma forma inovadora de preservação da pluralidade da cultura nacional, privilegiando os modos de fazer, as tradições e os costumes do povo brasileiro. Desse modo, a influência da Constituição Federal de 1988 é muito presente na lei maranhense. O texto também traz as vozes da Carta de Veneza, ao preconizar a participação da comunidade na conservação e preservação do patrimônio, parágrafo 3, do Art. 2.

O caso referente à conservação dos bens é exemplo clássico, conforme o Art. 26 da Lei nº 5.082 de 1990:

Verificando urgência na execução de obras de conservação ou restauração de qualquer bem protegido, poderá o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria da Cultura tomar a iniciativa de executá-los, ressarcindo-se dos gastos mediante ação administrativa ou judicial contra seu responsável, salvo absoluta ausência de recursos comprovado do titular do bem (MARANHÃO, 1990, [art.26]).

O que ocorre desde então, e já ocorria anteriormente a esta Lei, é o total abandono de determinados prédios o que implica em seu desmoronamento. A legislação diz que os prédios devem ser conservados pelos proprietários e se isto não acontecer, o Estado se encarrega, dependendo do local onde o imóvel se encontra. Sendo zona de proteção federal e estadual, o respaldo e a responsabilidade recaem sobre as duas esferas, mas de fato o que acontece são as evasivas encontradas na falta de recursos para soluções desta natureza e tudo continua como está.

Apesar da abertura concedida pela lei de 1990, parece ter havido um retrocesso nos tombamentos estaduais. Entre 1979, quando entra em vigor a legislação pertinente ao tombamento no Estado e 1990, ocorreram 43 tombamentos. A partir daí reina um silêncio sobre a situação do patrimônio edificado do Estado do Maranhão. Como era de pensar, não está concluída toda a significância edificada do Maranhão, principalmente a partir da nova lei que dá abertura para tombamentos múltiplos, quanto à origem, era esperado que diversos outros bens viessem a ser requeridos para preservação.

De acordo com o Art. 1º do capítulo II, da Lei Estadual nº 5.082: “O pedido de tombamento poderá ser feito por qualquer cidadão ou pelo Governo do Estado, cabendo ao departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria da Cultura receber o pedido e, apreciando-o abrir o respectivo processo”.

O desconhecimento por parte da população local em referência ao Centro Histórico e a importância da sua preservação para a perpetuação da memória são refletidas também nesta falta de interesse no Instituto do Tombamento. Outro agravante a ser

considerado é a falta de conhecimento da própria legislação e do que poderia ser feito em favor do imóvel tombado e de seu proprietário. Quiçá não haja conhecimento da legislação e falta de crédito de que ela realmente possa vir a ser cumprida.

No Brasil, conforme Leite (2004), a preocupação com o destino do patrimônio surge como iniciativa do Estado e assume um lugar de destaque na formulação oficial de cultura, pautada na construção da ideia de nação. Esse processo desponta na República Velha, período de atribulada situação política, que culminou com a revolução de 30. Marcado por tensões de rearranjos institucionais e políticos e por um contexto econômico igualmente complexo que se deu em função da implantação da mão-de-obra assalariada e início do processo de industrialização do país, culminando com o deslocamento do centro econômico do nordeste açucareiro para a economia do café, no sudeste. Assim, as práticas de patrimônio no Brasil irrompem nas primeiras décadas do século XX, quando surgiu a necessidade de pensar o Brasil-nação, sua identidade nacional e sua cultura, em um contexto pós-abolicionista, republicano e capitalista. Nesse momento, a articulação da cultura brasileira e da identidade nacional passou a ser um dos meios de se pensar a sociedade brasileira e a própria noção de Brasil. A nação que surgiu dessa trama implicava em uma complexa síntese cultural em torno de sua identidade nacional, que englobava diferenças e desigualdades constitutivas desse espaço.

A partir dos anos 70, em decorrência da impossibilidade de o IPHAN manter com recursos do governo federal uma agenda de conservação e manutenção do patrimônio, abre-se o processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil, cujo resultado levou à flexibilização de atribuir valores a certos bens que poderiam ser relevantes para o Estado e o município. Esse descentramento gerou uma expansão da política de preservação, com a irrupção de novas estruturas e legislações em nível regional (LEITE, 2004).

Assim, a prefeitura de São Luís também formulou um documento com vistas à legitimação do processo de preservação do patrimônio edificado da cidade. O Projeto de Lei Nº. 79, que depois passou à lei, formulado no ano 1993, mais de 10 anos após a criação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís.

Projeto de Lei nº. 79/93

Ementa: Dispõe sobre a proteção do patrimônio Cultural do Município de São Luís e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Luís faz saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Capítulo I **Disposições Preliminares**

Art. 1 - Constituem patrimônio cultural do município de São Luís os bens de natureza material e imaterial, que representam referência à memória e à identidade dos diferentes elementos naturais e étnicos, formadores da sociedade de São Luís, que se encontram consolidados, identificados e reconhecidos como tais, tombados isoladamente ou em conjunto.

Art. 2 - A presente lei dispõe sobre o Tombamento, o Entorno, sobre a Declaração de Relevante Interesse Cultural, como formas de proteção a bens móveis e imóveis, existentes no Município de São Luís, que integram seu patrimônio cultural.

Art. 3 - São passíveis das proteções legais, aludidas no artigo anterior, os bens de natureza histórica, ambiental, natural, paisagística, arquitetônica, arqueológica, museológica, etnográfica, arquivística, bibliográfica, documental, iconográficas, e quaisquer outros de interesses artísticos e científicos.

Art. 4 - Na identificação dos bens a serem colocados sob proteção legal, pelo Município de São Luís, independente de seus valores intrínsecos e simbólicos poderá também ser levados em conta, o valor efetivo que tenham para a comunidade. (...)

JUSTIFICATIVA

A proteção à cultura é um dever constitucional da União, dos Estados e Municípios.

Apesar de ter grande parte do seu patrimônio cultural imóvel já tombado pela União e pelo Estado, o município de São Luís não possui sua própria legislação de proteção ao patrimônio cultural, que possa assegurar a preservação daqueles bens que são de interesses especiais do município, por sua relevância paisagística, sentimental, ecológica, documental, etnográfica, iconográfica, bibliográfica, que se encontram sem proteção legal, que possa lhes assegurar a permanência.

O tombamento municipal pode incidir sobre bens já tombados pela União ou pelo Estado, e assegura uma proteção extra, uma tomada de posição política, do município sobre bens que estão integrados sobre o solo urbano.

Por outro lado, a existência de uma legislação municipal, específica para a proteção do patrimônio cultural, condicionará os órgãos da administração a refletirem a questão da preservação, buscando ainda medidas de estímulo à preservação desses mesmos bens, que constituem referenciais de nossa memória e identidade, abrangendo todo o solo do município de São Luís e seu acervo móvel e imóvel.

Ivan Sarney
Vereador PP

Fonte: São Luís (1993).

Quadro 12 - Projeto de lei no. 79/93

Essa lei traz uma concepção de nação e identidade abrangente, busca incluir o que determina a Constituição de 1988, a qual propõe a noção de patrimônio como um complexo de bens de natureza bem diversa:

Art. 1 - Constituem patrimônio cultural do município de São Luís os bens de natureza material e imaterial, que representam referência à memória e à identidade dos diferentes elementos naturais e étnicos, formadores da sociedade de São Luís, que se encontram consolidados, identificados e reconhecidos como tais, tombados isoladamente ou em conjunto (SÃO LUIS, 1993, [art. 1]).

Nesse documento, como nos demais, a ideia de espaço concentra uma preocupação em torno da noção de sujeito, à medida que busca mecanismos para adaptar o Centro Histórico às demandas das identidades contemporâneas. Em geral, traz uma noção voltada para a problemática do global e do local, tanto em termos de lugar físico como em termos simbólicos.

O enunciador, inicialmente falando como um eu, logo no início do texto, ao se reportar à questão da identidade, no último parágrafo, incorpora um nós e se inclui entre os sujeitos que participam do conjunto patrimonial do “solo de São Luís”:

Por outro lado, a existência de uma legislação municipal, específica para a proteção do patrimônio cultural, condicionará os órgãos da administração a refletirem a questão da preservação, buscando ainda medidas de estímulo à preservação desses mesmos bens, **que constituem referenciais de nossa memória e identidade**, abrangendo todo o solo do município de São Luís e seu acervo móvel e imóvel (SÃO LUIS, 1993, grifo nosso).

Assim, esse enunciador não fala apenas do lugar político, mas também do lugar de quem nasceu e se identifica com a cidade.

As políticas de preservação de São Luís acompanham as diretrizes gerais de cada momento. A emergência dessas políticas configura uma ideia de nação característica do século XX, pautada na agregação da diversidade étnica e cultural do país. Essa lei cria um cronótopo de cidade patrimônio ao instituir práticas que, mantendo as características locais, inserem a cidade em uma ordem universal, global.

Conforme avaliado, os documentos (programas, leis, projetos) têm papel primordial na consolidação da representação de cidade. Eles edificam por meio de sua legitimidade uma noção de espaço e tempo que deve permear a própria ideia de patrimônio. Como gêneros oficiais, eles exercem coerções sobre os sujeitos que ocupam certos espaços em certo momento histórico, constituindo-os como nação. Esses documentos são constituídos por constantes diálogos com as ideologias de cada época e sociedade. Esse diálogo às vezes é marcado, às vezes é não marcado, de onde resulta o efeito heterogêneo das vozes que constroem as políticas de preservação. Como signos, eles refletem e refratam realidades. No entanto, constituem-se em forças centrípetas, definindo o que pode e o que deve ser patrimonializado e de que modo isso deve acontecer.

O patrimônio, enquanto lugar que agrega o passado e os imperativos do presente, é um dispositivo que ao lado dos intelectuais e poderes oficiais, funciona como um agente que constrói e inventa tradições.

Os documentos analisados denotam transformações no conceito de patrimônio. A Carta de Atenas aponta para uma concepção de patrimônio associada a bens de pedra e cal, já a Carta de Veneza, elaborada em outro contexto, propõe um conceito mais amplo, incluindo a noção de patrimônio artístico e cultural. Por esse viés, a Carta de Atenas constrói um cronótopo de cidade cujos espaços são concretos, homogêneos, funcionais e não valorizam aspectos culturais, construindo, assim, um sujeito também afastado de sua tradição. A Carta de Veneza edifica um cronótopo de cidade diferente. Ela propõe uma espacialidade preche de marcas identitárias, valoriza a diversidade e nela o sujeito é marcado por sua história. Dessa forma, a cidade é o lugar onde se mede o tempo da história. Essas Cartas são tentativas de dar um sentido ao *outro*. Elas fornecem uma visão de sujeito para os habitantes do lugar.

A análise do percurso do conceito de patrimônio nos mostra que inicialmente só os sujeitos de grupos de elite eram dignos de participarem dessa ideia e alguns textos avaliados neste capítulo, a exemplo da Lei 3.999, de 5 de dezembro de 1978, formulada pelo Governo do Estado do Maranhão, refletem esse discurso. A avaliação de políticas mais recentes, como o Projeto de lei 79/93, demonstram que essa realidade se modificou um pouco e, atualmente, os sujeitos abrigados na ideia de patrimônio cultural são de natureza mais popular; eles são vistos como heterogêneos e produto de uma diversidade cultural, dimensionados, pois, em uma discursividade pautada nas transformações políticas e sociais do final do século XX e início do século XXI.

Nas políticas de preservação, a cidade é uma espécie de moldura, que abriga o sujeito construído pelos documentos, formulados por sujeitos que estão distantes das experiências dos sujeitos que vivem e olham de onde vivem. Esses textos tentam desenhar uma realidade espacial e social a partir do que veem do olhar do outro, como num movimento de exotopia.

As políticas de preservação de São Luís influenciam-se por muitos documentos. Fazem do Centro Histórico da capital maranhense uma espécie de metonímia do espaço maranhense. Um espaço-tempo ancorado no século XVIII e XIX, que passa a ser a referência para os visitantes, homens contemporâneos, sedentos de passado.

Os documentos analisados – Cartas, Programas de Preservação, Leis¹⁰ – pertencem ao gênero oficial e apresentam medidas em prol da preservação do patrimônio, seja em termos locais ou nacionais. Tais documentos oficializam o discurso da conservação e do restauro de monumentos, em nome da preservação de uma memória patrimonial que se apoia num passado/presente e que é (re) pensada segundo cada momento histórico por que passa a política de preservação no mundo e no Brasil. Assim, a concepção de patrimônio e daquilo que é digno de ser preservado na memória coexistem com um amálgama de interesses políticos, econômicos e valorativos de cada época e sociedade. Aqui, sujeito, espaço e tempo são construções políticas e históricas.

No próximo capítulo, veremos como esse processo de elaboração de leis formou uma forte base para a candidatura da cidade de São Luís ao título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade e abrigou ações políticas do grupo que detinha o poder na época, segundo a análise do dossiê, de notícias, reportagens e matérias jornalísticas.

¹⁰ É da natureza do gênero lei construir uma história que se ancora na atemporalidade.

CAPÍTULO 4 - SÃO LUÍS - PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: desdobramentos das políticas de preservação

“Não há mais “fronteiras naturais” nem lugares óbvios a ocupar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar de saber que poderíamos estar em outra parte...”.

(BAUMAN, 1999)

Este capítulo tem o objetivo de discutir desdobramentos das políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís, incluindo o que consideramos a culminância do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH), isto é, o processo que transformou a capital maranhense em Patrimônio Cultural da Humanidade (1991 – 1997) e as políticas de preservação de patrimônios imateriais. O *corpus* desta seção constitui-se da justificativa do dossiê apresentado à UNESCO pelo Governo do Estado, em 1997, para a candidatura de São Luís ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade, e de reportagens e entrevistas do Jornal O Estado do Maranhão. A diversidade do *corpus* justifica-se pelo fato de esses lugares serem pensados, nesta pesquisa, como documentos (LE GOFF, 2003) que retratam de algum modo as políticas de preservação do Brasil e de São Luís.

Nesse sentido, indagamos o que é preservado, como um bem é preservado e por quem é preservado, bem como problematizamos se no processo de patrimonialização da cidade ludovicense as memórias de todos os setores e grupos sociais são contempladas. As análises buscam os desdobramentos das políticas de preservação que levaram à inserção de São Luís no seletivo grupo de cidades *Patrimônio da Humanidade*.

4.1 A inclusão do Centro histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO

O título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade está diretamente ligado ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH), pois esse documento, conforme analisamos em capítulo anterior, trouxe as diretrizes de conservação do Centro da capital maranhense para fins turísticos e, conseqüentemente, econômicos.

Segundo Silva (1996), a implementação do PPRCH passou por diferentes etapas. A primeira delas é delimitada entre 1981 e 1987 e caracteriza-se pelas obras da Feira da Praia Grande, albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral. A

segunda etapa situa-se entre 1987 e 1990 e tem como marco a implantação do Projeto Praia Grande/Reviver, com milhões de investimentos para recuperação do bairro da Praia Grande, o mais antigo de São Luís, localizado no centro da cidade. A terceira etapa de implementação do PPRCH ocorreu entre 1991 e 1994, com a restauração do Teatro Artur Azevedo, e a recuperação de fábricas antigas, como a Cãnhamo, que hoje abriga o Centro de Produção Artesanal do Maranhão (CEPRAMA), e a Rio Anil, onde funciona uma escola de ensino fundamental e médio (CINTRA). A quarta etapa ocorreu entre 1995 e 1996, com a promoção da 47ª. Reunião Anual da SBPC, que repercutiu internacionalmente e que agregou o maior número de público, em toda a história do evento, segundo a página oficial do evento.

A última fase do PPRCH inicia-se em 1996 e estende-se até 1999, segundo o Dossiê. As obras nesta fase são pontuais, voltando-se principalmente para locais isolados do Centro Histórico e alguns fora dele. O que poderia ser considerado como mais importante e mesmo algo que traria solução não só a problemas relacionados à permanência de pessoas no local, mas, sobretudo, à questão social de habitação existente na área e na cidade, de maneira geral, não é tido como de fundamental importância.

Dentre as ações que melhor se adequam à ideia de revitalização talvez seria a multiplicidade de usos, inclusive por meio de um planejamento habitacional do Centro Histórico, o que poderia ser resolvido com a reforma e adaptação digna dos casarões abandonados no intuito de estes servirem de moradia às famílias de baixa renda.

Em São Luís, iniciou-se uma tentativa de recuperação de prédios para esse fim; tal tentativa foi frustrada pela extinção do Banco Nacional de Habitação. Mais uma vez as políticas federais se cruzam e se atropelam e a falta de políticas dessa natureza impede a solução de um problema social de uma área de preservação cultural. Em 1994, foi realizado um Projeto Piloto de Habitação do Centro Histórico, que consistiu na recuperação de um prédio para a moradia de famílias de baixa renda, e que continua até hoje único.

Destacamos a elaboração do Plano Diretor Urbanístico do município de São Luís, em 1992, no âmbito municipal. Sob a Lei Municipal nº 3.252, de 29 de dezembro de 1992, o Centro Histórico é dividido em duas grandes zonas: a ZPH – Zona de Proteção Histórica, que abrange toda a área de tombamento estadual e a ZPH – 2, que corresponde à área do entorno da ZPH. Conforme o Parágrafo Único dessa Lei:

Definem-se como Zonas de Preservação Histórica aquela em que os elementos da paisagem constituída ou natural abriguem ambiências significativas da cidade, seja pelo valor simbólico associado a sua história, seja pela sua importância cultural e integração ao sítio urbano e por abrigar monumentos históricos (SÃO LUIS, 1992, [Parágrafo único]).

Provavelmente, com o intuito de igualar-se às outras instâncias de poder, a Prefeitura Municipal de São Luís sancionou, no dia 4 de julho de 1995, o Projeto de Lei nº 79/93, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural.

Basicamente essa lei não se diferencia da legislação estadual, inclusive no que concerne à obrigatoriedade de realizar reformas ou restaurar os bens tombados. A necessidade de uma legislação dessa natureza é totalmente discutível, pois a sua aplicabilidade mostra-se totalmente nula, sendo que nunca houve ao menos um tombamento em nível municipal, assim como nunca foi prestado nenhum tipo de auxílio a um edifício em ruínas.

A atitude seria louvável se o fator a ser considerado fosse a abrangência necessária de um dispositivo de preservação para resguardar bens de interesse muito restrito ou de uma memória da população local, o que não interessaria aos níveis de tombamento estadual e federal. Podemos até considerar que os verdadeiros motivos da criação desta lei foram esses, contudo, questionamos a sua eficiência prática.

A partir do início do Governo de Roseana Sarney (1994-2002), buscam-se convênios externos para financiamento das obras complementares para a continuidade do PPRCH. Inicia-se, então, em 1995 um período distinto dentro da quarta fase que se estende até 1996.

As primeiras ações, nesse sentido, restringem-se aos melhoramentos feitos na cidade, mas tais melhoramentos atingem, sobretudo, o Centro Histórico, mais precisamente a área da Praia Grande, com o intuito de receber os participantes do Encontro Anual da SBPC, que aconteceu em São Luís, nesse ano. É nesse período, marcado pelo surgimento do PRODETUR, que se veem articular as políticas de preservação a um nítido interesse econômico representado pelo desenvolvimento da atividade turística, o qual se relaciona a muitos fatores, como a globalização, a relações identitárias na modernidade, a emergência de certos lugares e apagamento de outros.

A globalização é um fenômeno econômico e social, que tem como meta integrar povos e países de todo o mundo, levando pessoas, governos e empresas a trocarem experiências, comerciais, culturais ou intersubjetivas. Ela gerou a chamada Aldeia Global, uma rede de conexões, que cada vez mais encurta as distâncias, estabelecendo relações econômicas e culturais de maneira cada vez mais rápida. A globalização consolidou-se no final do século XX, logo após a queda do socialismo, no leste europeu e na União Soviética. Na década de 1970, a liberdade de mercado, advinda com o neoliberalismo, ganhou força e deu grande impulso ao processo de globalização econômica.

No dizer de Bauman (2005), o movimento globalizador trouxe à tona uma séria questão – a identidade. As identidades ligam-se à globalização e com ela o surgimento da modernidade líquida, fenômeno desencadeador de grandes transformações sociais, como a desestabilização de estruturas estatais, de condições de trabalho, de relações entre estados, de subjetividades coletivas e a noção de Segurança. Esse movimento liquefez a garantia de instituições consideradas há pouco tempo sólidas, inabaláveis, acendendo a necessidade de debates em torno das políticas de identidade, na era moderna. Na visão do teórico polonês, a globalização provocou um intenso fluxo dos contatos intersubjetivos, o que levou o homem a perguntar-se constantemente por sua identidade. Surge desse processo a necessidade de demarcação de fronteiras, de estabelecimento de territórios que identifiquem não apenas os indivíduos, mas os locais como lugares de pertencimento. Nesse movimento, certos lugares emergem como obra de uma economia discursiva. O Nordeste, por exemplo, é um território que emergiu de várias práticas discursivas.

Segundo Albuquerque Junior (2004), a região nordeste emergiu de uma série de dispositivos enunciativos que o transformaram em lugar de grandes atrativos para o mundo. O Nordeste foi processualmente se estabelecendo como região por meio de discursos oriundos dos mais distintos setores, como a imprensa, a literatura, a arte e a mídia. O autor destaca que o Nordeste só passou a existir em meados da década de 1910, e com ele a percepção dos nordestinos. Desse modo, o autor resume que as regiões e territórios são criações eminentemente históricas e políticas. Nessa textura, a indústria do Turismo consolidou-se a partir da promoção do desenvolvimento de certas regiões, com base em um jogo entre poder e saber, entre a política e a produção de identidades.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR) é cogitado mesmo antes de o governo Roseana Sarney assumir, mas só a partir de 1995 ele começa a se instalar de fato.

Os principais objetivos do Governo Roseana Sarney, no âmbito das políticas de preservação do patrimônio edificado, são assegurar os recursos do Prodetur e do Subprograma de Habitação, no Centro Histórico, para, a partir daí, gerar ações.

A gerência do Prodetur, no Maranhão, tem duas linhas consolidadas através de convênio firmado, em 30 de junho de 1995, entre o BNB e o Governo do Estado do Maranhão, a ser desenvolvido em 2 etapas:

I –1ª etapa – de implantação – estende-se entre 1996 e 1999 e dá prioridade aos centros históricos de São Luís e Alcântara, com investimento de U\$ 53.180 milhões.

II – 2ª etapa – é de programação e implantação, com previsão para o período de 1999 a 2003, e projetos específicos a serem definidos.

Em ambas as etapas, todo o investimento a ser feito tem como prioridade a infraestrutura de obras múltiplas; o meio-ambiente e proteção ambiental e o desenvolvimento institucional.

O objetivo específico do Prodetur, no Maranhão, é:

Financiar obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços nos Centros Históricos de São Luís e Alcântara e projetos de capacitação institucional dos órgãos públicos envolvidos com a gestão, implantação e manutenção dos bens e atividades constantes do sub-programa de desenvolvimento turístico do Maranhão, visando a atração de investimentos privados no setor turístico e dinamização das atividades econômicas em geral na área de influência do Prodetur/MA e à conseqüente geração de emprego e renda e melhoria de vida da população residente (SILVA, 1996, p. 35).

O programa a ser desenvolvido tem a pretensão de proporcionar o desenvolvimento turístico da área sob a sua jurisdição. Sendo assim, o turismo é a principal motivação dos investimentos. Apesar disso, o governo não deixa claros os objetivos e coloca o turismo apenas como uma das metas a serem realizadas através dos recursos do Prodetur, sendo eles:

- A – as formas tradicionais de geração de emprego e renda, através do incentivo a pesca artesanal e a produção de embarcações do Maranhão.
- B – o aumento da qualidade ambiental e de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção.
- C – a maior oferta de pescado de qualidade e preços regulados, visando ao aumento dos efeitos de proteína animal e de calorias compatíveis com as tradições culturais da culinária maranhense.
- D – o incentivo às atividades de turismo cultural e de lazer, vocação inequívoca do Centro Histórico de São Luís, que já passou a receber um contingente expressivo de visitantes nacionais e internacionais a partir do processo de revitalização iniciado em 1980 (SILVA, 1996, p. 36).

Todas as atividades propostas foram divulgadas pelo Governo do Estado, que sendo o articulador de todos os processos, recebe os créditos por tudo o que é feito no Centro Histórico com recursos externos, mesmo considerando que no Prodetur os recursos não são somente do BID, pois há uma contrapartida do Governo Federal na ordem de 40% do valor total.

As ações em nível federal restringem-se a cuidar da contrapartida que lhe cabe no Prodetur; não há ações de fato em relação ao patrimônio edificado.

A omissão do IPHAN, no que diz respeito ao casario tombado, é reflexo das políticas nacionais de preservação que relegam a atuação desse órgão ao que ele de fato é

hoje: uma instituição sem grande poder de decisão, com poucos recursos materiais e, sobretudo, humano¹¹.

As ações do Prodetur, ao voltarem-se principalmente para a área da estruturação, seriam complementadas a partir do convênio entre o BID / Ministério da Cultura e IPHAN, abrangendo os Centros Históricos das cidades de São Luís, Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

No Centro Histórico de São Luís, a previsão de investimentos é na ordem de R\$ 14,44 milhões a serem investidos em restauração de monumentos e habitação, formação de mão-de-obra, fortalecimento institucional, publicidade e mobilização, o que continua somente no tempo futuro.

Até 1997 já é verificado o intuito da reformulação do modelo instituído pelo PPRCH, mais diretamente ligado à Praia Grande. A proibição do tráfego, a institucionalização da área, assim como itens básicos, como segurança, começam a ser revistos e avaliados quanto ao retorno que este tipo de modelo até então implantado poderia oferecer.

A preservação do Centro Histórico em nível federal e estadual contribuiu significativamente para que São Luís recebesse o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. A primeira referência a este respeito é encontrada no Decreto Estadual nº 11.067, de 22 de março de 1989, que dispõe sobre a criação do Projeto Reviver e é dito que foi solicitado, naquela gestão, à UNESCO: “o devido reconhecimento dos Centros Históricos de São Luís e Alcântara como Patrimônio Cultural da Humanidade pela importância que os mesmos representam no cenário internacional”.

A campanha se inicia de fato em maio de 1996, quando a Governadora do Estado, Roseana Sarney, apresenta oficialmente à Unesco um dossiê juntamente com a proposta para inclusão de Centro Histórico de São Luís na lista de bens considerados como Patrimônio da Humanidade.

O Dossiê é um documento elaborado por uma equipe de técnicos (sobretudo engenheiros e arquitetos) e teve como coordenador executivo o arquiteto Philipe Andrès. A supervisão foi realizada pelo então Secretário de Estado, Eliézer Moreira Filho, no período do governo Roseana Sarney. O documento tem 114 páginas e inclui apresentação, cronologia das tratativas do processo junto à UNESCO, delimitação do núcleo principal do acervo; localização precisa do Centro Histórico; estado de preservação e conservação e uma justificativa de inscrição na lista do patrimônio, entre outros itens. A história da cidade é

¹¹ Existem apenas 4 (quatro) fiscais para os Estados do Maranhão e Piauí.

apresentada por Mário Meireles – historiador, o qual, como artífice da memória, enuncia do lugar social que ocupa, e de quem o texto é uma atitude responsiva ao que lhe foi solicitado. Também é declarado o estado de preservação e conservação local, bem como a origem e as políticas de preservação empreendidas na região.

Em 23 de maio de 1996, a então governadora Roseana Sarney envia ofício ao Diretor Geral da UNESCO, Dr. Frederico Mayor, apresentando oficialmente o pleito de inclusão do Centro Histórico da cidade na lista do Patrimônio Mundial, acompanhado de relatório e dossiê fotográfico.

Neste trabalho, interessa-nos analisar a justificativa do dossiê para avaliarmos a representação de espaço e tempo construída no documento (SILVA, 1996, p.36).

5 - JUSTIFICATIVA DE INSCRIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

5.1 SOBRE O BEM CULTURAL

Núcleo habitacional fundado por franceses, anteriormente visitado por espanhóis, atraídos por um possível caminho até El Dourado, conquistado e saqueado por holandeses, São Luís é, finalmente, colonizada por portugueses que consolidaram seu domínio em todo o território brasileiro.

Destes primórdios que a fazem caminho e destino de inúmeros povos, São Luís atravessou sua história como ativo participante na vida do estado colonial do Maranhão, que mantinha relação de comércio e poder diretamente com Lisboa. Porto de escoamento da produção de toda a região Norte, pujante parque têxtil do princípio do século XX, São Luís manteve papel preponderante na cultura nacional que se traduziu na produção de seus poetas, escritores e políticos e materializou-se nos espaços urbanos, praças e solares.

Palco de lutas pela afirmação nacional, a São Luís coube criar através da releitura da arquitetura portuguesa, uma arquitetura única: seja pela generosidade dos materiais construtivos utilizados, seja pelas soluções ambientais adotadas, a casa maranhense se distingue de toda arquitetura colonial do país. O caso requintado do azulejo como proteção térmica e adorno, a modulação de cheios e vazios reforçados pela pedra lioz nas molduras, cunhais, bacias de sacada e passeios públicos, dão a singularidade externa a esta maneira de construir. Internamente, são os avarandados de rótulas, o pé-direito de 4 a 5 metros de altura, as espessuras de parede os forros variados.

Nascida de um plano urbanístico de 1615, do Engenheiro-Mór Francisco Frias de Mesquita, São Luís cresceu obedecendo àquelas diretrizes e, inda que suas quadras obedecem mais às características topográficas do sítio do que a romanas medidas de extensão, o resultado do conjunto ganha em surpresa sem prejuízo do conjunto de fachadas, telhados e quintais.

Mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina, com seus mais de 3.500 imóveis representativos de nossa história, São Luís é definitivamente um dos mais acabados exemplos da maneira de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Atualmente o Centro Histórico concentra as principais funções administrativas, financeiras e comerciais da Capital, que por sua vez é o epicentro de uma região metropolitana que atinge cerca de 1 milhão de habitantes. Apresenta, portanto, uma rara oportunidade de assegurar a salvaguarda e a preservação do seu valioso acervo cultural.

O Governo do Estado vem realizando um considerável esforço no sentido de viabilizar soluções. Nos últimos 20 anos foram recuperadas dezenas de quadras e mais de 200 edificações de interesse histórico, além de dois grandes complexos industriais do século XIX agora readaptados para funções modernas. Outras medidas de natureza legal e institucional vêm sendo aplicadas no sentido de valorizar e proteger o acervo.

Pela extensão do conjunto e grandes áreas ainda em precário estado de conservação, o governo estadual e a municipalidade de São Luís terão que exercer doravante um permanente trabalho no sentido de garantir a continuidade dos programas de preservação já iniciados. Negociações estão em curso, como

organismos financiadores, nacionais e internacionais com intuito de assegurar os recursos financeiros necessários para tanto.

É neste momento, em que a economia do planeta se organiza, internacionalizando-se derrubando antigas fronteiras, que a eventual inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial se constituirá em importante fator de reconhecimento por parte da comunidade internacional representada pela UNESCO, de seu inestimável valor cultural, testemunho vivo da história da ocupação do território sul-americano.

Fonte: Silva (1996).

Quadro 13 - Justificativa de inscrição do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial

A justificativa é um mosaico de discursos, que o enunciador mobiliza para persuadir seu enunciatário. No primeiro parágrafo, o enunciador resgata a história da fundação da cidade e discursiviza um fato que é curiosamente muito aclamado pelos maranhenses: o orgulho de ter sido colonizado pelos portugueses, muito embora sua fundação tenha sido realizada por franceses¹². Dizemos “curiosamente” porque a colonização no Maranhão foi um processo de caráter dominador, que consistiu na escravização de povos e de recursos naturais, levando à construção de grandes impérios. Um dos aspectos mais impressionantes da colonização maranhense foi a escravatura, com a importação de grandes contingentes de negros africanos, com consequências nefastas, que perduram até hoje, tanto para o Continente Negro, como para os descendentes dos escravos. Nesse parágrafo, o enunciado “colonizado”, entretanto, adquire uma coloração semântica positiva, e a tonalidade negativa é diluída, por meio de manobras enunciativas.

No primeiro período, do segundo parágrafo, o enunciador destaca que São Luís tornou-se, por conta da colonização portuguesa, “destino de inúmeros povos”, mas não demarca, por exemplo, que entre esses povos estavam também os índios e os negros, os quais são silenciados na construção dessa história. É ressaltado o discurso do passado glorioso da cidade de São Luís, que se destacou pelos filhos ilustres, no período de grande pujança da cidade, no século XIX. Extremamente recorrente na memória dos maranhenses, como uma referência identitária, esse fato é trazido ao texto como argumento de persuasão. Também vale enfatizar que o acontecimento selecionado para representar o valor que a cidade tem para alcançar o título de cidade patrimônio é a história da elite, dos escolarizados, metonimizada nas figuras dos “poetas, escritores e os políticos” que “materializou-se nos espaços urbanos, praças e solares”. A partir dessa narrativa, elencada por esses atores, o cronótopo de cidade construído é também elitizado, de traços pujantes e europeus. Nessa enunciação é construída uma representação de lugar encimentada pela noção de arte erudita. Esse jogo entre as riquezas materiais e imateriais (condensadas na noção de erudição) da cidade de São Luís é

¹² Atualmente essa fundação é problematizada por estudos como os de Lacroix (2008).

um procedimento argumentativo que põe a capital maranhense na ordem dos bens patrimonializáveis, numa tentativa de dialogar com o que propõe a Constituição de 1988, ao determinar como Patrimônio Cultural Brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (SILVA, 1996, p. 36).

Até esse parágrafo, entretanto, o que é representado como um bem patrimonial, são manifestações de cunho elitista.

Nos terceiro, quarto e quinto parágrafos, o argumento se sustenta com base na arquitetura “única” da cidade, em que se destacam os materiais utilizados nas construções, a adaptação do processo de construção europeu ao clima da cidade e a quantidade significativa de imóveis de padrão colonial da cidade.

É reticente, no quinto parágrafo, o critério usado para eleger o que o enunciador considera elementos “representativos da nossa história”, pois não é demarcada à qual história exatamente ele se refere; quando destaca no parágrafo cinco: “Mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina, com seus mais de 3.500 imóveis representativos de nossa história [...]”. Se o enunciador toma apenas como referência o sítio localizado no território do Centro, ele deixa de contemplar a história de todas as outras partes da cidade que não se enquadram nesse campo, construindo uma imagem unilateral e não abrangente da identidade local.



Fonte: Andrès et al. (1998).

Figura 8 - Zoneamento das áreas preservadas

Ainda nesse parágrafo vale ressaltar o comentário: “São Luís é definitivamente um dos mais acabados exemplos da maneira de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX”, aspecto que bem sabemos, silencia os diversos modos de viver da população que está à margem do conjunto arquitetônico de São Luís, a qual cresceu nos entornos e periferias do Centro Histórico. Nesse sentido, a ideia de patrimônio construída na rede discursiva desse documento baseia-se na arquitetura como marca de excelência de bem patrimonial e na delimitação de um centro histórico pelo seu “excepcional valor”. Nesse documento, a

“inscrição de São Luís como bem cultural” justifica-se pelo valor correspondente à extensão do seu conjunto urbano e arquitetônico colonial, pela quantidade de imóveis ditos “representativos da história do Maranhão”.

Nos sexto e sétimo parágrafos, o texto formulado tem o intuito de persuadir os avaliadores da UNESCO construindo um cronótopo de cidade para São Luís que se destaca pela dinâmica da produtividade, sugerindo que a preservação do patrimônio deve estar associada à utilização sustentável do lugar, já que não se trata apenas de consumir a imagem visual, mas valorá-la. Essa proposta dialoga entre outros elementos com a democratização dos espaços não só para a atividade turística, mas para a população local, também, com o objetivo de construir elos sólidos de identificação.

O parágrafo seis condensa essa noção, ao destacar: “Atualmente o Centro Histórico concentra as principais funções administrativas, financeiras e comerciais da Capital, que por sua vez é o epicentro de uma região metropolitana que atinge cerca de 1 milhão de habitantes [...]”.

Nesse parágrafo a ideia de espaço de memória liga-se intimamente à noção de espaço de produção de renda, numa perspectiva de preservação sustentável.

Vale ressaltar, no sétimo parágrafo, que a ênfase recai novamente sobre o aspecto rentável do conjunto, com destaque para o início, quando o enunciador afirma:

O Governo do Estado vem realizando um considerável esforço no sentido de viabilizar soluções. Nos últimos 20 anos foram recuperadas dezenas de quadras e mais de 200 edificações de interesse histórico, além de dois grandes complexos industriais do século XIX agora readaptados para funções modernas. [...] (SILVA, 1996, p. 37).

O aspecto de continuidade marcado no gerúndio em “o governo do estado vem realizando um considerável esforço no sentido de viabilizar soluções” fragiliza o papel e o esforço dos outros governos nesse processo e põe em relevo o papel do governo atual, que reforça, no parágrafo seguinte, as articulações políticas que desenvolve no sentido de garantir a preservação do centro histórico.

No oitavo parágrafo, o enunciador põe seu enunciatário a par do estado das políticas de preservação da cidade, na época. No nono parágrafo, o diálogo com as noções de territorialidade, globalização e identidades deixa entrever a perspectiva de criar condições nessas políticas de preservação para inserir o Centro Histórico na rota de uma temporalidade contemporânea:

É neste momento, em que a economia do planeta se organiza, internacionalizando-se derrubando antigas fronteiras, que a eventual inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial se constituirá em importante fator de reconhecimento por parte da comunidade internacional representada pela UNESCO, de seu inestimável valor cultural, testemunho vivo da história da ocupação do território sul-americano (SILVA, 1996, p. 37).

Vemos nesse espaço discursivo uma São Luís sendo construída com ares cosmopolitas, um lugar pensado para receber a humanidade, independente da nação de origem dos seus visitantes. Vemos também o poder político se inscrever nesse espaço e ditar o que deve ser preservado e constantemente lembrado, manipulando tempo e espaço em função de uma construção de ideia de nação e de cidade. O texto é heterogêneo na medida em que traz enunciações de lugares como o do historiador e do arquiteto, da economia, do turismo e de muitos outros.

Como efeito de sentido, essas escolhas se apresentam como naturais; o enunciador, e a própria enunciação, constroem uma naturalização dos itens que são eleitos como objetos patrimoniais, essencializando uma certa ideia de passado, edificando a noção de que esse valor é constitutivo desses objetos. Dessa forma, a enunciação, que consideramos aqui o ato de escrever uma justificativa, com o fim de levar uma cidade ao título de cidade patrimônio cultural da humanidade, que tem como destinatário um órgão que avaliará a dignidade desse conjunto, oculta o fato de essas características nada terem de natural e são, em grande parte, produto de um jogo de poder.

Vale também ressaltar que a justificativa distancia-se da ideia de diversidade, pregada por documentos importantes, como a Carta de Veneza, a qual propõe um olhar sobre o diverso, o heterogêneo.

Nesse momento, houve, em São Luís, um esforço intenso da imprensa maranhense, principalmente aquela ligada ao grupo da governadora Roseana Sarney, na divulgação desse processo. Notícias em jornais impressos, em telejornais, rádios, faziam circular entre a população o que a política estava fazendo. No próximo item, apresentamos parte desse movimento desencadeado na imprensa, especificamente no Jornal O Estado, utilizado como instrumento de divulgação do processo de patrimonialização da cidade.

4.2 As políticas do reconhecimento de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade

Na sociedade contemporânea, os meios de comunicação de massa e, mais especificamente, os jornais se destacam não apenas como formadores mas, também, como armazenadores da memória social e nesse aspecto, eles podem ser pensados como *lugares de memória*, no sentido dado por Pierre Nora. Segundo Nora (1988), a criação de lugares de memória é garantia de que a memória subsistirá em algum lugar. Assim, arquivos, cemitérios, coleções, museus, festas, aniversários, tratados constituem-se em signos de rememoração.

Ainda conforme Nora (1988), a criação de pontos de ancoragem da memória é necessária sempre que uma tradição da memória, enquanto processo experimentado e vivenciado, coletivamente, começa a se diluir. O autor pontua que a história institucionaliza e oficializa a memória e, para ele, passamos da condição de produtores de memória para a condição de produtores de história. A história demanda indícios, vestígios; não basta apenas lembrar pela palavra, é preciso o dado concreto do registro. Dessa visão resulta a busca incessante contemporânea pelo arquivo. A partir do ponto de vista de Nora, segundo o qual os *lugares de memória* podem ser pensados tanto da perspectiva material, quanto das perspectivas simbólica e funcional, podemos considerar os meios de comunicação de massa como *lugares de memória* da sociedade contemporânea, dadas as interpretações mais restritas do conceito, espaços privilegiados do arquivamento e produção da memória contemporânea. Assim é que, nas sociedades contemporâneas, há que se considerar a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção da memória (ou como assinala Nora, uma memória que já não é espontânea, mas produzida). Essas observações articulam-se à noção de documento, pensada por Le Goff (2003), pois os jornais, como documentos, constroem memórias e, paralelamente, edificam identidades. Na condição de documento, o jornal não fica por conta do passado, pois é produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de força, onde mais uma vez se apresentam redes de poderes.

Nesta pesquisa, a imprensa é tomada pelo seu papel de formador de opinião e cristizador de realidades. Analisa-se o jornal O Estado do Maranhão pelo fato de ser um periódico diário de grande circulação no estado e também por ser o jornal da família da Governadora Roseana Sarney, que comandou as negociações que levaram a cidade ao título de Cidade Patrimônio da Humanidade. Desse modo, buscamos nesse lugar de memória as manobras enunciativas e discursivas que construíram não só a ideia de cidade patrimônio da

humanidade, mas a memória da governadora como a líder política que levou a cidade a receber essa honraria.

Conforme afirmado anteriormente, os jornais são construtores de realidades, formadores de opiniões e cristalizadores de sentidos. Para a compreensão da importância dos jornais, como produtos da comunicação de massa, na construção de memórias e identidades sociais na sociedade contemporânea, precisamos entender em certa medida o seu funcionamento discursivo.

É preciso, inicialmente, atentarmos para o fato de que, nesse lugar, existe uma apropriação de um real já fragmentado, que será utilizado para construir uma visão, ainda que parcial, capaz de ser confundida com o próprio real. Mas esse real não é capaz de, sozinho, significar. Isso porque ele reúne um sistema de representações simbólicas que dependem, para sua interpretação, tanto do trabalho do produtor, que deve organizá-las adequadamente, como das condições do interlocutor, que deverá interpretá-las. A interpretação, de certa forma, é o que dá sentido ao discurso, tanto quanto sua produção. Essa realidade é dada, portanto, por meio de estratégias enunciativas, tanto verbais como não-verbais.

Os discursos se formam não só a partir do sujeito que fala, mas também por meio da interação com o sujeito que recebe ou que se representa como suposto interlocutor. Esta concepção remete ao *dialogismo*. Por essa razão, o discurso não tem um sentido único. É certo que, por se tratar de uma construção *dialógica*, em grande medida o discurso se ancora no real, na própria experiência dos receptores, o que direciona sua interpretação para os caminhos definidos pelo produtor da mensagem.

Como destaca Van Dijk (1980), o discurso jornalístico obedece a uma prática institucional determinada, ou seja, ele deve se adequar a uma linha editorial, a propostas comerciais, motivações ideológicas de seus proprietários, condições de produção, entre outras variáveis. Assim, para o autor, a notícia está duplamente envolvida por representações ideológicas, isto é, a notícia reflete a ideologia de quem a produz como também daqueles que irão interpretá-la. Para suscitar credibilidade, a notícia se divide em categorias estruturais: a manchete, o *lead*, o fato principal, o contexto, os comentários, entre outras, com funções específicas.

Não há, numa produção discursiva, mensagens fechadas, uniformes, prontas para serem decodificadas pelos leitores/receptores; por outro lado, não há discursos livres de ideologias e interpretações. No entanto, não podemos perder de vista que é nas relações de fronteira, nas situações de interação, que os discursos sociais são construídos e apropriados. Este é o princípio que nos orienta neste trabalho.

Por meio desses jogos de enunciação e discurso é construído uma relação intrínseca entre memória, identidade e imprensa. Nesse sentido, a mídia assume papel importante, e analisar as estratégias discursivas adotadas pela mídia local pode nos levar à percepção do processo discursivo de construção da noção de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade para São Luís do Maranhão.

Fundado em 1973, pelo então governador José Sarney e pelo poeta Bandeira Tribuzzi (falecido em 1977), atualmente o jornal O Estado do Maranhão é presidido por Teresa Cristina Sarney Murad, nora de José Sarney. O jornal forma com a Rádio Mirante e a TV Mirante o Sistema Mirante de Comunicações, presidido, também, por Fernando Sarney, filho de José Sarney e marido de Teresa Sarney Murad. O Estado tem-se mantido como um jornal de direita. Mas durante o período em que José Reinaldo – governador eleito com apoio do grupo Sarney para o mandato de 2002 a 2006 – rompeu com o grupo, o jornal atuou como jornal de esquerda.

Segundo dados do *site* do próprio jornal, O Estado possui o maior número de leitores qualificados dentre todos os jornais com circulação diária na Grande São Luís, apresentando 64,34% de penetração máxima entre os leitores com nível superior completo, em dados dispostos pelo Ibope Easy Media [<http://imirante.globo.com/oestadoma/paginas/historico.asp>]. De acordo com esse *site*, mais de 50% dos leitores são do sexo feminino; mais de 50% pertencem à classe C. A maioria deles têm idade entre 19 e 39 anos e em relação ao grau de instrução, em média, possuem nível fundamental completo a superior incompleto (IBOPE EASY MEDIA, 2009).

Considerando a importância dos jornais, como documentos que constroem memórias, vale destacar que, no processo de reconhecimento da cidade de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade, o jornal O Estado do Maranhão ressalta o considerável papel do IPHAN, principalmente nas orientações técnicas: pois foi esse órgão que subsidiou o pleito em nível nacional (O ESTADO DO MARANHÃO, 19.12.1997, p.12).

A argumentação utilizada para o recebimento do título foi atestada através de um levantamento histórico e arquitetônico encomendada a uma equipe de consultores, renomados profissionais, entre os quais faziam-se presentes, principalmente, arquitetos e historiadores, conforme analisamos.

A UNESCO finalmente responde ao relatório enviando a São Luís, em novembro de 1996, uma missão de reconhecimento chefiada pelo arquiteto representante do ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, Júlio Angel Moroni, com o intuito de verificar *in loco*, a veracidade das informações contidas no relatório supracitado. Juntamente com

Moroni vieram outras figuras importantes do cenário cultural, como atesta o Jornal o Estado do Maranhão: “Veio acompanhado do presidente do ICOMOS a professora Suzana Cruz Sampaio e pelos arquitetos Jorge Derengi, Pedro e Dora Alcântara” (O ESTADO DO MARANHÃO, 04.12.1997, p. 6).

O estreitamento das relações é visível no processo de obtenção deste título. O prestígio dispensado a São Luís traz o peso do prestígio do ex-presidente da República, José Sarney, maranhense e então Senador pelo Estado do Amapá, pai da Governadora Roseana Sarney, junto ao Diretor Geral da UNESCO, como atesta o documento de Proposição à UNESCO 1996 – Revisão do documento original:

como amigo pessoal há vários anos do diretor geral da UNESCO, Dr. Frederico Mayor, o senador José Sarney discutiu e diplomaticamente, como é do seu feitio, levou suas manifestações de apoio àquela instituição em todos os momentos e recebeu, do Dr. Mayor sempre as melhores evidências de sincera reciprocidade nas ações culturais da UNESCO (SILVA, 1996, p.102).

Constata-se, assim, a recorrente influência do ex-presidente Sarney nos assuntos relacionados ao Maranhão.

Em março de 1997 acontece em Paris a reunião anual do ICOMOS, momento em que é apresentado e aprovado o dossiê e o relatório de Júlio Morosi, que recomenda a inclusão de São Luís na lista de Patrimônio da Humanidade, atestando na reunião que:

O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada com sucesso à vida contemporânea e às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca. (O ESTADO DO MARANHÃO, 05.12.1997, p. 6).

Nesse fragmento também é criada uma imagem de cidade patrimônio pautada em um cronótopo de temporalidade heterogênea, agregadora de passado e atualidade.

No mês de dezembro de 1997, reúne-se em Nápoles, Itália, o Comitê do Patrimônio Mundial, que homologa a decisão e oficialmente inclui São Luís na lista da UNESCO. Com base nos incisos III, IV e V, da Convenção do Patrimônio Mundial:

- | |
|--|
| <p>III – Testemunho excepcional de tradição cultural;
 IV – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade;
 V – Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.</p> |
|--|

Fonte: UNESCO (2005).

Quadro 14 - Incisos da Convenção do Patrimônio Mundial

Nesses incisos, é importante notar o jogo de temporalidades por meio do qual o enunciador busca afirmar o lugar como cultural, ressaltando as temporalidades múltiplas que se instauram nesse local. É um local que deve ser valorizado por concentrar as marcas de um passado importante para a humanidade, a qual deverá se identificar nesse espaço também.

Nessa reunião estiveram presentes junto com a Governadora do Estado representantes não só do Maranhão, mas do Brasil que deveriam, após o recebimento do título, firmar um compromisso de preservação da área reconhecida.

A prefeitura de São Luís foi representada pelo Prefeito da cidade, Jackson Lago. Como representantes do Brasil, estavam presentes o Ministro da Cultura e das Relações Exteriores. A fim de divulgar nacionalmente e comemorar o título, a prefeitura de São Luís realizou várias atividades: passeio ciclístico, encontro folclórico, cultos ecumênicos, passeatas etc., com o intuito de fazer a população tomar ciência do novo *status* alcançado pela cidade. Todas as comemorações partiram dos Governos Municipal e Estadual e nada aconteceu partindo da população, nem mesmo de residentes da área reconhecida.

Esse fato nos remete a Le Goff (2003, p. 470), ao acentuar que o poder político investe nas comemorações para legitimar o fato e consolidar a memória coletiva, pois “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um objeto e um instrumento de poder”. As comemorações, assim, fazem parte de um processo de construção e de transmissão de uma memória.

Apesar de todo o ritual comemorativo, e com ele a tentativa de demarcar as raias do poder, a maioria dos cidadãos de São Luís não percebe a importância da preservação do patrimônio e, às vezes, desconhece-o. A que isso se deve é um fato que mereceria um estudo. Para a população, o título parece ter sido dado por alguém muito importante e que agora, por ser algo precioso, deve ser preservado. Todos comemoram mesmo sem saber direito o porquê.

Paralelamente às políticas oficiais, aconteciam outras formas de política, divulgadas em jornais, informativos em táxis, em ônibus, em comerciais de café e outros veículos de comunicação da cidade. Eram notícias que buscavam propagar a importância do título entre a população e cristalizar sentidos.

Nesse processo de divulgação do título, a mídia maranhense foi de fundamental importância. Com o poder coercitivo que tem a mídia, os jornais locais fizeram crer à população que o título recebido seria de grande importância econômica e cultural para todos. No próximo item avaliamos alguns enunciados que materializaram esse fato no jornal O Estado, por entendermos que esse veículo traz, de forma mais incisiva que outros, manipulações políticas, já que pertence ao Grupo político dominador do Maranhão.

4.3 As políticas de preservação no Jornal O Estado do Maranhão

Na tentativa de verificar que noção de patrimônio foi divulgada no O Estado, por meio da relação tempo passado e atualidade, avaliamos, a partir da noção de cronótopo, de que modo a política maranhense valeu-se dessa relação. Para esse objetivo fazemos um recorte de matérias do jornal O Estado do Maranhão, de 1997, ano de instituição do título patrimônio cultural da humanidade, período que compreende o antes e o depois do recebimento da chancela.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (Texto 1)

Patrimônio da Humanidade

São Luís pode ganhar nos próximos dias o título de Cidade Patrimônio da Humanidade, a ser concedido pela Unesco. De acordo com as regras, a Unesco escolhe anualmente três cidades para dar esse título. Atualmente, apenas três cidades brasileiras são detentoras da honraria: Ouro Preto e Olinda, pelo acervo histórico que abrigam, e Brasília, pelo caráter futurista da sua arquitetura e estrutura urbana.

A luta do Governo do Estado para incluir São Luís entre as cidades que concorrem ao título começou ano passado, quando a governadora Roseana Sarney foi à França e formalizou o pleito à Unesco.

Ainda em 96, técnicos da Unesco vieram a São Luís e, sem a interferência governamental, vistoriaram o acervo da cidade e suas condições. Após a vistoria, deram sinal verde para que o Governo do Estado prosseguisse na formalização do pleito.

Ontem, um emissário do Governo do Estado entregou à direção da Unesco, em Paris, toda a documentação necessária. A revelação foi feita pela própria governadora, acrescentando: “Trabalhamos em silêncio e estamos torcendo para que tudo dê certo”.

O título de Cidade Patrimônio da Humanidade não assegura investimentos, mas também não é uma honraria qualquer. Se for contemplada, São Luís será automaticamente incluída no roteiro turístico mundial, podendo também atrair o interesse de instituições no sentido de restaurá-la e preservá-la.

No Palácio Henrique de La Rocque, a governadora e sua assessoria estão tomadas pela expectativa.

Fonte: O Estado do Maranhão, 21.03. 1997. p. 3.

Quadro 15 – Texto 1 – Patrimônio da Humanidade

A nota publicada no Jornal O Estado do Maranhão, do dia 21 de março de 1997, anuncia o título que a cidade estava prestes a receber nos próximos dias: “Patrimônio Cultural da Humanidade”. Apesar de a própria matéria marcar a possibilidade de a cidade conseguir a elevação, o enunciador já marca no título a certificação do fato.

O jornal situa-se ainda em um lugar enunciativo que apresenta o título como a promessa de desenvolvimento econômico para a cidade, ao articular discursos que denotavam a ampliação da noção de patrimônio cultural em todo o Brasil, como um dos efeitos da globalização. Desse lugar, o enunciador destaca a importância de ter aspectos da cultura local reconhecidos como patrimônio mundial para a inserção de um país e mesmo de um grupo

social na comunidade internacional, com benefícios não só políticos, mas também econômicos. Nessa discursividade, brota um conceito de cidade-patrimônio voltado para a dimensão econômica e desenvolvimentista.

Para enfatizar a honraria que a cidade teria, ao fazer parte desse grupo seletivo de cidades eleitas a Patrimônio Mundial, no texto, destacam-se as três cidades no Brasil que, na época, eram detentoras do título: Ouro Preto, Olinda e Brasília. Interessante notar que o enunciador enfatiza o que potencializou essas cidades para o recebimento do título – Ouro Preto destacou-se pelo acervo histórico e Brasília pelo caráter futurista. Igualmente em São Luís, “palco de lutas pela afirmação nacional”, coube ao Governo do Estado e à Governadora Roseana Sarney criar na cidade, por intermédio da “releitura da arquitetura portuguesa”, uma arquitetura única, que representasse uma identidade que pudesse disputar a lista do Patrimônio Mundial, conforme a justificativa do dossiê.

A UNESCO enviou uma missão para inspecionar o acervo para que fosse possível dar continuidade ao processo de recebimento do título. Nesse percurso de reconhecimento pela UNESCO em relação ao acervo e seu estado de conservação, o enunciador buscou enfatizar que o aval dos técnicos foi concedido, mas como disse Roseana: “[...] sem a interferência governamental”. Nesse enunciado, há a vontade de isentar a interferência do Governo do Estado no parecer concedido pelos técnicos da UNESCO.

Com o parecer inicial da UNESCO, que reconhecia o valor do patrimônio cultural do Centro Histórico de São Luís, foi firmada uma identidade à cidade, simbolizada por um dos mais “acabados exemplos” de cidade colonial portuguesa, representativos de nossa história. Dessa maneira, ao ser autorizada uma possível legitimidade dessa identidade pelos técnicos da maior instituição cultural do mundo, lutou-se pelo reconhecimento, em nível internacional, com a formalização do pleito.

Destacamos nessa matéria a construção não apenas de uma cidade, mas de um grupo político que buscou o título, conforme marca o texto, por meio de uma “luta” para que toda documentação necessária para o reconhecimento oficial como Patrimônio Cultural da Humanidade fosse entregue.

A voz da governadora tratou de revelar a atuação desse grupo específico, ao dizer: “[...] trabalhamos em silêncio e estamos torcendo para que tudo dê certo”. Esse “silêncio” em busca do título, mais do que uma surpresa pretendida, aponta para um processo que excluiu a população, uma vez que esta não foi devidamente mobilizada para a obtenção do título. Foram intelectuais e um grupo político restrito que “lutou” por este título e recebeu as honras por isso.

O enunciador marca os efeitos do reconhecimento oficial: “[...] o título de Patrimônio Cultural da Humanidade não assegura investimentos, mas também não é uma honraria qualquer. Se for contemplada, São Luís será automaticamente incluída no roteiro turístico mundial [...]”.

Há nesse discurso vozes que permeiam a atividade turística, que buscam alcançar metas com o recebimento do título e inclusão da cidade de São Luís no roteiro turístico mundial. Entretanto, é possível perceber não apenas as vozes da atividade turística como justificativa para restauração e preservação do patrimônio cultural, mas as vozes das políticas de preservação, que também tinham nítido interesse econômico pelo desenvolvimento do turismo. A campanha pelo recebimento do título representou, nesse sentido, uma chave que abria as portas da cidade e a incluíria no cenário nacional e internacional do turismo e dos investimentos externos. Assim, nos interstícios do dizer, a cidade, como detentora de um conjunto memorial significativo, seria projetada no futuro por meio de valores econômicos nela investidos. Na enunciação do jornal é, pois, edificada uma cidade em que o passado será a chave do seu futuro, da sua sustentabilidade.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (Texto 2)

São Luís do mundo

Podemos dizer que desde ontem a cidade mudou. Mudou? É a mesma e não é. E não há nisso nenhuma ambigüidade. Toda a população deve ser advertida para esse fato. É preciso compreender-se que São Luís não mudou em si mesma. Tem, porém, de estar mudada em nós, em nossa maneira de vê-la, de ter amor por ela. Não mudou de nome nem de lugar nem de destino. Não precisa de discutíveis cognomes para se identificar. Não é a Upaon-Açu dos indígenas, não se chama São Filipe, como pretenderam os portugueses, nem Atenas Brasileira como batizaram os esnobes, nem Jamaica Brasileira, como a apelidaram os colonizados atuais. São Luís é São Luís. É aliás mais São Luís do que nunca. E é mais do que do Maranhão. Já não é aquela cidade que, com diziam alguns, “por causa da concorrência de outras urbes, ficou reduzida a simples condição de capital regional”. São Luís já não está apenas situada no mapa do Brasil, como uma cidade esquecida, ilhada em quase todos os sentidos, ou como no mapa do mundo, como uma ilha lembrada e que agora começa a ocupar espaço universal. São Luís, porém, não é só geografia. São Luís é, sobretudo, história, arte, cultura, tradição, monumento erguido a memoráveis conquistas do homem no tempo. São Luís não é, pois, uma cidade qualquer, mas uma cidade da qual é lícito dizer que, por si mesma, no tempo e no espaço, firmou sua própria cidadania, se quisermos adequar aqui essa palavra de que tanto se abusa hoje em dia. Uma cidade cidadã e cidadã do mundo, pelo exemplo do que de humano suscita a força do atavismo, ao longo dos séculos e no suceder das gerações que, no empenho de trabalhar o futuro, foram deixando os marcos indelévels de sua iluminada trajetória. Lutas que às vezes exigiram o tributo de sangue, suor e lágrimas; consubstanciando assim a estrutura de uma destinação histórica da qual nos orgulhamos hoje. Um legado que custou o esforço de uma junção de raças – brancos, índios e negros – a quem devemos tudo quanto se acha reconhecido agora aos olhos do mundo. Patrimônio que começou a se formar desde o século XVII, quando para aqui trouxeram o sonho de uma França Equinocial que não vingou. Talvez começasse já ai uma outra tradição paralela, a de apelidos estrangeiros para a cidade que, apesar de tudo, continuou mantendo a sua identidade, e não sendo nem França, nem Atenas, nem Jamaica, é a São Luís dos sobradões, dos mirantes e dos azulejos. A São Luís

dos poetas, das palmeiras e dos sabiás.

Patrimônio, como se sabe, significa, antes de tudo, herança paterna. No caso, herança de nossos antepassados, de nossos avoengos. Trata-se de uma herança riquíssima, até porque não se compõe de bens físicos, o que já seria uma preciosidade, visto que nosso acervo arquitetônico é dos mais importantes do país, caracterizado por seus azulejos, seus mirantes e sacadas e por seu desdobramento de telhados que nos dão uma visão mais de tempo que de espaço, como se o passado, alargando-se em asas imponderáveis, pousasse sobre os velhos casarões e pairasse acima deles a visível leveza dos séculos.

Mas a herança se faz maior, porque também decorre de bens intelectuais, espirituais, morais e religiosos, num complexo sócio-cultural que muito cedo nos projetou nacional e internacionalmente. É notório o número de espíritos vanguardistas que o Maranhão lançou no mundo das letras a partir de sua autonomia literária, quando surgiu o histórico Grupo Maranhense, com o predomínio do neoclássico e do romântico, sobrelevando-se aí o maior vulto da poesia americana, dando voz ao nosso espírito de brasilidade.

Portanto, o reconhecimento de São Luís como Patrimônio da Humanidade é uma vitória do passado e do presente do nosso povo; responsabilidade imensa que cabe agora a todos nós. Muitos lutaram por um futuro que hoje é passado e nós temos que honrar cada vez mais esse passado para que tenhamos um futuro ainda melhor. Somos os herdeiros do que pode haver de mais belo e mais precioso que é a glória eternizada da memória de um povo, a servir de exemplo para o mundo. São Luís é hoje mais São Luís do que nunca. Todo o Maranhão está de parabéns, engrandecido que também se acha com a projeção de sua capital. E feliz o governo que, com seu decidido empenho, marcou a culminância desse trabalho de tantas e tantas gerações, através dos séculos.

(José Chagas).

Fonte: O Estado do Maranhão, 03.12. 1997

Quadro 16 - Texto 2 - São Luís do mundo

Nessa matéria do O Estado do Maranhão, de 3 de dezembro 1997, configurada na primeira página, destaca-se a voz de um intelectual para refletir sobre o título concedido à cidade de São Luís, como “Patrimônio Cultural da Humanidade”. Esse enunciador fala a partir de um lugar de onde é possível avaliar o recebimento do título porque ele detém um saber sobre a memória da cidade.

Na fala do poeta José Francisco das Chagas, o debate é ampliado para as questões relativas à cultura, à identidade da cidade. O poeta inicia o texto problematizando justamente qual a identidade que a cidade iria adquirir daquele momento em diante:” Podemos dizer que desde ontem a cidade mudou. Mudou? É a mesma e não é. (...) Toda a população deve ser advertida para esse fato”. Além de manifestar que as identidades de São Luís, várias por sinal: “não é Upaon-Açu dos indígenas, não se chama São Felipe, como pretenderam os portugueses, nem Atenas Brasileira, como batizaram os esnobes, nem Jamaica Brasileira, como apelidaram os colonizadores atuais”.

Esse enunciador, apesar de ser um intelectual, exclui-se desse grupo para criar um efeito de pertencimento ao popular, quando diz: “nem Atenas Brasileira, como batizaram os esnobes”. O enunciador faz valer, então, a ideia de que a cidade, a partir do título de Patrimônio cultural, adquiriria uma identidade universal. Os territórios físicos não mais

seriam fronteiras a serem quebradas, pois a cidade seria mundialmente reconhecida. Os territórios simbólicos da cidade circulariam universalmente.

O enunciador situa-se no discurso da singularidade, torna particular a história, a memória, e a herança cultural da cidade, que culminou com seu título. Sendo assim, São Luís não precisaria de nem um artifício para consagrar-se como um exemplo único, quando diz: “São Luís é São Luís. E, aliás, mais São Luís do que nunca. E é mais do que do Maranhão”. No último período, ele confere uma identidade universal à cidade.

O conceito de patrimônio que emerge nesse texto distingue-se daquele outrora atrelado à arquitetura colonial, aos bens tangíveis, portanto. Para o poeta: “patrimônio como se sabe, significa, antes de tudo herança paterna. No caso, herança de nossos antepassados, de nossos avoengos. Trata-se de uma herança riquíssima, até porque não se compõe só de bens físicos [...]”. Esse conceito é reforçado em: “mas a herança se faz maior, porque também decorre de bens intelectuais e espirituais, morais e religiosos, num complexo sócio-cultural”. Desse modo, é evocada uma noção de patrimônio que se articula fortemente ao conceito atual que envolve o termo: o de bem imaterial.

Na visão do poeta, o patrimônio não é algo estático; é dinâmico e configura-se em um processo de construção e desconstrução permanente, numa relação dialética entre o passado e o presente, quando enfatiza: “[...] o reconhecimento de São Luís como Patrimônio da Humanidade é uma vitória do passado e do presente do nosso povo, como uma responsabilidade imensa que cabe agora a todos nós”. O título não consagrou somente as construções e um passado histórico, mas o presente e a sociedade atual. Assim é construída uma cidade edificada sobre uma temporalidade heterogênea, que agrega o tempo passado e o tempo presente.

Após explicitar todos os fatores que transformaram a cidade em “São Luís do Mundo”, o enunciador encerra seu discurso parabenizando o governo da época: “e feliz o governo que, com seu decidido empenho, marcou a culminância deste trabalho de tantas e tantas gerações, através dos séculos”. O enunciador não deixa de registrar o empenho do governo que venceu uma “luta” já travada por outros governos. Nesse aspecto, ficam nas margens desse dizer as relações do que é dito com os aspectos sociais e políticos que envolvem o funcionamento do texto jornalístico, isto é, suas filiações políticas, o perfil do leitor, a sua linha editorial.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (Texto 3)

Patrimônio do mundo

O reconhecimento de que São Luís é uma das mais belas cidades brasileiras é antigo e recorrente. Quase se poderia dizer que se constitui uma unanimidade, a julgar por muitos visitantes ilustres que por nossa cidade passaram e sobre ela deixaram depoimentos consagradores, a exemplo de sábios europeus e norte-americanos, sobretudo na primeira metade do século XIX.

De fato, São Luís, com seu casario harmônico, quando vista do mar, é o presépio à lembrança de Bandeira Tribuzi. Ou, muitos anos antes, o “petit palais de porcelaine” proclamado pelo francês Paul Adam.

Hoje, toda essa beleza singular da capital maranhense vem de ser oficialmente reconhecida e proclamada pela Unesco, o órgão das Nações Unidas que para isso tem competência específica.

Somos, todos, as felizes testemunhas de um fato histórico e altamente significativo não somente para o Maranhão, porque importante também para o Brasil, que vê aumentar sua lista de bens culturais internacionalmente reconhecidos.

A declaração da Unesco, que eleva São Luís à honrosa categoria de Patrimônio da Humanidade, é trabalho de muitos, desde nossos antepassados que aqui construíram uma cidade tão singularmente bela.

Resulta esse feito da competência e da dedicação de técnicos, artesãos, operários e tantos mais, que de tão numerosos, é impossível nominar.

Mas a homenagem a todos pode ser legitimamente expressa na figura maior da luta que resultou na vitória de hoje: a governadora Roseana Sarney, a cujo empenho é devida a inscrição de São Luís como Cidade Patrimônio Cultural e Artístico da Humanidade.

Fonte: O Estado do Maranhão, 07.12. 1997. p. 9.

Quadro 17 - Texto 3 – Patrimônio do mundo

Primeiramente devemos ressaltar que essa nota do dia 7 de dezembro de 1997, publicada n’O Estado do Maranhão, está em um dos encartes (em meio a tantos outros), denominado de PH Revista. Trata-se de um caderno especial para falar das questões culturais do estado.

Em tom laudatório, o texto traz à tona aspectos da história de São Luís, que vão desde o século XVIII e XIX, até o ano de 1997, quando São Luís foi eleita Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ao pontuar, inicialmente, que um “reconhecimento” anterior ao ser oficializado pela UNESCO, relativo à beleza da capital, já havia sido referendado: “o reconhecimento de que São Luís é uma das mais belas cidades brasileiras é antigo e recorrente” e esse reconhecimento foi realizado por visitantes “ilustres”, “sábios europeus e norte-americanos”, o enunciador instaura representações historicamente construídas em torno da “superioridade” desses povos em relação ao Brasil, em relação ao Estado maranhense. Para ele, a UNESCO só reiterou aquilo que outras autoridades já haviam patenteado.

Vale lembrar que o autor se reporta, nesse parágrafo, a um período muito importante da história do Maranhão – a primeira metade do século XIX, referente a uma

efervescência cultural na capital e a presença do chamado Grupo Maranhense, ao qual São Luís deve em parte a identidade de Atenas Brasileira.

O reconhecimento deve-se, também, ao casario edificado pelos portugueses: “[...] de fato, São Luís, com seu casario harmônico, quando vista do mar, é o presépio que veio a lembrança de Bandeira Tribuzi”. Nesse enunciado, uma figura emblemática aparece construindo um sentido a partir desse dizer: o poeta Bandeira Tribuzi.

Mediante a figura de Bandeira Tribuzi, o enunciador, ao rememorar as lembranças (sobre a cidade) deste poeta, de ativa participação jornalística em São Luís, companheiro de Sarney, com quem fundou o jornal O Estado do Maranhão, estabelece uma representação de São Luís a partir de um ângulo: o do harmônico conjunto arquitetônico da cidade. O recurso de tomar o casario como singularidade imagética, identidade patrimonialista de São Luís, pontua a sua força de simbolização, e de semantização que consolida a ligação entre a cidade e a história. O casario é tomado pelo enunciador para justificar a aproximação, simbólica, do significado entre a imponência da arquitetura e a magnitude que o título conquistado sugere.

O reconhecimento também ocorre por intermédio da voz do francês Paul Adam, que se configura uma outra e ainda importante característica de suntuosidade atribuída à cidade – os azulejos. O visitante francês Paul Adam ficou fascinado diante dos ricos azulejos que aqui encontrou, denominando a cidade de São Luís como “la petite ville aux palais de porcelaine”. O destaque da cidade nesse sentido está ligada ao seu conjunto arquitetônico e, por conseguinte aos azulejos, que marcaram fortemente os aspectos das construções locais. A função do azulejo como suporte do imaginário é uma das aplicações exploradas nas demais colônias portuguesas, conferindo-lhes especial originalidade. O azulejo assume em São Luís, além das funções decorativas, funções simbólicas estritamente relacionadas ao imaginário e à tradição portuguesas. O sugestivo cognome “Cidade dos Azulejos” provém desse sentimento de originalidade e singularidade que, historicamente, ligou-se ao conjunto arquitetônico. Nesse texto, podemos observar que ainda é muito forte o conceito de patrimônio material.

O enunciador revela uma voz que oficializa a beleza singular da capital maranhense, representada pelo órgão das Nações Unidas, a UNESCO. Este importante órgão cultural autenticou uma identidade que estava sendo restaurada pelo poder público e por uma elite intelectualizada da comunidade ludovicense. A voz da Unesco representa o lugar de autoridade competente para oficialmente legitimar o patrimônio cultural da cidade, quando diz o texto: “[...] para isso tem competência específica”.

No início do quinto parágrafo, o enunciador mobiliza um *nós*, que denota uma coletividade. Instaure uma historicidade que traz o passado como condição para compreender

o presente; podemos perceber isso no seguinte parágrafo: “a declaração da UNESCO, que eleva São Luís à honrosa categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, é trabalho de muitos de nossos antepassados que aqui construíram uma cidade tão singularmente bela”.

Ele reconhece que o título é um processo histórico, um trabalho de muitos, mas não deixa de exaltar o trabalho da governadora, no último parágrafo, a quem delega a imagem de lutadora:

Mas a homenagem a todos pode ser legitimamente expressa na figura maior da luta que resultou na vitória de hoje: a governadora Roseana Sarney, a cujo empenho é devida a inscrição de São Luís como Cidade Patrimônio Cultural e Artístico da Humanidade (O ESTADO DO MARANHÃO, 07.12.1997, p. 9).

Por meio dessa discursividade é construída entre os leitores uma noção de patrimônio pautada na ideia *de pedra e cal* e, também, mas de forma mais tímida, nas riquezas imateriais da cidade, como terra de intelectuais. O enunciador afirma que a construção desse patrimônio foi um feito de alguns atores sociais, que envolvidos neste trabalho de recebimento do título, trabalharam com “competência e dedicação”, como: “técnicos, artesão, operários e tantos outros, que de tão numerosos, é impossível nominar”.

Por meio dessa atividade discursiva, dos constantes diálogos com a história e a memória, além da imagem de São Luís como cidade-patrimônio, o jornal constrói a imagem da governadora como a grande mentora desse projeto.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (texto 4)

“Eu tenho orgulho de São Luís”

Nesta entrevista exclusiva, a governadora Roseana Sarney fala da emoção de receber em Nápoles o anúncio do reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade e condena a tentativa de usurpação do título com motivos eleitorais. Como chefe da delegação brasileira que foi a Nápoles para, na primeira semana de dezembro, participar da XXI Conferência da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a governadora Roseana Sarney viveu momentos de muita emoção. Afinal, São Luís do Maranhão, cidade onde nasceu, estudou, constituiu família e onde mora, era o único bem material brasileiro de toda a América do Sul em julgamento, na ocasião. Quando o resultado foi proclamado, encerrava-se um processo iniciado há menos de dois anos, quando, em Paris, a governadora formalizou a candidatura de São Luís à Lista do Patrimônio Mundial, categoria a que estão elevadas poucas cidades do mundo, entre as quais apenas quatro cidades brasileiras.

[...]

O Estado - Esse título, governadora, aumenta as responsabilidades do poder público com a cidade, principalmente com o seu centro histórico. O governo do Estado tem algum projeto especial nesse sentido?

Roseana - Vamos realizar o maior projeto de recuperação de um Centro Histórico no país. Para tanto, estamos finalizando negociação com o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) para obtenção de crédito para investimento em obras de infra-estrutura nos centros históricos de São Luís e de Alcântara,

através do PRODETUR. Juntamente com recursos do BID-Cultura e recursos próprios, estamos aplicando cerca de R\$ 70 milhões na reconstrução da infra-estrutura das ruas, com sistemas de água, energia e esgotos subterrâneos, a restauração de prédios e a construção do terminal marítimo do Portinho. A maioria dessas obras estará concentrada no bairro do Desterro, que é uma área do centro histórico que precisa de muito cuidado e atenção.

E já estamos realizando muitas obras de valorização do centro histórico, com a restauração do Palácio dos Leões, da Catedral Metropolitana, do Museu Histórico e Artístico, que está fechado há muitos anos; da Biblioteca Pública, que está sendo climatizada e informatizada; da revitalização da Madre Deus, com o projeto Viva Madre Deus, que transformou o centro do bairro num belíssimo teatro a céu aberto, palco das nossas mais clássicas manifestações populares.

O fato é que o governo do estado transformou São Luís num canteiro de obras. Além das intervenções no centro histórico, precisávamos melhorar a infra-estrutura urbana da cidade, preparando-a para um novo tempo e melhorando a qualidade de vida da população. É por isso que o governo está investindo aproximadamente R\$ 70 milhões na ampliação da rede de distribuição de água, beneficiando mais de 150 mil pessoas na capital com água tratada e de qualidade. E estamos concluindo a duplicação dos 35 quilômetros da BR-135, que vai mudar o aspecto visual da cidade em sua entrada; estamos urbanizando também a Avenida Guajajaras, na Cohab, numa obra que vai envolver a construção de nova rede de água e esgotos; está quase pronta a duplicação da estrada de São José de Ribamar no trecho entre Estiva e o Maiobão; terminamos o asfaltamento da estrada Maioba - Entrada da Raposa, ligando aquela região à estrada de Ribamar; estamos asfaltando a estrada do Quebra-Pote; ainda esta semana vamos inaugurar o elevado João do Vale, no Calhau, que vai melhorar o fluxo de veículos em São Luís e vamos começar em seguida o elevado da Cohama. No início do ano inauguraremos o novo Aeroporto de São Luís.

O Estado – Voltando ao Patrimônio da Humanidade...Governadora, há pessoas afirmando serem responsáveis por esse título...

Roseana – É uma pena que se tente reduzir um tema tão relevante que diz respeito à história e à identidade cultural de nossa cidade, a uma questão puramente eleitoreira, fruto do egoísmo e outros sentimentos mesquinhos. O centro histórico de São Luís não é obra de alguém individualmente e não foi construída por nenhum de nós, contemporâneos, por mais velhos que sejamos. A Praia Grande e o seu entorno nos foram legados por gerações e gerações de portugueses, negros, índios e por seus antecessores franceses e holandeses, pela gente simples e anônima que construiu a nossa história, nossos heróis, artistas, poetas, enfim, pelos testemunhos vivos de um tempo que não volta, mas que precisa ser lembrado e preservado.

Outro governador poderia, se quisesse, ter candidatado São Luís para integrar-se a esse clube seletor da Unesco. E por que não o fez? Se o Projeto Reviver, excelente projeto que contou com todo apoio e o entusiasmo do Presidente Sarney, era suficiente para justificar o título, por que nunca procuraram a Unesco com esse objetivo? Ora, foi preciso que eu chegasse no governo e acreditasse nessa possibilidade e por ela brigasse durante quase dois anos para que se transformasse em realidade. Se tenho algum mérito nessa história, é o de sempre ter acreditado no valor histórico de São Luís e ter eleito essa questão como uma bandeira de luta. Fui pessoalmente a Paris inscrever a cidade. Constituí um grupo técnico da maior categoria e fizemos o acompanhamento passo a passo do projeto. E assumimos o compromisso de preservar e proteger a cidade. Porque uma das razões da aprovação do projeto é justamente o envolvimento das autoridades e da população com o centro histórico. A Unesco identificou o fato de que o povo de São Luís ama a cidade e cultua o seu passado histórico.

O Estado - Qual o resultado prático desse reconhecimento mundial? Que benefícios a cidade pode esperar do título?

Roseana – O resultado concreto vai ocorrer a médio e longo prazo. O primeiro efeito é a ampla exposição de São Luís no mundo inteiro. Logo após o meu retorno a São Luís, ao acessar a internet, esse sistema mundial de comunicação, tive uma surpresa: São Luís já consta do *site* da Unesco. Ou seja, quem acessar hoje a Unesco pela internet, em qualquer parte do mundo, vai se deparar com São Luís do Maranhão, apresentada como uma das jóias do mundo, uma referência cultural para toda a humanidade. Essa projeção

que São Luís passa a ter em todos os meios de comunicação social facilitará a obtenção de recursos de fundos internacionais envolvidos com a questão do patrimônio histórico. As chances de aprovação dos recursos do BID, neste momento, são muito maiores do que antes. Com as obras, o centro histórico revitaliza atividades importantes, criando um mercado de trabalho específico para aquela área. Em seguida, e de maneira inevitável virá o turismo cultural, para o qual a cidade precisa se preparar. O governo do estado está fazendo a sua parte.

O Estado – Como tem sido o relacionamento do governo do Estado com a prefeitura de São Luís nesse processo de reconhecimento de São Luís?

Roseana – Tem sido o melhor possível. A rigor, a prefeitura não participou do processo, mas, uma vez alcançada a primeira vitória, que foi a aprovação da proposta técnica em julho deste ano, e evidenciadas as chances de sua homologação, o prefeito Jackson Lago incorporou-se, a meu convite, à delegação brasileira que foi a Nápoles, e ali acompanhou com o mais vivo interesse e entusiasmo a votação definitiva e a proclamação do resultado. Comemoramos juntos o resultado. E não poderia ser diferente. Jamais poderíamos nessa hora estar separados por questões meramente partidárias ou eleitorais. O interesse da cidade e dos cidadãos está acima de qualquer interesse. Aliás, devo assinalar que, nesse aspecto, tenho mantido o melhor relacionamento institucional com o prefeito Jackson Lago. Dentro de minhas possibilidades, vou continuar trabalhando em benefício da cidade, realizando obras importantes e indispensáveis para o novo tempo de prosperidade que está chegando.

O Estado – Governadora, que avaliação a senhora faz do ano que está terminando? Vamos entrar em 98 com boas perspectivas?

Roseana – Para o Maranhão, 98 (*sic*) foi um ano bom. O País inteiro foi sacudido por uma onda de intranquilidade, felizmente, não nos afetou. Houve rebeliões de policiais, motins em presídios, quebra-quebra em Estados, atrasos de salários, escândalos de precatórios etc. etc; e nada disso aconteceu no Maranhão. Vivemos esse ano em clima de paz e muito trabalho. Como resultado da política de austeridade, transparência e honestidade que adotamos, o Maranhão surgiu aos olhos do país como uma ilha de tranquilidade. Em parte, com razão. Apenas três ou quatro Estados no Brasil pagaram rigorosamente em dia os seus funcionários. O Maranhão foi um deles. Agora mesmo, estamos pagando a segunda parcela do 13º (a primeira foi paga em julho) e o mês de dezembro, e nos próximos dias entregaremos o Calendário de Pagamento de 98. Ou seja, em 98, todos já têm a garantia do pagamento do seu salário em dia, podendo, portanto, programar o seu orçamento e sua vida familiar. Pagamos também os nossos fornecedores e estamos realizando um programa de obras admirável. Basta ver o programa rodoviário: nunca se construíram e recuperaram-se tantas estradas em tão pouco tempo. São mais de 1.500 quilômetros. Veja-se, por exemplo, a BR-230, que está ligando Balsas a Barão de Grajaú, com mais de 400 quilômetros, e retirando do isolamento e da solidão uma das mais importantes regiões do Estado. E a Br-226, ligando Barra do Corda a Grajaú e depois a Porto Franco, com mais de 200 quilômetros. E MA-006, ligando Balsas a Tasso Fragoso. Quem viaja, sabe a dimensão da obra que estamos realizando em todo o Maranhão. Avançamos na educação com o Programa de Aceleração Escolar e, agora, com o Programa Toda Criança na Escola; reduzimos a mortalidade infantil; somos hoje líder nacional em número de assentamentos de trabalhadores rurais; e temos um programa de ação social de grande envergadura, com o Programa do Leite, o Programa do Primeiro Emprego, Mutirão Habitacional, e Viva Luz, entre tantos outros. E eu acredito que 98 será um ano de consolidação dos avanços que temos obtido. Se Deus quiser, o ano novo será de muita prosperidade, muita paz e justiça.

Fonte: O Estado do Maranhão, 19.12.1997. p. 3.

Quadro 18 - Texto 4 - “Eu tenho orgulho de São Luís”

A entrevista publicada em 19 de dezembro de 1997, com a então governadora Roseana Sarney, configura-se em duas páginas inteiras e nela Roseana Sarney defende seu ponto de vista sobre o reconhecimento de São Luís como Patrimônio da Humanidade. A governadora, motivada pela pergunta, fala da emoção de receber o título em Nápoles, do anúncio do reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade e condena a tentativa de usurpação do título com objetivos eleitorais. O título da matéria, “Eu tenho orgulho de São Luís”, posta inclusive entre aspas, denotando uma heterogeneidade marcada, enfoca basicamente o discurso da celebração na voz da governadora.

Ao ser questionada sobre a emoção sentida no recebimento do título, Roseana revela que foi por seu intermédio que o processo de obtenção desse título se fez: “[...] protocolei junto à UNESCO, em Paris, o pedido de inscrição de São Luís nesse clube seletíssimo [...]”. O verbo “protocolei”, na primeira pessoa do singular, legitima esse ato como uma luta da própria governadora, que acrescenta mais adiante: “a luta em que poucos acreditavam, valera a pena”. Essa luta de fato se resume no interesse de poucos, que eram intelectuais e um grupo político restrito.

Mais uma vez o Jornal destaca que o esforço no sentido de defender e preservar uma autêntica identidade cultural maranhense elevando-a à categoria “mundial” deixou grande parcela da população à margem do processo de obtenção do título. Inclusive a própria governadora acentua o papel do Estado face à omissão da Prefeitura, ao declarar: “a rigor, a prefeitura não participou do processo [...]”. Isso fica mais evidente quando a governadora toma o título para si e para um pequeno grupo quando afirma: “fui pessoalmente a Paris inscrever a cidade. Constituí um grupo técnico da maior categoria e fizemos o acompanhamento, passo a passo do projeto. E assumimos o compromisso de preservar e proteger a cidade”. Por esse discurso, a população não somente não participou do processo de candidatura, já que todas as ações se resumiram a um grupo específico, como não assumiu o dever de preservar e proteger, mas, sim, um pequeno grupo. Frente a tantos verbos conjugados na primeira pessoa e na terceira quando se relaciona a um grupo de trabalho do governo, fica difícil desvincular o título de uma minoria e não se questionar sobre os objetivos desse processo de candidatura.

No que se refere à população, a governadora Roseana Sarney revela um outro discurso, o da UNESCO: “[...] a UNESCO identificou o fato de que o povo de São Luís ama a cidade e cultua o seu passado histórico”. Isentando-se desta vez de quaisquer artifícios que pudessem ter influenciado na candidatura, a governadora busca justificar o recebimento do

título tomando a UNESCO como porta-voz do povo. De modo que se a UNESCO havia reconhecido a participação do povo, logo o título não era posse de ninguém.

Como diria Gonçalves (2002, p. 8), “uma cidade pode vir a ser construída discursivamente, como uma política cultural visando à recuperação, defesa, preservação do patrimônio”. Foi exatamente assim, pautado num discurso preservacionista, que o poder público procurou captar recursos internacionais, a fim de “preparar a cidade para um novo tempo”, como coloca a governadora em seu discurso. O “novo tempo” que ela se refere funciona como um paradoxo: de um lado, temos o reconhecimento mundial do patrimônio histórico, artístico e paisagístico de São Luís, e do outro uma cidade que entra na era da modernidade. Destacamos, também, nesse enunciado ecos de outro dizer, o *slogan* “Maranhão, um novo tempo”, mote da primeira administração da governadora, compreendida entre os anos de 1994 a 1998.

Como “resultados práticos” e benefícios advindos desse título, a governadora afirma que: “o primeiro efeito é a ampla exposição de São Luís no mundo inteiro”. A projeção mundial (pensada primeiro) era na verdade uma garantia de investimentos internacionais. A exposição de São Luís, através da Lista, seria o ponto inicial para que a cidade tomada naquele momento como referência cultural da humanidade, fosse capaz primeiramente de trazer investimentos externos dos órgãos voltados para a questão da preservação, e somente num segundo plano e quase que “inevitavelmente”, como afirmou Roseana Sarney, viria o Turismo Cultural.

Apesar de ser visto ainda como uma segunda meta a ser alcançada, a cidade neste momento já pôde ser investida com a característica turística, dada a sua nova configuração no cenário mundial, pois o próprio título se encarregaria de projetá-la no mercado turístico internacional. A ênfase dada ao turismo pode ser interpretada, aqui, mais como uma justificativa para o desenvolvimento econômico. Para todos os efeitos, entretanto, é contra o pano de fundo do entrecruzamento de processos históricos distintos – alguns locais, outros regionais, outros internacionais – que o discurso do turismo começa a se propagar na cidade de São Luís e sua história definitivamente começa a ser escrita.

A noção de patrimônio atrela-se, pois, a questões econômicas e os meios de comunicação contribuem para a difusão da cidade de São Luís enquanto referência mundial, para a captação de recursos: “essa projeção que São Luís passa a ter em todos os meios de comunicação social facilitará a obtenção de recursos internacionais envolvidos com a questão do patrimônio histórico”, afirma Roseana.

Subjacente a todo esse enunciado encontramos ecos, vozes heterogêneas, interesses que se cruzam com a divulgação do título de “São Luís: cidade patrimônio cultural da humanidade”. É o caso, por exemplo, da última pergunta que O Estado faz à governadora: “Governadora, que avaliação a senhora faz do ano que está terminando? Vamos entrar em 98 com boas perspectivas?”, à qual a governadora responde com uma lista de suas ações administrativas do ano de 1997.

Conforme Carvalho (2009), a mídia estabelece disputas por hegemonias; sua proposta é ser uma aliança entre tecnologia, comunicação e capital, mas o que vemos, nas matérias avaliadas, é um forte elo entre a comunicação e a política, não destinada simplesmente para a geração de lucros, mas para a fomentação do poder, por meio de votos, utilizando-se para isso um discurso fundado em um jogo de interesses, com vistas à legitimação de uma ideologia dominante. Há, na entrevista, a voz do poder falando pela voz da elite; enquanto a matéria jornalística carrega uma perspectiva de impessoalidade.

A análise dessas matérias também sugere, em linhas gerais, que o saber popular não era ainda reverenciado como digno de ser patrimonializado e, assim, era construída uma noção de espaço voltado para aspectos elitizados da sociedade. Mas, diante de tantas transformações pelas quais passou a sociedade, foi preciso inserir a noção de patrimônio imaterial no discurso de “São Luís: Patrimônio cultural da humanidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou formulações teóricas do Círculo de Bakhtin, principalmente, os conceitos de signo, palavra, enunciado, dialogismo, sujeito, gênero, cronótopo, articulados à história e memória, para a leitura das políticas de preservação patrimonial da cidade de São Luís, legisladas no período de 1978 a 1997. Discutiu os conceitos de cidade, memória e patrimônio, para compreender a emergência das políticas de preservação patrimoniais. Analisou *corpora* constituídos por leis, programa e subprograma que compõem as Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís, à luz do conceito de dialogismo e cronótopo, buscando nesses documentos a forma como são representados sujeito, espaço e tempo no conceito de patrimônio e de que maneira esses enunciados são articulados pelo poder político na construção do conceito de cidade.

Por meio das análises realizadas verificamos que os bens que integram o patrimônio cultural são, em geral, selecionados para tombamento em função de sua inclinação a expressar a história oficial como suposta síntese da memória, tradição e identidades nacionais.

O patrimônio é um meio de transmissão das tradições culturais, um veículo de conservação de identidade e por isso os grupos e as nações são levados a ressignificar seu patrimônio para codificar suas referências. O patrimônio, assim como o monumento, é lugar de falas sobre a memória, um lugar de eleição de discursos sobre a história. O princípio dialógico da linguagem permite-nos observar que o patrimônio é, pois, elemento da construção e enunciação da História, e nele encontram-se muitos enunciadores que se situam e enunciam a partir de diferentes perspectivas.

Na análise do percurso histórico das políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís constatamos como o conceito de patrimônio gera contornos peculiares à noção de espaço e tempo, delineando características decisivas na configuração da cidade de São Luís, pensada nesses textos como um lugar de encontro entre passado, presente e futuro. Verificamos nos documentos oficiais como o sujeito que fala sobre a preservação promove uma noção de tempo e espaço para a cidade, sempre ancorado no momento de sua veiculação, por isso, o espaço proposto nesses textos é permeado de valores que refletem a contemporaneidade, é um espaço pensado, por exemplo, para a produtividade, para a geração de lucros, aspectos constitutivos da sociedade de consumo. O passado é, portanto, nesses

documentos, uma construção contemporânea, recriada como resposta às indagações econômicas e políticas do presente.

O legado cultural de São Luís que se constitui ao longo do tempo permite à cidade o título maior de Patrimônio Cultural da Humanidade, fato que desencadeou um processo de promoção econômica e sócio-cultural da cidade, cujos desdobramentos ainda são vivenciados.

Há diálogos das políticas de preservação com as políticas da UNESCO, sendo que estas estão em sintonia com o grande capital, com os grandes órgãos de preservação, órgãos estes que produzem uma visão monumentalista do patrimônio, visão do turismo cultural como prática revitalizadora de áreas históricas degradadas. A análise do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCH) demonstrou que a concepção de patrimônio e daquilo que é digno de ser preservado na memória coexistem com um amálgama de interesses políticos, econômicos e valorativos da atualidade. Assim, o sujeito promovido nos documentos corresponde aos sujeitos da história oficial, bem como o espaço e o tempo do Centro Histórico são dimensões construídas a partir de uma perspectiva da história oficial.

As análises das matérias do Jornal O Estado do Maranhão evidenciaram estratégias discursivas adotadas pela mídia impressa local para a construção da noção de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, conferida a São Luís do Maranhão e mostraram, também, como esse tema foi alvo de interesses políticos dos Sarney, grupo de maior dominação política local.

Os documentos denotam que o Estado emerge nessas políticas como órgão centralizador, que propõe o que deve ser preservado ou lembrado, deixando a população à margem do processo. Identificamos, nas políticas avaliadas, um silenciamento de sujeitos e de espaços que se configuram como o *outro*, o estranho à ideia de patrimônio em São Luís.

As materialidades analisadas apontam uma regularidade na dispersão sobre a ideia de patrimônio que construiu a cidade de São Luís como um bem da humanidade. Neles, o conceito de patrimônio não revela a pluralidade cultural brasileira, configurando-se em recurso que cria uma representação unilateral de unidade coletiva.

Confirmamos a hipótese de que as políticas de preservação da capital maranhense, no período entre 1978 a 1997, passam por orientações diferentes (porém complementares) entre si. Vimos que diferentes gêneros discursivos como as leis, o PPRCH e os subprogramas de fins, construíram o espaço da cidade e o reconfiguraram como patrimônio. Para isso, os procedimentos discursivos de construção da identidade da cidade investiram de sentido o espaço e o tempo e as relações entre discurso e poder. Entre os procedimentos destacamos os diálogos com documentos como as Cartas de Veneza e Atenas, as relações dialógicas com

aspectos históricos e sociais que permeiam as noções de patrimônio, e a ancoragem desses documentos em um tempo e um espaço em que são veiculados.

Os discursos da preservação e do patrimônio surgem em meio a conflitos da modernidade, especialmente da tecnologia e do progresso desenvolvimentista, que em nome de um ideal civilizatório colocou em risco tanto a natureza como a tradição; silenciar aspectos polêmicos como o passado escravocrata de São Luís foi uma forma de resolver conflitos entre muitos sentidos contraditórios, na justificativa do dossiê de candidatura da cidade ao título de cidade Patrimônio Cultural da humanidade.

A análise dos jornais mostra que a mídia presta-se a um jogo de afirmação de poderes políticos. Ela estabelece disputas por hegemonias, em uma rede que alia tecnologia, comunicação, capital e política, promovendo domínios, fomentando votos, com vistas à consolidação de uma ideologia dominante. Desse modo, o objetivo de divulgar imparcialmente informações deixa de ser a tônica no jornal O Estado do Maranhão, no processo de emergência do título de cidade patrimônio conferido a São Luís. A análise dessas matérias também sugere, em linhas gerais, que o saber popular não era ainda reverenciado como digno de ser patrimonializado e, assim, era construída uma noção de espaço voltado para aspectos elitizados da sociedade.

A partir desse estudo sugerimos o desenvolvimento de pesquisas sobre as políticas de preservação do patrimônio imaterial, na São Luís atual. Seriam trabalhos importantes, na área de Turismo, avaliar a forma de identificação da população com esse outro conceito de patrimônio. Ainda mereceriam destaque algumas pesquisas voltadas para a análise da história e das memórias que são, atualmente, trazidas à tona na emergência da noção de patrimônio imaterial. Outro aspecto que poderia ser ainda estudado é o fato de a maioria dos cidadãos de São Luís não perceber a importância da preservação do patrimônio, e às vezes, ainda desconhecê-lo. A que isso se deve é um questionamento que mereceria uma reflexão.

Esta tese mostra que as orientações dos estudos do discurso são essenciais para a compreensão da articulação dos cronótopos de cidade, nas políticas de preservação do patrimônio, e que os estudos que envolvem discurso e turismo constituem um amplo campo para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina. C.; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2004.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANDRÉS, Luiz Felipe de Carvalho Castro et al. **Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichoromo, 1998.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v.11, n. 23, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005>. Acesso em: 15 set. 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

AZEVEDO, Paolo. Evolucion de las politicas referentes a los centros históricos en Brasil. In: UNESCO. **Orcal. Rehabilitación integral em áreas e sítios históricos latino-americanos**. Roma: Instituto Latino Americano, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Mikhail Bakhtin em diálogo- Conversas de 1973 com Victor Duvakin**. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2008.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Bernardini et al. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Ed.UNESP, 1990.

_____. **Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec/Ed.UNESP, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Panchel. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Ed. Nacional; Universidade de São Paulo, 1976.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p.133-157.

_____. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de Julho de 1933**. Que dispõe da organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1933.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937.** Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929 - 1989).** A revolução francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

_____. **A Escrita da História.** São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

_____. História como memória social. In: BURKE, P. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do séc. XIX.** São Luís: SIOGE, 1981.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: olhares transversos sobre sustentabilidade e turismo.** 2010. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim. **O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da coca-cola.** São Paulo: EDUNESP, 2009.

CARTA de Veneza. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2007.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort. **A genealogia do patrimônio em São Luís: da Athenas à capital da diversidade.** 2009. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento.** Brasília: UNB, 2004. p. 2-21. (Série Antropologia). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/Dan/serie354empdf.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CASTRO, Celso. História, cultura e patrimônio documental. In: _____. **Pesquisando em arquivos.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** [S.l.:s.n], 1990.

CHAGAS, José. São Luís do mundo. **O Estado do Maranhão,** São Luís, 3 dez. 1997. p. 3.

CHAUÍ, Marilena. Contingência e Necessidade. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, G. **Álbum Maranhão**. [S.l.]: O Autor, 1908.

D'ABEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terra circunvizinhas (1632)**. Belo Horizonte: Itatiaia & São Paulo, 1975.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Ed. Pontes, 1999. p. 23-32.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, 2007. v.1.

_____. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DODEBEI, Vera. Memória, Circunstancia e Movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é Memória Social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

EU TENHO orgulho de São Luís. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 19 dez. 1997. p.3.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1976.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Ed. Parábola, 2009.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1977.

FÉLIX, L. O. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Usos de memórias*: política, educação e identidade. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos III).

FREIRE, Cristina. **Para além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC/Anablume, 1997.

FRONER, Yacy Ara. Patrimônio histórico e modernidade: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros históricos. In: SIMPÓSIO DE CONSERVAÇÃO. Olinda, 2002. **Anais...** Olinda, 2002. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.org/Olinda2002/trabalhosSimposio/yacyAraFroner.html>>. Disponível em: 15 set. 2010.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção leitura).

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. **Perspectivas heterotópicas na arte: a reinvenção espacial em Continuidade dos parques De Cortázar**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=GAMAKHALIL%2C+Marisa+Martins.+Perspectivas+heterot%C3%B3picas+na+arte%3A+a+reinven%C3%A7%C3%A3o+espacial+em&aq=f&aql=&oq=>>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

GISIGER, John Ulric. **Renovação urbana da Praia Grande**: estudos preliminares. São Luís: [s.n.], 1978.

GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 79).

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GREGOLIN, M. R. V. Discurso e memória: movimentos na bruma da história. In: POSSENI, S.; CHACON, L. **Análise do discurso**. Marília: FCF-UESP, 1997.

_____. Identidade: objeto ainda não identificado?. **Revista de Estudos da língua(gem): Imagens de discursos**. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

_____. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosário V. (Org.). **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e Campo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p.133-157.

GUATARRI, Félix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOBBSAWM, Eric. “Adeus a tudo aquilo”. In: BLACKBURN, R. (Org.). **Depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HORÁCIO. Arte poética. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruma. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBOPE EASY MEDIA. **Mercado: grande São Luís**. 23/30 mar. 2009. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/oestadoma/paginas/historico.asp>>. Acesso em: 15 set. 2010.

INDURSKY, Freda. Reflexões sobre a Linguagem: de Bakhtin a Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. **Línguas e instrumento lingüísticos**. São Paulo: Ed. Pontes, 2000.

LACARRIEU, Mônica. “Os dilemas sociais do patrimônio e as identidades”. **História oral**, n. 2, p.136-151, 1998.

LACROIX, M. L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

LAMEIRÃO, Marcelo Chaves; SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da. História, memória e patrimônio: paradigmas da contemporaneidade. In: ENCONTRO ANPUH-RIO. 13. Identidades. 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/>>. Acesso em: 11 set. 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. "Memória". In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção primeiros passos; 51).

LIMA, A. Viana de. **Proposta de Preservação para São Luís e Alcântara**. [S.l.:s.n], 1973.

LIMA, L. C. A questão dos gêneros. In: _____. **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 255-292.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Memória e história: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. **Estudos Ibero-americanos**, Rio Grande do Sul, Edição Especial, n. 2, p. 49-60, 2006.

MACHADO, Irene. Gêneros Discursivos. In: _____. BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MANTOVANI, José Dervil; MOTTA, Antônia da Silva. **São Luís do Maranhão no século XVIII**: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias. São Luís: Ed. Func, 1998.

MARANHÃO. **Decreto de Lei nº 11.067 de 22 de março de março de 1989**. Dispõe sobre a criação do Projeto Reviver. São Luís, 1989.

_____. Decreto nº 10.082 de 6 de março de 1986. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Histórico, Artístico e paisagístico do centro Urbano da cidade de São Luís. **Diário Oficial**, São Luís, 15 dez. 1986.

_____. Decreto nº 5.205 de 11 de outubro de 1991. Dá nova redação ao artigo 29 da Lei 5.082, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado. **Diário Oficial**, São Luís, 22 out. 1991.

_____. Decreto nº 7.435 de 16 de novembro de 1979. Que criou o Projeto Praia Grande. **Diário Oficial**, São Luís, 31 dez. 1979.

_____. Lei 3.999, de 5 de dezembro de 1978. Que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Maranhão. **Diário Oficial**, São Luís, 20 dez. 1978.

_____. Lei 5.082 de 20 de dezembro de 1990. Que dispõe sobre a proteção do patrimônio do Maranhão e de outras providências. **Diário Oficial**, São Luís, 28 dez. 1990.

_____. Secretaria de Planejamento. **Plano de Governo de Nunes Freire**. São Luís, 1975.

_____. Secretaria de Planejamento. **Projeto Praia Grande**. São Luís, 1981.

MARCHEZAN, Renata. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Emoção a toda prova: um caso de publicidade e teatro. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, p. 217-235, 2002.

MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, Arnaldo (Org.). Razões e sensibilidades: a semiótica em foco. Araraquara: Cultura Acadêmica - Laboratório Editorial FCL, 2004. v. 1.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais e produção linguística**. Disponível em: <www.diaadia.pr.gov.br/nre/.../File/.../artigo_generos_textuais.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2010.

MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, Ananias Alves. **São Luís**: fundamentos do patrimônio cultural – séc. XVII, XVIII e XIX. São Luís: Sanluiz, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: histórias, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, n. 10, 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MIOTELLO, Valdemir et al. **Veredas bakhtinianas**: de objetos a sujeitos. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2006.

MOISÉS, M. **Dicionário de termos literários**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: NORA, P. **Projeto História: história e cultura**. São Paulo: PUC, 1981.

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

NORMAS de Quito. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2007.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993.

ODÁLIA, N. Prefácio. In: BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 12 jan. 1990.

_____. São Luís, 4 dez. 1997. p. 6.

_____. São Luís, 5 dez. 1997. p. 6.

_____. São Luís, 19 dez. 1997. p.12.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Ed. Pontes, 2004.

PARENT, Michel. **Relatório sobre o Patrimônio Cultural de São Luís**. [S.l.: s.n.], 1968.

PATRIMÔNIO da humanidade. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 21 mar. 1997. p.3.

PATRIMÔNIO do mundo. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 7 dez. 1997. p. 9.

PELLEGRINI, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papyrus, 1997.

PELEGRINI, Sandra. Memória e patrimônio. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, Edição Especial, n. 2, p. 49-60, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Ed. Parábola, 2003.

RAMALHO FILHO, Rodrigo. **Globalização, sustentabilidade e patrimônio: reflexos sobre a cidade periférica**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Ramalho%20Filho.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: Func, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Francisco Luciano L. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde Galvêias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUES, Rosângela H. **A teoria de gêneros do discurso de Bakhtin no horizonte de estudos da lingüística**. 2000. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/115.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

_____. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEUER, José Luiz; BONINI, Adair. MOTA-ROTH, Desirée (Orgs.). **Gêneros: teoria, métodos, debates**. São Paulo: Ed. Parábola, 2005.

ROLNIK, R. História Urbana: História na cidade? In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F (Orgs.). **Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1992.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

RUSKIN, J. **Las siete lámparas de la arquitectura**. [S.l.]: Ed. Alta Fulla, 1987.

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 52.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: EDUNESP, 2002.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 3.252 de 29/12/92**. Plano Diretor Municipal de São Luís. São Luís, 1992.

_____. Prefeitura Municipal. **Projeto de lei no. 79/93**. Projeto elaborado pelo vereador Ivan Sarney. São Luís, 1993.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. **Tambor de Crioula**. São Luís, 2007. [Encarte].

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder e subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SILVA, Raimundo Nonato Palhano. **A produção da coisa pública**: serviços públicos e cidadania na primeira república; a república ludovicense. São Luís: IPES, 1988.

SILVA, Ronald de Almeida. **Preposição a Unesco – 1996**. Revisão do documento original. [S.l.:s.n], 1996.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

STOER, Stephen. **Da diversidade dos discursos ao discurso da diversidade**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6195.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

UNESCO. **Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972**. 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

VAN DIJK, T. A. **La noticia como discurso**: Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1980.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIÑAO, Antônio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p.15-47.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. São Paulo: EDUSC, 2000.

WEFFORT, Francisco. **Um olhar sobre a cultura brasileira**: ações pelo patrimônio. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.